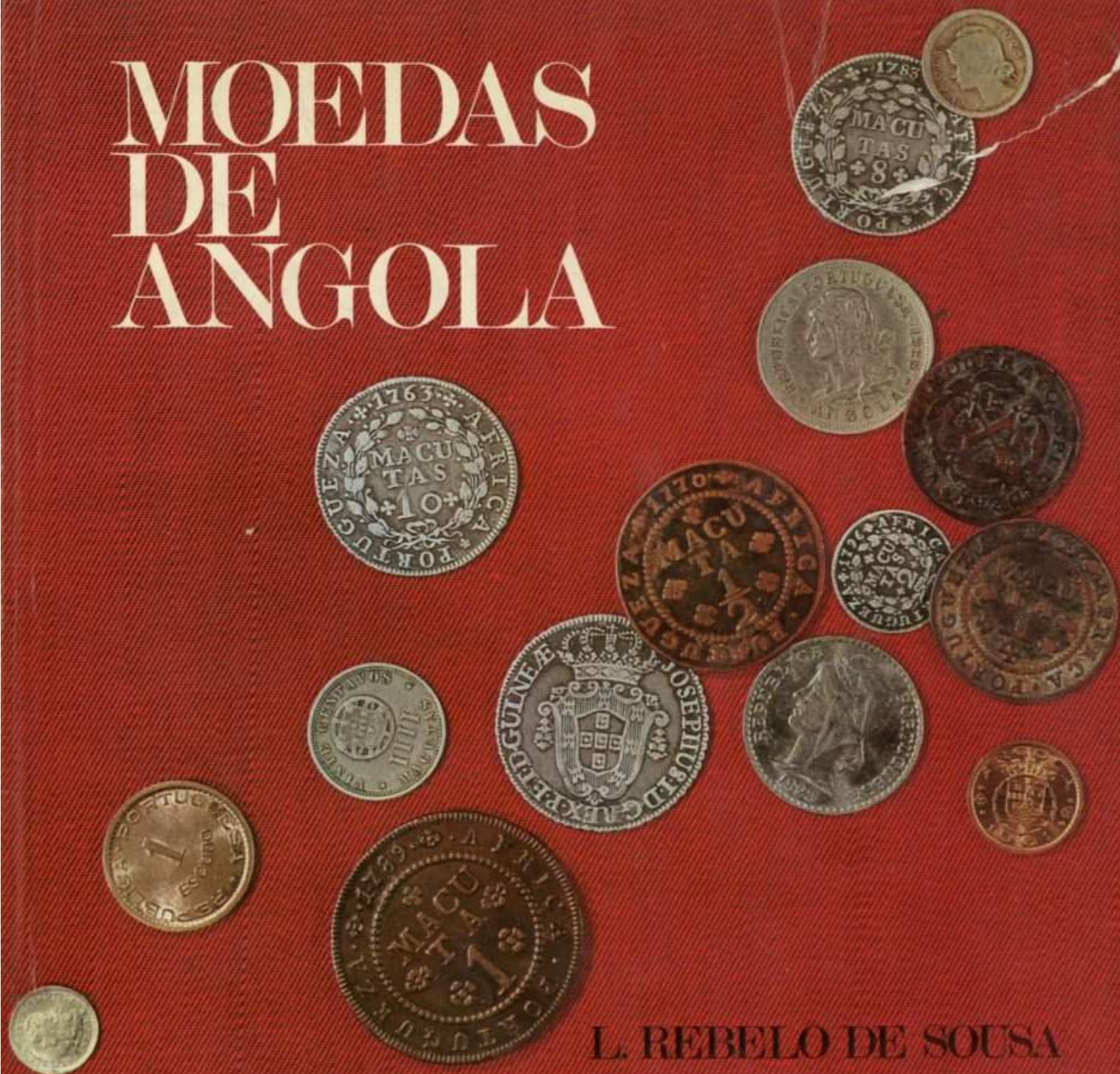


MOEDAS DE ANGOLA



L. REBELO DE SOUSA

MOEDAS DE ANGOLA



L. REBELO DE SOUSA

MOEDAS DE ANGOLA

VINHETAS DE NEVES E SOUSA

N. U. 7

S. N. U.
BIBLIOTECA

Ent./n.º 6173

Editado pelo Banco de Angola

Agradecimento

O Autor vem expressar o seu mais profundo reconhecimento a todas as entidades que lhe proporcionaram a possibilidade de levar a cabo este trabalho.

Por elementar imposição de justiça, manifesta em especial o seu mais vivo e reconhecido agradecimento ao Ex.^{mo} Sr. Abílio Ferreira de Lemos, espírito culto e inteligente, mercê do qual o Autor beneficiou de valiosos conselhos quanto à correcta interpretação dos elementos recolhidos e ao melhor critério de exposição.

Ao Ex.^{mo} Sr. Dr. Alberto Alves de Oliveira Pinto, pelo bom acolhimento e valioso apoio dispensado à iniciativa do Autor, sem os quais não teria sido possível concretizar esta edição.

Ao Ex.^{mo} Sr. Manuel Eça de Queirós, pelas inúmeras facilidades concedidas na consulta e recolha de elementos.

Ao Ex.^{mo} Sr. Prof. Dr. Damião Peres, por haver facultado, muito gentilmente, a observação e a fotografia de alguns exemplares de moedas do Museu Numismático da Casa da Moeda.

Ao Ex.^{mo} Sr. Prof. Dr. Silva Rego, pela sua amável intervenção no sentido de se executarem cópias de alguns documentos que, embora sob património do Arquivo Histórico de Angola, se encontravam acidentalmente em Lisboa.

À Câmara Municipal de Luanda, pelas inúmeras facilidades dispensadas na utilização da sua biblioteca.

Ao Museu de Angola, onde lhe foram facultados os preciosos livros de «Ofícios para o Reino» e ainda a valiosa colecção de moedas que serviu de base para o trabalho fotográfico.

Ao Ex.^{mo} Sr. F. Chaves, técnico da «Colorama», pela eficiente colaboração na execução da parte fotográfica deste trabalho.

Ao Ex.^{mo} Sr. Otto Awer, pelos bons diapositivos de três moedas da colecção do Museu Numismático da Casa da Moeda.

Luanda, Abril de 1967.

Nota

Admira que, ao cabo de quase cinco séculos da nossa presença cultural, esteja ainda por fazer uma autêntica história da evolução da moeda em Angola.

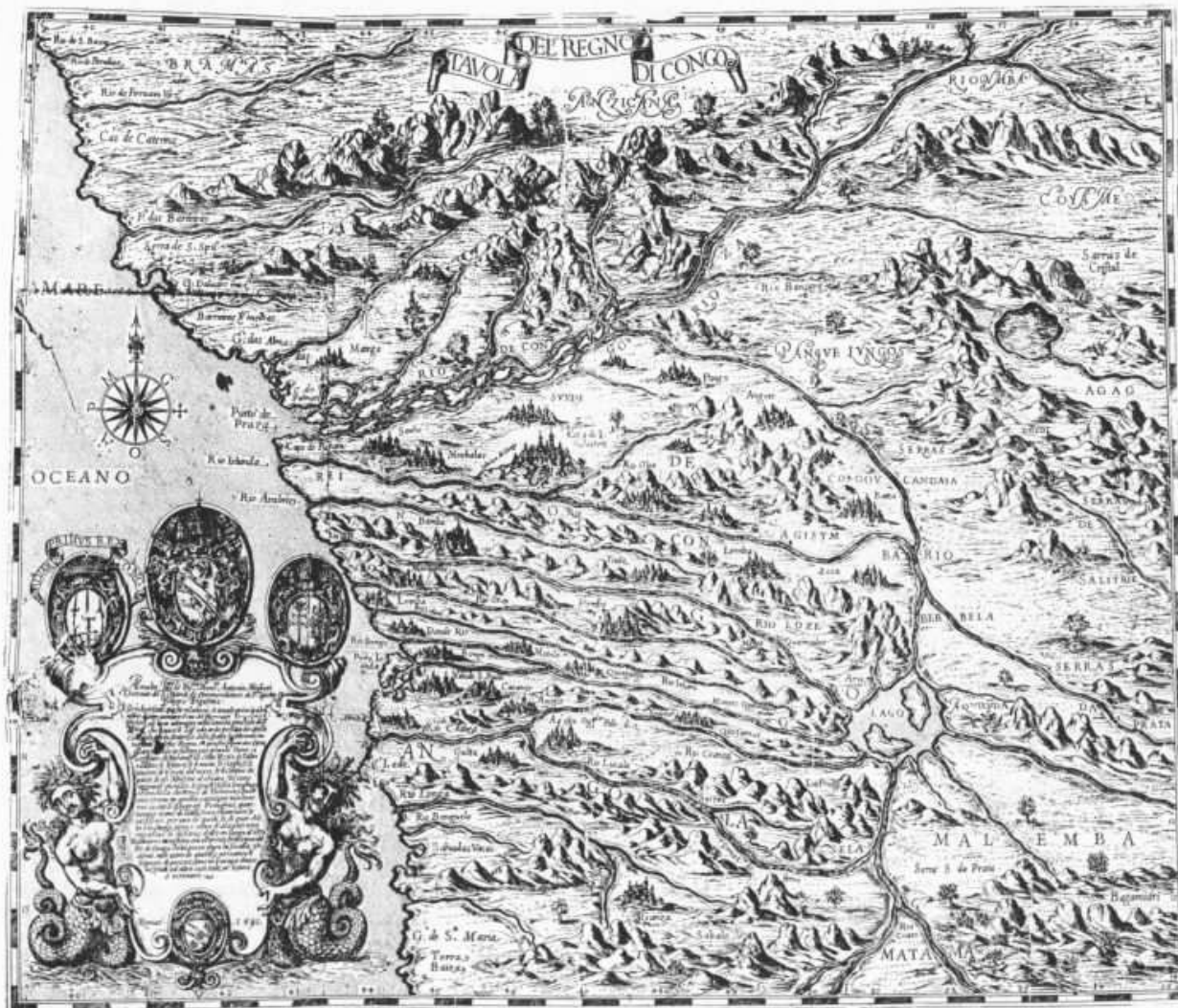
Certo é que uma obra de tal natureza implica um estudo cuidadoso e demorado, para o qual escasseiam e são dispersas as fontes de informação. A bibliografia sobre a matéria, na realidade, é muito pobre e quase sempre incompleta.

O presente trabalho não tem, de forma alguma, a finalidade de suprir uma tal lacuna, mas apenas a de acercar alguns subsídios para a história da moeda angolana.

Embora tenha havido a preocupação de reproduzir fotograficamente as diversas espécies monetárias e descrever-lhes as características, não se pretendeu conferir ao trabalho um carácter histórico-numismático, mas apenas situá-lo na linha de um esboço histórico.

Se, através da leitura desta obra, conseguirmos que o leitor fique com uma ideia geral, embora precária, do que foi a evolução monetária em Angola, daremos por alcançado o nosso objectivo.

Luanda, 30 de Novembro de 1966.



Mapa do antigo reino do Congo,
extraído do livro
«Relação do Reino de Congo e Terras Circunvizinhas»,
de Duarte Lopez & Filippo Pigafetta,
impresso em Roma no ano de 1591.

Map of the ancient Kingdom of the Congo,
taken from the book
«Report on the Kingdom of the Congo and Surrounding Lands»,
by Duarte Lopez & Filippo Pigafetta,
printed in Rome in the year 1591.

Introdução

Os territórios reconhecidos por Diogo Cão, nas suas viagens pela costa ocidental de África, e que os Portugueses chamaram «Congo ou Baixa Guiné», repartiam-se por quatro reinos: Luango, Congo, Angola e Benguela, compreendidos entre o cabo Lopo e o cabo Negro.

À sua chegada, os nossos primeiros navegadores estabeleceram relações com os povos locais, tendo estes revelado um grau de civilização notoriamente superior ao das outras populações africanas até então conhecidas. Os povos do Congo, em especial, mostravam-se, com efeito, dotados da mais perfeita organização social e os seus usos e costumes evidenciavam um estado relativamente adiantado de civilização, tendo em consideração, claro está, o nível comum dos outros povos da costa ocidental africana.

Relacionavam-se facilmente, viviam em casas de «pau a pique» e dedicavam-se essencialmente à agricultura, muito embora para obter apenas o suficiente para a sua subsistência.

Extraíam óleos vegetais para a alimentação, faziam panos já muito perfeitos e manufacturavam utensílios de uso pessoal. Conheciam o ferro e o cobre, que obtinham por processos elementares, e com os quais confeccionavam instrumentos de trabalho e armas rudimentares, além dos habituais objectos de adorno. Estes, como é o caso das manilhas, eram simultaneamente utilizados como instrumento de troca. No trabalho do marfim e da madeira, e bem assim na confecção dos panos, revelavam uma certa sensibilidade artística.

Contentando-se com o angariamento dos meios indispensáveis às necessidades de sobrevivência, era tradicional o estado de pobreza destes povos, cujas únicas fontes de

receita se limitariam ao tráfico dos escravos e ao comércio do marfim ⁽¹⁾.

A permuta de produtos constituía a prática mais usual nas relações comerciais. De tal modo este processo de comerciar se encontrava arreigado que ainda nos nossos dias o encontramos nalgumas regiões mais longínquas de Angola. Isso mesmo se observaria com a moeda trazida pelos nossos navegadores — a primeira moeda metálica introduzida nestas paragens.

De facto, embora assimilassem, rapidamente e com facilidade, certos usos dos Portugueses, ainda um século após a sua chegada estes povos se recusavam a aceitar a nossa moeda. Desde o descobrimento e até uma época muito posterior à introdução definitiva da nossa moeda metálica, em 1694, foram diversos os instrumentos de troca utilizados pelos povos indígenas. Iremos ocupar-nos dos mais importantes, sem deixar de, no entanto, referir os restantes, começando pelos de origem local, pois existiam alguns de proveniência exterior.

Em tempos mais recuados, muito antes da chegada dos Portugueses, admite-se geralmente que haveriam servido de instrumento de troca colares formados por rodela de conchas de caracóis e outras conchas, furadas no centro e enfiadas em fios de fibras têxteis.

Teria sido, contudo, o «zimbo», pequeno búzio cinzento, um dos mais importantes e dos primeiros instrumentos de troca encontrados pelos Portugueses, conquanto o testemunho mais remoto de que dispomos se reporte ao ano de 1505 ⁽²⁾.

Alfredo de Albuquerque Felner manifestou, porém, na sua *História de Angola*, a opinião de que não existia qualquer moeda no Congo e teriam sido os Portugueses quem sugeriu a utilização do «zimbo» como espécie monetária. Segundo aquele historiador, Diogo Cão, aquando da sua viagem em 1484 e após haver parado no Zaire, mandou emissários ao Manicongo a ofertar-lhe presentes e a dar-lhe conhecimento da chegada do nosso navegador. Aproveitou o período de espera pelo regresso desses emissários para reconhecer a costa na direcção do sul, tendo aportado à «ilha das cabras», actual ilha de Luanda. Aqui teriam os elementos da tripulação encontrado o «zimbo».

⁽¹⁾ Gaspar do Couto Ribeiro Villas, *História Colonial*.

⁽²⁾ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*.

Dado o conhecimento do valor das conchas como moeda entre outros povos africanos, pois que até a sua exploração em Cabo Verde e na Guiné fora transformada, em 1480, em privilégio da Coroa, haveria então sugerido ao rei do Congo o estabelecimento da sua «casa da moeda» na ilha de Luanda e a consequente adopção do «zimbo» como instrumento monetário.

Em nosso critério, esta opinião, se bem que admissível, carece de fundamento. Parece-nos que Felner terá sido levado a uma tal dedução por dois motivos principais: primeiro, a ausência de elementos de informação quanto à vigência monetária do «zimbo» antes da chegada dos Portugueses e, em segundo lugar, a circunstância de os nossos emissários, como afirma peremptoriamente, não haverem encontrado qualquer espécie de moeda no Congo; por último, o conhecimento da circulação do «zimbo» como instrumento monetário pouco tempo depois da viagem de Diogo Cão ⁽³⁾. Estas observações cronológicas tê-lo-iam, provavelmente, conduzido à citada dedução.

Ora, conquanto o testemunho de Duarte Pacheco Pereira, emitido em cerca de 1505, seja, tanto quanto sabemos, a primeira referência histórica à circulação do «zimbo», citando-se até os seus valores de troca, a verdade é que esse mesmo facto leva a admitir a sua introdução em época bastante mais remota.

Não é crível, com efeito, que os povos indígenas, tão arreligados nas suas tradições, tenham aceite a sugestão da utilização do «zimbo» e generalizado a sua prática, como unidade de troca, num período de tempo tão restrito como o que decorreu entre 1484 e 1505, ou seja, cerca de vinte anos, principalmente se atendermos à vastidão da região onde foi aplicado, aos precários meios de comunicação da época e, ainda, à dificuldade em vencer a força da tradição numa matéria tão importante como a do sistema de trocas. Esta dificuldade, aliás, teria confirmação séculos depois, quando se procurou generalizar o uso da moeda metálica. Além disso, se os indígenas procuravam tão afanosamente o «zimbo» — ao ponto de a atenção para este búzio ter

⁽³⁾ Duarte Pacheco, no *Esmeraldo*, por alturas de 1505: «...e nestas ilhas apanham os ditos negros uns búzios pequenos que não são maiores do que pinhões com sua casca e que eles chamam zimbos os quais em terras de Manicongo correm por moeda e 50 deles valem uma galinha e 300 uma cabra...».

sido notada pelos elementos da expedição de Diogo Cão —, isso seria, precisamente, pelo seu valor, simultaneamente como instrumento de troca e como adorno.

Por outro lado, a utilização das conchas na função monetária era tradicional, desde épocas muito anteriores, em quase todos os povos atrasados. Era, portanto, natural, sem necessidade de sugestão exterior, que este búzio já tivesse sido eleito para espécie monetária.

Por último, se é certo que os Portugueses não encontraram «moeda» no Congo, pelo menos segundo o conceito actual do termo, a verdade é que, nessa época, se utilizavam elementos de troca variados, como os escravos, o marfim e outros, que, na realidade, tinham essa função.

Já se havia, portanto, compreendido a necessidade de adoptar unidades pelas quais se pudesse avaliar o valor das diversas mercadorias a permutar.

Efectivamente, do que não restam dúvidas é que o «zimbo» foi um dos primeiros e mais importantes instrumentos de troca, constituindo funcionalmente autêntica moeda local. Outra mercadoria-moeda muito apreciada por estes povos foi o «sal», bastante difícil de obter, dada a raridade das minas e das salinas, não obstante ser já utilizado na alimentação.

Também os «escravos» constituíram verdadeira moeda e teriam sido mesmo, simultaneamente com o «marfim», autêntico sustentáculo da exportação durante largos anos. Este triste negócio só viria a atingir o seu termo com a abolição da escravatura. A última partida de escravos com característica legal verificou-se no ano de 1830. Contudo, o seu emprego como mercadoria-moeda persistiria, entre os autóctones, até muito mais tarde, como veremos oportunamente.

O «cobre» foi outro valioso instrumento de troca, largamente e por longo espaço de tempo difundido sob variadas formas — em fio, em barras, em cruzetas, em manilhas, etc. —, pelas vantagens que oferecia no seu transporte e na resistência à deterioração.

Também os «panos» de confecção indígena tiveram larga utilização como mercadoria-moeda, acabando por ser substituídos, como veremos, pela moeda metálica.

Conquanto estes fossem os mais divulgados instrumentos de troca de origem local, outros houve, de proveniência exterior, que vigoraram paralelamente. Alguns deles, como é o caso das «fazendas», chegaram até a conhecer uma expansão mais acentuada que a verificada com os de origem local, atingindo mesmo a nossa época.

Estas mercadorias-moeda de importação eram, porém, normalmente aplicadas nas transacções de maior monta, sendo as locais utilizadas nas compras diárias, em virtude do seu pequeno valor.

As mercadorias de origem exterior foram profusamente disseminadas pelos negociantes sertanejos, seus «pumbeiros» e «funantes», brancos e mestiços, e ainda pelos negros ambaquistas, também chamados «quimbares», que cruzavam o sertão em todas as direcções, transportando a sua «pacotilha» e negociando-a com os povos fixados ao longo dos percursos por si adoptados ⁽⁴⁾.

O comércio com o gentio fazia-se, de maneira geral, através da permuta directa das fazendas pelos géneros locais; uma segunda permuta da fazenda tinha então lugar quando pretendiam obter armas, pólvora, missangas, etc.

Tem interesse reproduzir o que, a respeito deste tráfico, narra Serpa Pinto, em 1881, no seu livro *Como eu Atravessei África*:

«O tráfico com o gentio faz-se por permutação directa do género por fazenda de algodão, branco, riscado ou pintado. Os outros productos europeus são objecto de uma segunda permutação pela fazenda recebida e assim, depois da primeira troca do marfim ou cera pelo algodão, é este trocado por armas, pólvora, aguardente, missanga, etc., à vontade do comprador, porque a fazenda de algodão é por assim dizer a moeda corrente nestes tráficos».

Para o negociante europeu este negócio do sertão era extremamente fatigante e exigia enorme soma de paciência no estabelecimento de relações com o gentio, muitas vezes exigente e caprichoso. Transacções insignificantes chegavam mesmo a demorar, não raramente, vários dias. O simples negócio da compra de uma ponta de marfim, então avaliada em cerca de sessenta peças de lei, excepcionalmente atingiria o seu termo antes de decorridos alguns dias.

Mas estas dilações, contrariamente ao que poderá adivinhar-se em primeira impressão, tinham um objectivo. O indígena aproveitava-se do facto de se encontrar na sua própria terra para protelar o negócio o mais possível, a fim de levar o mercador à transigência, de acordo com o que mais lhe

⁽⁴⁾ Aos comissários volantes que iam para o sertão vender as fazendas dos comerciantes de Luanda dava-se o nome de «aviados». Denominavam-se «pumbeiros» os pretos descalços, agentes dos aviados que se incumbiam com sucesso da venda a retalho no interior.

convinha, pois as despesas de deslocação cresciam com o tempo de permanência no interior. Esse aumento de encargos chegava por vezes a não compensar tão longas e fatigantes viagens, com riscos a cada passo.

É curiosa a narrativa de algumas destas permutas nos serões. Logo no início do negócio, estabelecia-se grande confusão.

Propositadamente ou não, estalavam barulhentas discussões sobre a qualidade das fazendas e, logo a seguir, sobre a sua avaliação em peças de lei. O mesmo sucedia com a selecção das missangas, com a contagem dos respectivos fios e com a abertura e verificação dos barris de pólvora.

As mercadorias eram mexidas e remexidas e, não raramente, após toda esta excitação, voltava-se à primeira forma.

Entravam então as duas partes em transigência mútua e renascia a confusão com novas reverificações, contagens e avaliações ⁽⁵⁾.

Como já se viu, foram algumas destas mercadorias transportadas pelos negociantes que, com o correr do tempo, se transformaram gradualmente em autêntica moeda, servindo de referência para avaliações. Essa prática, apesar de intensamente contrariada pelas nossas autoridades, perdura ainda hoje em certas regiões mais recônditas de Angola.

Como mercadoria-moeda primitiva, houve artigos precursores da chamada «fazenda de lei». Foram a «garrafa», o «cortado», o «pano», a «peça» e a «espingarda».

A aceitação destes artigos, levados pelos primitivos negociantes, viria a ter decisiva influência no destronamento das moedas indígenas que, até então, haviam reunido mais forte unidade de preferência: o «zimbo», o «sal» e o «cobre». Mesmo após os esforços dos governantes para introduzirem, nos costumes locais, o uso da moeda metálica, aqueles artigos continuaram a circular, durante longo tempo, com função monetária.

Com efeito, o uso da moeda entre estes povos só viria a expandir-se muitos anos após a sua introdução.

Tem interesse fazer ainda referência, embora sucinta, às contas de vidro de variadas cores e feitios, ao coral, às missangas e aos artigos de ornamentação em geral, que, embora adquiridos pelo indígena para se enfeitarem, serviram também como instrumento de troca.

⁽⁵⁾ Henrique de Carvalho, *Ethnografia e História Tradicional dos Povos da Lunda*.

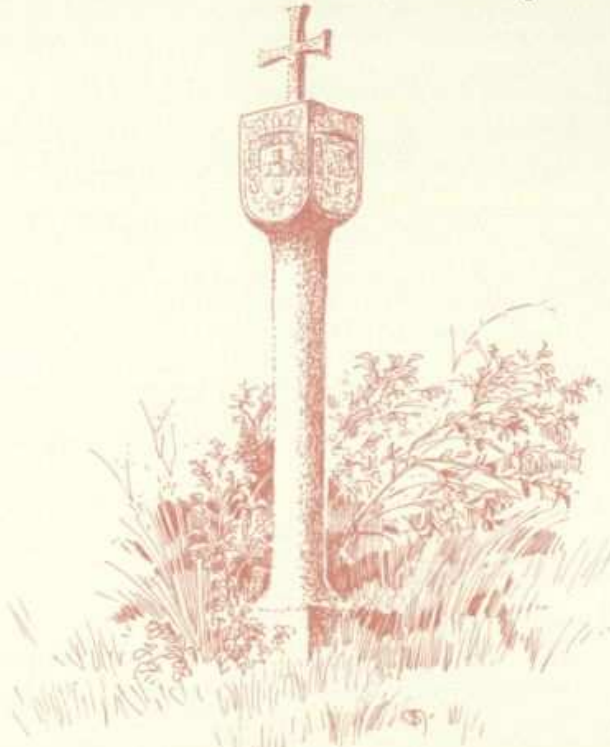
Igualmente referiremos o «cauris», concha de importação oriental, com tanta frequência confundido com o «zimbo», que terá sido um dos mais apreciados artigos de adorno. Mais adiante abordar-se-ão, pormenorizadamente e para cada caso, as características destas mercadorias-moeda que antecederam a circulação da moeda metálica, tal como se processa nos nossos dias.

Notar-se-á, desde já, que qualquer delas teve ou não maior predominância consoante as épocas, nunca chegando, porém, a impor-se como única unidade de troca corrente.

O pano-moeda terá sido a que atingiu tempos mais recentes. Foi abolido por Norton de Matos, em 1912, quando ordenou que os soldados indígenas fossem pagos em dinheiro, em substituição do tradicional riscadinho com que até ali vinham sendo remunerados.

Mais tarde, Vicente Ferreira deu continuidade a esta medida desse grande vulto da administração de Angola, proibindo a permuta em relação ao interior e impondo a obrigatoriedade de efectuar as transacções a dinheiro.

Isso não impediu, no entanto, que a permuta, como sistema de comércio, tenha chegado aos nossos dias.



Mercadoria-moeda
de proveniência
local

O “zimbo”

(*Olivancillaria nana*)



O «Zimbo»
The «Zimbo»

Os povos indígenas cuidavam muito interessadamente da ornamentação pessoal. Colocavam-na em nível destacado na ordem das suas preocupações, atribuindo-lhe tanta importância como à necessidade funcional de alimentação. Este seu conceito primitivo explica o facto de a categoria das pessoas se medir mesmo, em certos povos, pela qualidade dos adornos ostentados. Entre os Luangos, por exemplo, as pulseiras lisas, de marfim, só podiam ser usadas pelos príncipes. No sul de Angola, a concha *Conus imperialis*, recolhida no litoral de Moçâmedes, constituía um adorno exclusivo dos reis.

Pela sua beleza específica e pela facilidade de utilização em ornamentos, as conchas eram largamente procuradas para confecção de objectos de adorno. Consoante as espécies eram raras ou vulgares, assim o adorno tinha maior ou menor valor.

Usavam-nas muito especialmente as mulheres, em braceletes, colares e travessas e no enfeite das tangeras, à maneira de lantejoulas. Até nos penteados se serviam delas para decoração.

Foi a enorme procura das conchas que conduziu à sua utilização como mercadoria-moeda. Sendo tão apreciadas, na verdade, fácil era aos seus possuidores obterem, através de troca, outros artigos de que necessitavam.

Com o correr dos tempos, chegaram mesmo a ter características de autêntica moeda pré-fiduciária, pois que se lhes atribuíam valores convencionais. Nesta função, ofereciam as conchas vantagens muito semelhantes às da moeda metálica, tendo em atenção o seu pequeno volume e a facilidade de contagem e de transporte, além de grande

durabilidade — para não falar já da sua beleza e impossibilidade de falsificação.

O «zimbo» ⁽⁶⁾ — *njimbu* ou *lumache* ⁽⁷⁾, no dizer dos indígenas —, búzio do tamanho de um bago de café, teve curso como «moeda» em quase toda a costa ocidental africana. Duarte Pacheco Pereira, no seu *Esmeraldo*, refere-se aos «zimbos», afirmando não serem maiores do que pinhões com casca, correndo como moeda em terras de Manicongo. O historiador Elias Alexandre da Silva Correia, por sua vez, define-os com estas palavras:

«Este miudíssimo Marisco — de figura piramidal, matizado de delicadas pintas pretas em ordem espiral, sobre uma superfície lisa, brilhante, de cor de pérola —, é pescado por meio de cestinhos sobre a costa do mar grosso».

Apareciam em toda a costa de Angola, embora os mais belos fossem da ilha de Luanda. Dentre eles, os mais valiosos eram de cor cinzenta. Pescavam-nos as mulheres, na contracosta da ilha, por alturas da praia-mar, sob a fiscalização de um delegado do rei, sendo até frequente algumas

⁽⁶⁾ Pela consulta efectuada a diversas obras, notámos que vários autores se referem ao «zimbo», atribuindo-lhe a designação de «cauris» ou *Cipraea moneta*. Cremos, porém, que as características destas duas conchas se diferenciam o suficiente para que as não confundamos. O «zimbo», com efeito, é uma «oliva» e teve papel preponderante na vida económica local, constituindo a «moeda» indígena mais apreciada.

O «cauris», concha de importação a que nos referiremos mais adiante, é, por seu turno, uma *cipraea* e, muito embora houvesse circulado em algumas regiões de Angola e Congo, não teve, contudo, o relevo do búzio da famosa «ilha das riquezas». Dentre os autores que, nas suas obras, se referem ao «zimbo», alguns houve, no entanto, que assinalaram diferença entre as duas conchas. Lopes de Lima (*Ensaio de Estatística sobre as Possessões Portuguesas da África Ocidental e Oriental*), por exemplo, ao afirmar que o «zimbo» era «uma espécie de búzio cinzento, quase da forma do «cauri», distingue-as. Manuel Heleno (*Do Estudo e Origem da Moeda*) igualmente faz distinção entre o «búzio» referido no *Esmeraldo* e o cauris das Maldivas, China, Indochina, Índia e África. Monsenhor Alves da Cunha, muito embora fizesse figurar o «zimbo» (sob a designação de «jimbo») na sua valiosa colecção de moedas de Angola, em artigo publicado no ano de 1943 no *Boletim Eclesiástico de Angola* e S. Tomé, apresenta *cipraeas*, em uma gravura com a legenda «jimjimbu» (plural de njimbu), isto é, denomina o cauris por zimbo. Cremos, efectivamente, que a forma correcta será designar por «zimbo» a *Olivancillaria nana* e por «cauris» a *Cipraea moneta*.

⁽⁷⁾ Segundo Serpa Pimentel, citado por Francisco Castelbranco, in *História de Angola — 1482-1910*.

serem atacadas por tubarões e tintureiras. Avançavam pela água alguns metros e, mergulhando, enchiam de areia uns cestos estreitos e compridos, a que chamavam «cofos». Em seguida retiravam os «zimbos» da areia recolhida, que depois separavam, segundo o critério de classificação em «puro», «cascalho» e «meão», «discernindo-se o macho da fêmea» por ser mais fina a fêmea que o macho, e estimada na sua cor tersa, reluzente e grata à vista»⁽⁸⁾.

Dentre as obras que se referem ao «zimbo», destacamos, pelo detalhe das suas informações, o *Sumário e descrição do Reino de Angola e do descobrimento da ilha de Luanda e da grandeza das Capitanias do Estado do Brasil*, da autoria de Domingos de Abreu de Brito⁽⁹⁾, escrita no ano de 1592.

Teria o licenciado Abreu de Brito sido enviado a Angola, após o falecimento de Paulo Dias de Novais, a fim de se inteirar da desordem aqui reinante e fazer, ao mesmo tempo, uma inspecção. Desta missão resultou o citado *Sumário*. Segundo a sua narração, o «zimbo» aparecia em redor de toda a ilha; contudo, a apanha deste búzio era autorizada pelo rei do Congo apenas nas quatro léguas do lado norte, «em alturas de seis ou sete braças», e em quantidade estritamente suficiente para as necessidades, de forma a evitar que chegasse ao conhecimento do rei de Portugal notícia de tanta riqueza. Ao que parece, Paulo Dias de Novais não teria dado conta ao governo central de tal negócio, e daí as precauções tomadas por aquele soberano.

Rendia a exploração do búzio, nessa época (séc. XVI), sessenta contos, sendo parte enviada ao rei do Congo e outra parte posta à disposição dos governadores da ilha.

Para orientar a exploração do «zimbo» na Ilha de Luanda, havia uma espécie de conselho administrativo, composto por três fidalgos congueses — D. Pedro Maniloanda, D. António Maribumba e D. João Maníposo —, com o negro Fernão Duarte por escrivão.

⁽⁸⁾ Duarte Lopez & Filippo Pigafetta, *Relação do Reino de Congo e das terras Circunvisinhas*, tradução de Rosa Capeans. Obra referida ao ano de 1578.

⁽⁹⁾ *Um Inquérito á vida administrativa e económica de Angola e do Brasil*, publicação levada a efeito a partir do manuscrito inédito acima referido, revista e prefaciada por Alfredo de Albuquerque Felner, Coimbra, 1931.

Não deixa de ser interessante transcrever ainda o que, na sequência do seu *Sumário*, diz Abreu de Brito, a propósito do valor desta concha:

«...E tem tanta Valia neste Reyno este zimbo q̃ estando eu na uilla de loanda me mandarão a Conguo muita cópia de mohedas douro p^a resguate de escrauaria as quais mohedas forã regeitadas pello uendedores dizendo que o seu uerdadeiro dinheiro & ouro hera o zimbo de loanda com o qual se enrricavão & que o fossem buscar q̃ tal dinheiro lhe não seruia & outras muitas cousas que nesta manelra acontesem. Como he um lifuco de zimbo ualer dous de faz.da por onde se mostra claramente ser Thesouro redobrado».

Mais adiante, refere ainda Abreu de Brito que «a valia delle se pode comparar na differença do Ambar com o Ouro»⁽¹⁰⁾. Isto, aliás, é confirmado por Cadornega, ao classificar o «zimbo» como a «moeda» de maior circulação e valor do Congo.

É este valor que explica o facto de D. Álvaro II do Congo, em sinal de reconhecimento por uma força de 500 portugueses, comandada por Francisco de Gouveia, o ter auxiliado em 1570 a defender-se com êxito da invasão dos Jagas, se haver comprometido a pagar às nossas autoridades o dízimo da receita da exploração do búzio, então moeda corrente no seu reino⁽¹¹⁾.

⁽¹⁰⁾ São inúmeros os elementos comprovativos do seu valor. Ralph Delgado (*História de Angola*, Vol. I) diz-nos que, em 1540, D. Afonso do Congo solicitou a D. João III um empréstimo de 5 000 cruzados, que pagaria com 150 cofos de zimbo, com os quais poderia comprar igual valor em escravos. Duarte Lopez & Filippo Pigafetta, na obra já citada, diziam-nos: «notai que o ouro e a prata e o metal não são tidos em estima, nem em uso de moeda, naquelas partes, mas os búzios; e sucede com o ouro e com a prata, em massa ou batidos em moeda, não se pode comprar cousa alguma, senão com búzios; e o próprio ouro e a prata se adquire com eles».

⁽¹¹⁾ Lopes de Lima, na sua obra que vimos citando, atribui ao capitão Garcia Mendez Castello Branco — um dos companheiros de Paulo Dias de Novais — as seguintes palavras:

«Lembra-me q quando chegamos ao Reyno de Angola, reconhecendo o Rey do Congo q então era o beneficio q V. Mag.de lhe tinha feito em o restaurar no seu reyno de q estava esbulhado e metido nos matos, por não ter na sua terra ouro ne prata de q pagar tributo, offereceu ao Governador Paulo Dias de Novaes hua contidade de dr^o de Zimbo q he o que corre em seus Reynos, e, por hua Provisão sua que está nos Liuros da Feitoria d'Angola, q eu vi, de q pode V. Mag. de mandar buscar Treslado para saber esta clareza, offereceu pagar tributo, o qual pagou alguns annos &c».



Não obstante, segundo Felner, não consta que qualquer governador tivesse procedido à arrecadação desse rendimento.

Todavia, como afinal acontece com todas as moedas, a valorização do «zimbo» sofreu oscilações com o correr dos anos. Duarte Pacheco Pereira, como já vimos, dizia-nos que, no início do século XVI, uma galinha valia 50 e uma cabra 300. Segundo o padre Ruela Pombo, Garcia Simões ⁽¹²⁾ afirmava:

«dez delles valem um real, mas a cõta mais grossa não se deixa fácilmente entender porque falam por «lafuta», que são obra de dous tostões; e crescem e diminuem conforme os tempos. Quanto ao mais — que corre — é como troca porque, se querem um par de galinhas, dão uma terça de palmilha azul que eles usam como cinta e chamam emponda; assim — por pano e margaridita — se compra o mantimento e os próprios negros».

Com o correr dos tempos vamos verificar a queda do seu valor, e, assim, um «cofo», que no tempo de D. Afonso I do Congo valia trinta e três cruzados, desce para dez mil réis em 1615. Porém, já em 1619 não valia mais do que três mil réis, vindo a apresentar o valor de dois mil réis em 1622.

O historiador Elias da Silva Correia (1782) dá-nos a conhecer uma completa tabuada do «zimbo», utilizada nessa época: O «bondo», o «lifuco» e a «funda» constituíam as suas divisões principais.

O «bondo» valia dez lifucos, 100 fundas ou 100 000 zimbos e equivalia a cinco mil réis; o «lifuco», 10 fundas, 10 000 zimbos ou quinhentos réis, e a «funda», 1 000 zimbos ou cinquenta réis.

A «funda», por sua vez, ainda se subdividia em quantidades menores, equivalentes a 25, 20, 12,5, 10 e 5 réis.

Dada a sua procura, alguns traficantes tentaram introduzir em Angola zimbos provenientes de Madagáscar, Gabão e Brasil ⁽¹³⁾, mas estes, de uma maneira geral, não eram aceites pelos indígenas, que os consideravam «moeda falsa». No Brasil eram geralmente empregados na ornamentação dos arreios dos cavalos.

⁽¹²⁾ Carta-Relação de 20 de Outubro de 1575.

⁽¹³⁾ Lopes de Lima, obra citada: «achou-se depois um búzio semelhante nas praias da Baía de Todos os Santos, e dali ia muito para Ajudá, etc.».

Como veremos oportunamente, a queda do seu valor dará lugar à predominância dos «panos» como «moeda» mais generalizada ⁽¹⁴⁾.

O emprego do «zimbo» em ornamento chegou, porém, aos nossos dias. Ainda hoje serve de distintivo aos indivíduos iniciados em certos ritos. As cuanhamas, por exemplo, antes do casamento, usam um penteado em que colocam oito ou nove fiadas de zimbos, da testa à nuca ⁽¹⁵⁾.

Segundo Monsenhor Alves da Cunha, ainda em 1940 o «zimbo» (*jimbo*) era utilizado como «moeda» em algumas regiões de Angola ⁽¹⁶⁾.

⁽¹⁴⁾ Contudo, segundo Lopes de Lima, «ainda em 1846 corria como moeda não só no Reino do Congo, mas em todos os do Golfo da Guiné, e no interior d'África».

⁽¹⁵⁾ P.^o C. Estermann, *Etnografia do Sudoeste de Angola*.

⁽¹⁶⁾ Carta dirigida ao Banco de Angola, em 1940.

O “sal”



O sal, condimento raro no interior, muito apreciado em todo o continente africano, dada a grande dificuldade para a sua obtenção, foi das mercadorias-moeda mais divulgadas desde épocas muito remotas, chegando a ter, nalguns pontos, mais valor que o próprio ouro.

Nos séculos XIV e XV, as caravanas levavam-no, das célebres salinas de Taghazza para Tombuctu, junto ao Níger, onde os mercadores vendiam as barras, juntamente com os camelos que as transportavam, por 100 a 120 «miticais»⁽¹⁷⁾. Em seguida levavam-no para Djenné, onde era trocado por ouro.

Não deixa de ser interessante registrar aqui uma curiosa operação — a troca muda — levada a efeito pelos negros desta região, a qual consistia no câmbio do sal pelo ouro. Iam os mercadores até a um local previamente estabelecido, onde deixavam as barras de sal, dispostas em rimas no chão.

Retiravam-se em seguida para local distante cerca de uma jornada de marcha. Vinham depois os negros mineiros e depunham o ouro em frente de cada rima de sal, na quantidade que entendiam corresponder-lhe. Por sua vez, retiravam-se, tal qual tinham feito os primeiros. Voltavam de novo os mercadores e, se concordavam com a quantidade de ouro colocada pelos mineiros, levavam-na; se achavam pouca, deixavam o ouro e o sal e ausentavam-se outra vez, dando lugar, portanto, a que os mineiros regressassem ao lugar. Estes faziam então nova «oferta», acrescentando mais ouro ao que já tinham colocado.

⁽¹⁷⁾ O «mitical» era o peso em ouro que na terra servia de moeda, e equivalia a 445 reais.

Deste modo a operação era repetida tantas vezes quantas as necessárias para se chegar a um acordo. Curioso é que não se falavam, nem sequer se viam, pois até o sinal para a outra parte avançar era dado pelo rufar dos tambores. Esta troca muda já Heródoto, na Antiguidade, a descreveu em relação aos Cartagineses, tendo a prática perdurado através dos séculos. Richard e John Lander testemunharam-na no Níger, em 1830.

Também na Nigéria, em 1907, esta operação é comprovada por Arnett.

Os pigmeus das florestas do Congo utilizaram o mesmo processo até cerca de 1939 ⁽¹⁸⁾.

O sal provinha de duas fontes distintas: as minas e as salinas.

Em Angola, as minas mais importantes teriam sido as de Ndemba, na Quiçama, onde os indígenas extraíam as pedras, a escopro, e moldavam-nas em barras com dois ou três palmos de comprimento e uma mão travessa de largura. Transportavam-nas frequentemente, às costas, até ao Cuanza e à Muxima, onde as vendiam, após percorrerem longos quilómetros.

Utilizavam-nas apenas para negócio, não deixando de ser curioso mencionar que tinham o cuidado de as não partir para seu uso.

Como, porém, as submetiam a sucessivas lavagens pelo caminho, para confecção das suas refeições, as pedras chegavam ao seu destino muito mais adelgadas.

Outro processo curioso de obtenção do sal é-nos descrito por Capelo e Ivens ⁽¹⁹⁾, que o presenciaram junto à lagoa salgada de Tchimbondi, no Quembo. Consistia na filtração da lama das margens, misturada com água, através de grandes cestos forrados por dentro com largas folhas. O líquido obtido por essa filtração, depois de sujeito à acção do fogo, evaporava-se, deixando um resíduo negro, pestilento, mistura de cloreto de sódio, azotato de potássio, etc. O «sal» assim obtido era envolvido numa folha de árvore e constituía a «moeda corrente» mais apreciada.

O sal circulava em peças de diversas formas, tendo sido, contudo, mais correntes as pedras e barras, oitavadas ou não, de duas polegadas de diâmetro e dois ou três palmos de comprimento.

⁽¹⁸⁾ Vitorino de Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. III.

⁽¹⁹⁾ *De Benguela às Terras de Idcca*.



No século XVI cada pedra valia dois tostões⁽²⁰⁾.

As barras oitavadas valiam, por sua vez, no século XVIII, um tostão⁽²¹⁾.

Em 1825 atribuía-se a cada pedra o valor de uma macuta, ou seja, cinquenta réis⁽²²⁾.

No Luaco o principal comércio era o sal e em Cassele chamava-se «muxa» ao sal enrolado numa folha de árvore de setenta centímetros de comprimento por seis de diâmetro⁽²³⁾.

Cada muxa valia, em 1860, cinquenta réis. Este sal provinha das salinas situadas entre o Lui e o Cuango e com ele se obtinha, por troca, borracha, marfim e «gente de ambos os sexos».

Em 1885, com 100 a 120 muxas de sal, conseguia-se um dente de marfim meio. Para carregar este sal eram necessários 6 a 8 carregadores, pois que cada um transportava 25 a 30 muxas.

Na Lunda, o comerciante que tivesse fazendas trocava-as por escravos, que eram depois negociados por marfim ou por sal em Cassele. Neste negócio comprava-se um escravo por 26 a 30 muxas de sal. Além deste sal, os negociantes davam ainda, em complemento, a chamada «quizeza», que consistia numa quantidade de bugigangas, como missangas, guizos, pólvora, tachas amarelas, etc., etc., além de duas jardas de fazenda. Somava tudo isto cerca de 900 réis por escravo!

Foram também importantes as salinas de Benguela, cuja exploração se ficou a dever a Cerveira Pereira.

O sal de Benguela vendia-se em Luanda à razão de mil réis de panos o alqueire.

⁽²⁰⁾ Segundo Baltasar Rebelo de Aragão, citado por Lopes de Lima.

⁽²¹⁾ Segundo o coronel Paulo de Lacerda, citado por Lopes de Lima.

⁽²²⁾ Idem, idem, Fêo Cardoso.

⁽²³⁾ Segundo D. João Evangelista de Lima Vidal, no seu livro *Por Terras de Angola*, a «muxa» consistia num canudo de bunho, com atilhos de junco, de palmo e meio a dois palmos de comprimento e cerca de 450 gramas de sal. Em 1890, H. de Carvalho (*Ethnografia e História Tradicional dos Povos da Lunda*) atribui à muxa o valor de 30 réis.

O “cobre”

Na Antiguidade os metais começaram por ter aplicação no fabrico de utensílios. O seu trabalho constituía, porém, uma especialização. Exigia o conhecimento dos locais onde podiam ser extraídos, a forma de os trabalhar e a compreensão perfeita da finalidade do utensílio. É evidente que essas faculdades não estavam ao alcance de todos.

Naturalmente, esses utensílios, pela procura que tinham, possuíam grande valor. Daí que viessem a servir, com o decorrer dos tempos, de instrumento de troca.

A expansão destes meios de troca conferiu-lhes o carácter de moeda.

Assim, serviram de moeda: facas, punhais, enxadas, etc.

A vulgarização dos objectos metálicos com tal finalidade levou também à utilização de simples pedaços de metal, sem nenhuma gravação específica, como verdadeira moeda, servindo igualmente para fazer pagamentos.

Ter-se-ia dado um passo decisivo na evolução dos meios de troca quando se começou a estabelecer um peso mais ou menos certo e uma forma determinada a esses pedaços de metal.

Um dos metais que mais larga aplicação teve como meio de troca foi o cobre, e o conhecimento da sua existência em Angola vem de tempos muito remotos.

Os documentos históricos mais antigos permitem concluir que os indígenas sabiam extrair-lo e trabalhá-lo, fazendo pequenos objectos, quase todos para enfeites, como as manilhas⁽²⁴⁾, colares e outros ornatos. Fabricavam também

⁽²⁴⁾ Segundo Serpa Pinto (*Como eu atravessei África*, vol. I), os Luchazes eram hábeis na confecção das manilhas, utilizando o cobre que os Lobares lhes levavam da Lunda para permutar a cera. H. Capelo e R. Ivens (*De Benguela às Terras de Idco*) atribuem às manilhas

peças e acessórios para as suas armas e até um fio de cobre muito semelhante ao actual.

Todos estes objectos serviram de instrumentos de troca, mas o mais característico foi, sem dúvida, a «cruzeta». Esta peça, que circulou em Angola e no Congo, tinha a forma da cruz de Santo André, geralmente atribuída por alguns autores à imitação do X romano inserto nas primeiras moedas portuguesas que apareceram em Angola no século XVII. É possível que assim tivesse acontecido.

Um dos territórios onde se apresentou mais intensa essa circulação foi, contudo, o do vizinho Catanga, em época anterior à chegada do Europeu. Daí irradiaram «cruzetas» para todo o continente, inclusive para Angola, onde têm sido encontradas várias destas peças.

Na verdade, as averiguações sobre a origem desta espécie monetária em Angola conduziram à conclusão de que ela provinha da Lunda, território confinante com o Catanga. A hipótese do Catanga como centro de irradiação da «cruzeta» tem, pois, o seu peso, mais firmado ainda pelos testemunhos de Capelo e Ivens⁽²⁵⁾:

«O cobre d'ali, quer em cruces, quer em braceletes e manilhas de fio, percorre hoje todo o sertão, desde Manyema e Urua, até Genji e Bié, só esperando regular meio de transporte pelo Nyassa ou Loangua, para seguir em directura ao mar».

Com efeito, estes exploradores descrevem a sua passagem por esses territórios onde conheceram o famigerado soba de Garanganja, que usava o nome de «Musiri Maria Segunda» e se tornara tristemente célebre pelo seu carácter sanguinário e por haver usurpado o trono do Catanga.

O parricida «Musiri», que controlava todas as riquezas do seu reino, dedicava especial atenção ao negócio do cobre. A sua extracção era aí feita por processos primitivos baseados na fragmentação. Derretiam o metal em fornos ou panelas, de onde derivavam tubos ou calhas de argila para os moldes, que iam desde a forma grosseira da cruz de Malta até barras longas ou quadrangulares. Sujeitando estas barras à martelagem e passando-as depois à fleira, conseguiam fazer um fio com a secção tão fina como as

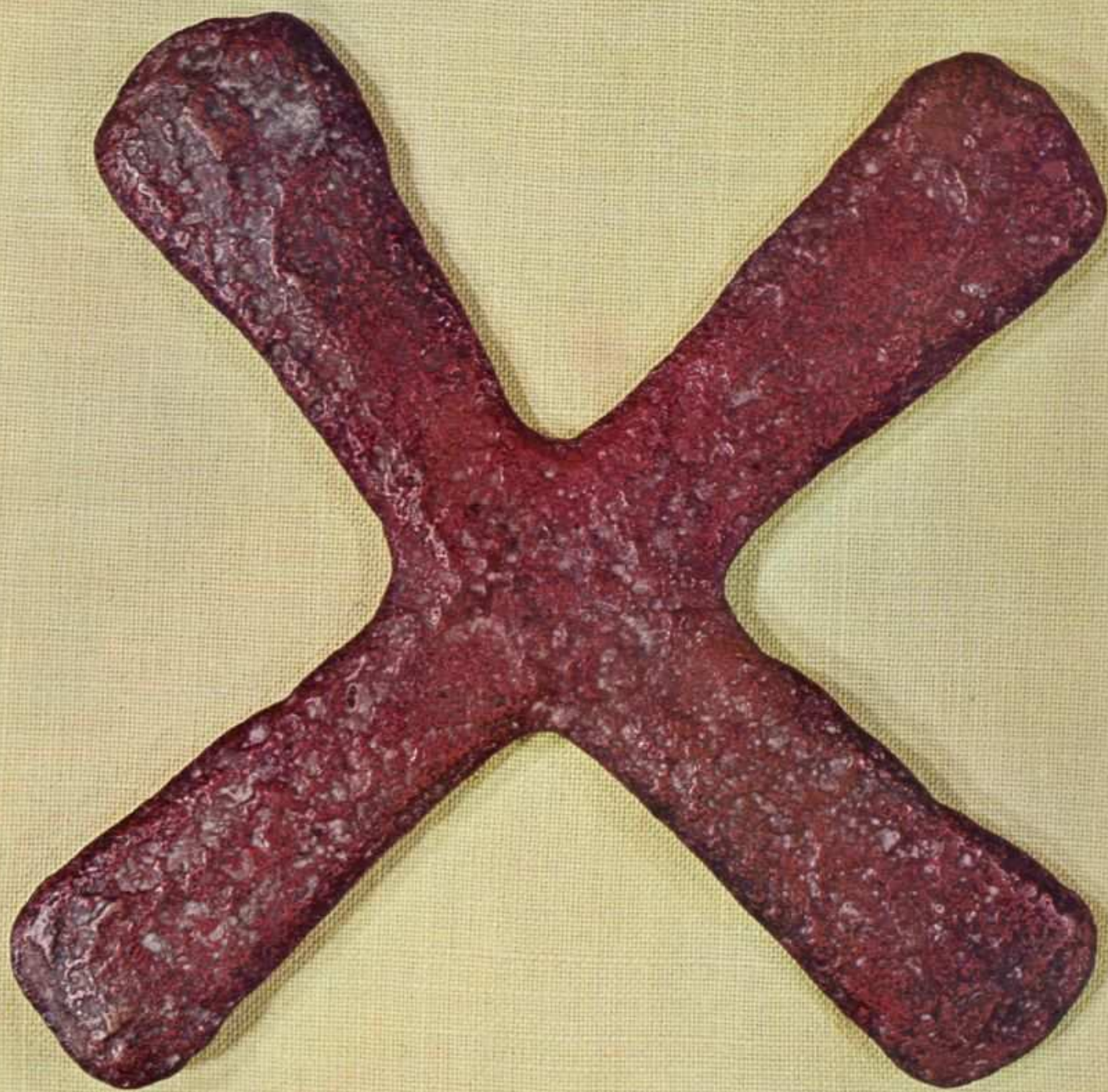
a designação de «malungas». Também Elias da Silva Correia se serve do mesmo vocábulo para designar estas peças com que «se adornavam os naturais».

⁽²⁵⁾ De Angola à Contra-Costa, vol. II.

«Cruzeta» que se admite ter sido fundida na Lunda (reprodução).

«Cruzeta» (cross), believed to have been cast at Lunda (reproduction).





cordas dos instrumentos musicais. Com esse fio guarneciam os cabos dos machados, os canos das armas e envolviam feixes de pêlo de cauda de búfalo, confeccionando as célebres manilhas e braceletes em voga por todo o sertão. No vizinho Catanga davam às «cruzetas» o nome de «nkanu» ou «tshiombo», adquirindo com uma delas cinco a seis galinhas. O seu tamanho e peso variavam; o exemplar apresentado pesa 550 gramas e mede 17 centímetros na diagonal.

Cameron encontrou também cruzetas de cobre no Ruanda, por alturas de 1879, às quais denominavam «handas»; o seu peso variava de dois e meio a três arráteis e eram fundidas igualmente em forma grosseira da cruz de Santo André, medindo na diagonal cerca de 15 a 16 polegadas, na largura 2 polegadas e na espessura meia polegada. Como nota curiosa, muitas destas peças tinham uma saliência nos eixos diagonais ⁽²⁶⁾.

Em Angola teriam sido, como já dissemos, fundidas na Lunda, conhecendo-se exemplares com cerca de 30 centímetros de comprimento e mais de 1 500 gramas de peso. Conjuntamente com as cruzetas, circularam barras de cobre com o peso de 5 arráteis. Segundo fonte de informação da época, eram vendidas na feira de Cassange pelos indígenas, ao preço de «uma folhinha, que é igual a um côvado e terça ou meio beirame, correspondendo a 350 réis» ⁽²⁷⁾. Trocavam-se unicamente por missanga grossa, por copos de vidro, por coral vermelho e verde adiamantado, por missanga fina — chamada «olho de rola» — e por espelhos com capa de papel dourado.

Ainda em 1801 se desconhecia em Angola o local das minas de onde os indígenas extraíam o cobre. A localização destas minas foi, aliás, preocupação dominante de inúmera correspondência entre a Casa Real e os governadores de Angola. Os indígenas guardaram, porém, este segredo durante muitos anos, chegando ao ponto de deixar de fundir as cruzetas, dedicando maior interesse ao negócio do marfim. Assim, eram já extremamente raras no século XIX ⁽²⁸⁾.

⁽²⁶⁾ *Através da África*, vol. I.

⁽²⁷⁾ Por uma interessante transcrição parcial do «diário» de um funcionário, referido ao ano de 1799, inserta em *A Província de Angola* de 8-5-1966, ficámos a saber que os Moluas eram, ao tempo, conhecedores de minas de cobre, porquanto, depois de o fundirem, traziam-no aos mercados em forma de «aspas».

⁽²⁸⁾ F. A. Pinto, *Angola e Congo — Conferências*.

«Mabela» — pano de
fabricação indígena
que se refere no texto.

«Mabela» — cloth of
indigenous origin
referred to in the text.



Os “panos”

Os «panos» foram outra mercadoria-moeda de larga circulação entre os povos locais. Sucederam praticamente ao «zimbo».

Consistiam os panos, na acepção da época, em pequenos pedaços de tecido de fabricação indígena, feitos à base das fibras da palmeira-bordão, e tinham geralmente a dimensão de uma mabela⁽²⁹⁾ — um côvado quadrado, ou seja, um quadrado com sessenta e seis centímetros de lado —, embora os houvesse de outras dimensões, conforme o fim a que se destinavam.

Duarte Pacheco Pereira refere-se aos panos, em período anterior à sua circulação com características de moeda, em termos que dão bem ideia da sua beleza e da perfeição com que eram trabalhados:

«...neste reino de Congo se fazem uns panos de pelo como veludo e deles como laoures como çatim velutado tão formosos que a obra deles se não faz melhor feita em Itália; e em toda a outra Guiné não há terra em que saibam fazer estes panos senão neste reino de Congo...» ⁽³⁰⁾

Tinham os «panos» duas origens distintas: o Congo e o Luango, onde os contratadores iam adquiri-los, trazendo-os para Luanda, onde circulavam como mercadoria-moeda.

⁽²⁹⁾ Mabelas eram as obras tecidas dos filamentos dos folíolos de uma espécie do género *Ráphia*, família das Palmeiras ou *Phoenicáceas*. A estes filamentos chamavam os indígenas «jimbusu» e deles faziam variadas obras para seu uso e para comércio. As mabelas podiam ser brancas ou pintadas, sendo o seu valor de 25 a 30 réis cada peça das primeiras e de 100 a 150 das segundas, que aliás eram raras.

⁽³⁰⁾ Também Lopes de Lima, *op. cit.*, nos comprova a sua beleza, nas palavras seguintes:

«...do tamanho e feição de guardanapos, que correm como moeda nos reinos do interior, e correram como tal mesmo em Luanda quase até ao fim do século XVIII; fabricam-se porém de muitas outras dimensões e qualidades, e alguns extremamente belos: eu vi dous servindo de cobertura de mesas, que arremedavam veludo cortado...».

Os do Luango chamavam-se «libongos»⁽³¹⁾ e dividiam-se em «bongos», «sangos» e «infulas», enquanto os do Congo, denominados «panos limpos», se repartiam, consoante o tamanho, em «cundis» e «meios cundis». Corriam ambos em Luanda antes da conquista holandesa.

A sua aquisição na origem era um exclusivo dos contratadores dos direitos reais, que os compravam por cerca de 20 réis cada «libongo», lançando-os depois em circulação ao preço de 50. Assim, uma macuta, que era constituída por dez libongos, tinha, ao tempo, o valor de 500 réis. O valor do libongo foi, no entanto, decaindo com os anos e o seu tamanho diminuindo⁽³²⁾.

Segundo Felner, havia então dois critérios de classificação destes valores monetários: o «corrente» e o do «bom dinheiro ou peças da Índia». Os preços estabeleciam-se, pois, em função de um dos critérios. Assim, se um pano valesse 200 réis em «moeda corrente», tinha o valor de 100 em «bom dinheiro».

Tanto os panos do Congo — panos limpos — como os do Luango — libongos —, só passavam a ter curso monetário após haverem sido marcados pelo Senado da Câmara, com a marca real «R». Para os distinguir, usavam duas marcas nos primeiros e uma nos últimos. Era o procurador do Senado quem tinha a responsabilidade da guarda e utilização das marcas.

Com os «panos» comprava-se tudo, cobravam-se os impostos e remunerava-se a tropa.

A circulação dos panos como mercadoria-moeda viria a entrar em declínio já no período imediato à reconquista. Em 1649, como veremos adiante, a Câmara de Luanda requeria a Salvador Correia que se cunhasse moeda para pagamento à tropa, em substituição dos tradicionais «libongos». O requerimento foi objecto de viva controvérsia, que viria a culminar com o indeferimento da pretensão.

O problema foi, porém, levantado por várias vezes, sem resultados positivos, pelas razões que se enunciarão mais adiante, quando se tratar da situação existente no período antecedente à introdução da moeda metálica.

Sómente em 1694, após uma série de incidentes, alguns de certa gravidade, viria a ser aceite a moeda de cobre, em pleno reinado de D. Pedro II.

⁽³¹⁾ Segundo Francisco Castelbranco, *op. cit.*, «ji-nbongo» (libongo, dos cronistas).

⁽³²⁾ Em 1685, «...uma macuta constava de retalhinhas em forma quadrada de largura e comprimento de uma mão travessa» (consulta de 31-3-1685, segundo o cônego Matias Delgado).

Os “escravos”

Os escravos constituíram, durante largo espaço de tempo, «moeda» corrente em muitas partes do Mundo.

A sua utilização com funções monetárias encontrou fundamento no generalizado comércio de escravos, praticado desde épocas muito remotas pelas mais diversas sociedades, que o encaravam como coisa natural e o haviam enraizado nos costumes da época.

Este comércio tinha já grande desenvolvimento em civilizações muito recuadas, nomeadamente na Grécia, onde se importavam escravos em grande escala, provenientes das suas colónias da Ásia Menor e das regiões balcânicas, e também em Roma, durante o Império, onde se organizavam mercados e feiras para venda, pelo Estado, de prisioneiros de guerra e de escravos importados, localizando-se os principais centros deste nefando negócio em Génova, Florença, Veneza e Pisa.

Os descobrimentos marítimos vieram ampliar o âmbito deste tráfico de mercadoria humana, mercê dos vastos espaços demográficos proporcionados ao recrutamento pelos continentes africano e americano, se bem que neste último tivesse atingido proporções muito mais modestas.

Com o correr dos tempos, importantes frotas de toda a sorte de embarcações, primeiramente ao serviço das Coroas Imperiais de alguns países europeus e mais tarde mobilizadas por inúmeras empresas exclusivamente dedicadas a este desumano negócio, desenvolveram intensa actividade no transporte de escravos, alimentando os centros de comércio.

Milhões de seres humanos foram, com a maior naturalidade, deslocados das suas sociedades tradicionais, vendidos como vulgar objecto comercial e explorados no seu trabalho sem preço.

Privados do mais elementar direito conferido à condição humana, não foram apenas instrumento de trabalho, mas também objecto de luxo e de prazer. Como se fosse pouco, acabaram por servir de espécie monetária.

Não cabe aqui, porém, referir, mesmo sucintamente, todos os sucessos dessa estranha época da Humanidade, aliás já pormenorizadamente descrita e amplamente documentada em vasta bibliografia das mais diversas proveniências.

A alusão mostrou-se necessária apenas para enquadrar o surgimento do escravo como autêntica «moeda viva», fenómeno só possível, na verdade, pela extraordinária amplitude assumida por esse comércio.

A utilização do escravo como espécie monetária vem já das Antiguidades grega e latina, da Germânia e da Escócia, onde ele constituía, simultaneamente, um meio de pagamento de muitas necessidades e um processo de acumulação de riqueza. Para este último efeito, chegavam ao ponto de educar e instruir o escravo em ofícios especializados, apenas na mira de, pela sua valorização, os transformarem em moeda mais forte. Nos mercados e feiras da Grécia, por exemplo, estabeleciam-se equivalências de escravos de ambos os sexos, segundo as suas artes e potencialidade de trabalho, com o valor de certos utensílios, de labor ou de uso doméstico, e até cabeças de gado⁽³³⁾.

Como é sabido, os nossos navegadores vieram encontrar em Angola o tráfico dos escravos já com algum desenvolvimento, pois que a África foi, desde tempos muito recuados, grande mercado dos negociantes berberes e árabes do Oriente⁽³⁴⁾.

A escravatura era, ao tempo, a maior fonte de receita do Estado.

Nos primeiros anos do contrato de arrendamento, os escravos de Angola vendidos para as Índias de Castela pagavam de direitos seis mil réis por unidade e para o Brasil metade daquele valor.

Segundo Ralph Delgado, o negro era havido como um produto com várias aplicações e catalogações, todas bastante rendosas. Sendo *mercadoria*, era avaliado em peça e, como tal, exportável; como *vassalo*, constituía um meio tributário; e, na qualidade de *serviçal*, era cativo, sem direito a proventos e a património. Em qualquer dos casos, servia de moeda corrente para as liquidações no exterior.

⁽³³⁾ Anselmo de Andrade, *A Evolução da Moeda*.

⁽³⁴⁾ Segundo Ralph Delgado, in *História de Angola*, vol. I, «...na Etiópia Ocidental, grande e inesgotável manancial, a escravatura fazia parte da sua organização social primitiva, representando, até, um grau de evolução sobre a antropofagia, que fazia dos sertões, já de si teatros de lutas constantes e irredutíveis, verdadeiros e comoventes açougues humanos».

O sistema de avaliação consistia em atribuir-lhes valor em peças da Índia, cuja unidade correspondia a 7/4 de vara e esta a 1,75 metros, estatura média no negro adulto.

Três peças constituíam uma tonelada, nome atribuído ao espaço ocupado a bordo por outro tanto de carga ordinária. Para avaliação das toneladas de escravos a embarcar, procediam à contagem em grupo, medindo-lhes as alturas e somando-as, para em seguida dividirem o resultado obtido por uma craveira, ou seja, por 5,25 metros ⁽³⁵⁾.

De um modo geral, eram eliminados desta contagem, para transacções, os escravos com mais de 40 anos de idade.

Relativamente ao valor do escravo como mercadoria de exportação, notaremos que, no início do século XVI, andava por cerca de 22\$000 réis por peça, o que equivalia, em moeda actual, sensivelmente a 11 000\$00.

No fim do século XVIII um negro destinado ao trabalho das minas de ouro do Brasil custava cerca de 360\$000 réis, ou sejam 28 000\$00, considerando o actual valor da moeda. Como autêntica moeda de conta em que se foram transformando, em várias regiões do território estabeleciam-se os valores das mais diversas mercadorias pela sua equivalência em escravos.

Com efeito, o escravo não constituiu apenas uma mercadoria de exportação imediata, pois que o seu emprego como «moeda» se generalizou entre os próprios indígenas. Na verdade, tal como nos diz Henrique de Carvalho, há que fazer a distinção entre a prática que ficou conhecida pela designação de «tráfico», e que consistia na exportação de escravos por parte dos Europeus, e a «escravidão» praticada pelos próprios negros, no interior de África. A esta última, que se revestia de muito maior crueldade, não era alheia, como é sabido, a nefasta influência árabe ⁽³⁶⁾.

À medida que se processava a ocupação do território e diminuíam as guerras, deixavam de se obter escravos pela captura de prisioneiros. Em contrapartida, abriam-se feiras, no interior, onde os sobas iam trocar pelas mais diversas mercadorias os escravos conseguidos através do saque em sanzalas vizinhas. Como nos afirma ainda Henrique de Car-

⁽³⁵⁾ A. Felner, in *História Colonial dos Portugueses — Angola*.

⁽³⁶⁾ Segundo H. Capelo e R. Ivens, *De Benguela às Terras de Idcca*, Lisboa, 1881, vol. II, a escravatura existia ainda nessa época, contando-se as vítimas por milhares. Na sua origem estava a influência árabe, verdadeira peste de África, «contra a qual nos devíamos colligar na Europa em permanente cruzada».

valho, o escravo «era moeda circulante nas transacções para a compra de outros artigos de comércio».

Para ilustrar melhor até que ponto desceu a cotação de um ser humano, transcrevemos a seguinte passagem de outra obra deste conhecido autor:

«As caravanas de bienes, vindas pelo oriente, para Cabau, são um flagelo. Não levam para Cabau um búzio, nem um bago de missanga. O único artigo que levam para troca por marfim, são numerosas levas de escravos, que vendem aos Bacubas por preços desgraçados. Para se fazer ideia deste péssimo negócio, é suficiente dizer que dão por uma ponta de 4 libras de peso, um escravo; de dez libras, dois; de vinte, seis; de trinta, dez; por uma ponta de cinquenta a sessenta, vinte; e finalmente deram quarenta e cinco escravos, por um dente que pesava noventa e duas libras.

Parece incrível, mas é verdade.

Os Bacubas, enquanto têm negócios destes, não vendem o seu marfim por artigos de negócio lícito, e quando o vendem exigem em búzio o correspondente ao valor de escravos.

Em Cabau, o preço de um escravo são 5.000 bagos de búzios, preço fixo em todo o país, de forma que quem quizer comprar a ponta igual à vendida por quarenta e cinco escravos, tem de dar 225 mil búzios, que equivale a 225 quilogramas. O preço deste artigo, vindo de Malange, fica em Cabau a 700 réis o kg., e a compra da ponta seria em réis 157\$500.

Por aqui se vê como está hoje o negócio do marfim, devido aos traficantes de carne humana» (37).

Em 1819, com um escravo obtinham-se, em Cabinda, 12 peças de fazenda de lei e algumas miudezas, como facas, missangas, etc.

Em 1885, o valor do escravo, na Lunda, como instrumento de troca, era de cerca de 25 a 30 muxas de sal, além da «quizeza» (ou traquinada, como lhe chamavam os ambaquistas), o que equivalia a cerca de 900 réis por cabeça. Porém, em Muquelengue o preço caía para cem a cento e vinte réis por escravo.

Segundo H. Wissmann, no Lubuco vendia-se por uma mulher bem feita e bonita uma espingarda lazarina.

No Congo, em algumas regiões, uma escrava valia dez cintas cravejadas de cauris.

(37) H. Carvalho, *Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiânvua*.

O “marfim”

Sem nunca haver atingido a projecção de outros instrumentos de troca, o marfim teve, no entanto, a sua época como meio de pagamento. O volume e o valor das transacções desta mercadoria cedo despertaram a atenção dos poderes públicos. Por alturas de 1592, já Abreu de Brito⁽³⁸⁾ se lhe referia, em termos que sugeriam a intervenção da Fazenda Real:

«...E quanto ao Marfim q̃ deve ser muito em cãntidade por aquellas regiões da thiopia serem mui pouoadas em demasiada cantidade de Alifantes so nao e hum mercador desta cidade por nome lionardo fr̃es despachey çincoenta, e tantos quintães por onde se entende q̃ ha muito em o Reyno, e que se pode cobrar pellos officiões de uossa faz.da ou arrendarse com o Reyno de Benguella».

Conquanto não possa assegurar-se que esta informação tenha estado na origem do procedimento adoptado, a verdade é que, algum tempo depois, o marfim passou a constituir objecto de contrato privativo da Fazenda Real, sendo, portanto, proibida a sua exportação por entidades privadas. Terá sido em consequência deste contrato privativo que o marfim começou a revestir o cunho de meio de pagamento, pois a Fazenda Real aceitava-o em pagamento de impostos e utilizava-o em transacções como se se tratasse de dinheiro corrente.

Comercializado em abundância no interior, principalmente nos sertões de Benguela, esta mercadoria ocupou, durante longos anos, lugar de relevo no quadro das exportações,

⁽³⁸⁾ Sumário, já citado.

chegando a constituir, juntamente com os escravos, a principal fonte de receita do comércio com o exterior.

Na comercialização atendia-se a três espécies, denominadas «marfim miúdo», «marfim meio» e «marfim de lei», sendo esta última a mais valiosa.

Em 1791 ⁽³⁹⁾ a Fazenda Real pagava-as, respectivamente, pelo valor de 80, 160 e 260 réis por libra.

Segundo fonte da época ⁽⁴⁰⁾, de três em três anos eram expedidas para o Erário de Lisboa remessas de duas a três mil pontas, compreendendo todas as espécies. Lopes de Lima ⁽⁴¹⁾ refere que, no período de 1820 a 1825, se remetiam anualmente para Lisboa seiscentos a setecentos quintais.

Porém, a negociação através da Fazenda Real representava, na realidade, uma ínfima parte do volume de transacções. Enquanto andou por contrato real, a maior quota do marfim comercializado fugia, por contrabando, pelas zonas do Ambriz e Cabinda, onde os mercadores estrangeiros o adquiriam por muito melhor preço ⁽⁴²⁾ e «sem a ínfima taxa nem as vexatórias distinções no peso dos dentes», praticadas pela Real Fazenda. As exigências destes funcionários tornaram-se tão exorbitantes que os vendedores preferiam, em não poucos casos, principalmente quando as pontas não tinham o peso legal, abandoná-las em pleno sertão. Assim, era frequente encontrarem-se, nas províncias de Cassange e Ginga, grande número de peças abandonadas por aquele motivo e, também, porque os fretes pagos aos carregadores, para as transportarem de tão grandes distâncias, chegavam a superar o valor pago pela Fazenda.

Além disso, e a título de curiosidade, referimos o facto de, em alguns casos, para suprirem a deficiência de peso, os indígenas introduzirem hábilmente pedaços de pedra na extremidade das pontas, de forma a apresentarem, no acto da transacção, peso maior que o real. Esta viciação só era descoberta aquando do corte dos dentes.

Estes factos e a repressão do contrabando amoleceram o interesse do indígena pelo negócio e, por via disso, entre

⁽³⁹⁾ Ofício do governador D. Manuel de Almeida e Vasconcelos para o marquês mordomo-mor, em 18-2-1791. O aviso de 8 de julho do mesmo ano estabelecia os preços.

⁽⁴⁰⁾ Elias da Silva Correia, *História de Angola*, 1782.

⁽⁴¹⁾ Obra citada.

⁽⁴²⁾ Ofício citado: «Em muitas partes da costa os estrangeiros introduzem toda a quantidade de fazendas de muito melhor qualidade, a troco de escravos mais bem pagos, e ainda de marfim, pagando-lhe, sem diferença, a 800 réis o arrdtel».



1830 e 1833 já não se conseguiam adquirir mais de seis mil arráteis.

A persistência deste estado de coisas conduziu a um desinteresse crescente, que veio a culminar com a libertação do monopólio de comercialização por parte do Estado, quando corria o ano de 1839.

Perante tal desfecho, novamente se aviva o interesse pelo negócio e começam a afluir ao mercado de Luanda grandes quantidades de marfim, que incentivaram consideravelmente a exportação.

Assim, nos anos imediatos à libertação do monopólio, a média anual de exportação subiu vertiginosamente para 150 mil arráteis e em 1848 atingia já o quantitativo de 200 mil.

Desenha-se novo ciclo de euforia e a caça ao elefante atinge proporções desmedidas, facilitadas pela ocupação progressiva e pela generalização das armas de fogo, que tiveram como resultado o gradual desaparecimento do elefante.

Na verdade, a encarniçada guerra a este paquiderme era de tal ordem que já Capelo e Ivens⁽⁴³⁾ vaticinavam a sua completa extinção.

Conquanto esta previsão não viesse, felizmente, a confirmar-se de maneira tão radical, não restam dúvidas, no entanto, de que o comércio do marfim, por via de tal situação, decresceu acentuadamente, a ponto de já não ter qualquer significado na actualidade.

⁽⁴³⁾ De Angola à Contra-Costa.

Mercadoria-moeda
de proveniência
exterior

O “cauris”

(*Cipraea moneta* ou *Cipraea caurica*)



O «Cauris» (tamanho real)
«Cowries» (actual size)

O «cauris»⁽⁴⁴⁾, concha branca de rara beleza, cuja designação tem sido aplicada com frequência por vários autores a outras conchas (nomeadamente ao zímbo) que tiveram igualmente função monetária, é conhecido desde tempos pré-históricos e constituiu moeda corrente em vários continentes.

Pescava-se entre Zanzibar e Moçambique, na Ásia, na América e na Oceânia. Porém, os mais belos e valiosos eram oriundos das ilhas Maldivas, onde lhes davam o nome de «bolys».

Segundo Pirard de Laval, grande viajante do século XVII, a sua pesca fazia-se duas vezes por mês: «três dias antes e três dias depois da lua nova e da lua cheia, não se encontrando um só fora destas ocasiões».

Muito embora partissem destas ilhas inúmeros navios carregados de cauris com destino a Bengala, o grande mercado destas conchas, na Ásia, situava-se, contudo, em Bombaim, para onde, por alturas de 1500 e segundo Gaspar Correia, eram exportados em grande quantidade de Zanzibar e Moçambique⁽⁴⁵⁾.

A sua generalização em Angola e no Congo teve lugar a partir do século XVI e foi consequência das relações comerciais dos mercadores portugueses, que, por via marítima, o importavam do Oriente.

Igualmente importavam os nossos comerciantes de então outras conchas de Cabo Verde e da Guiné, destinadas à função monetária⁽⁴⁶⁾.

⁽⁴⁴⁾ Também conhecido por caurim, cauri, coris, cauril, bouge, etc.

⁽⁴⁵⁾ Lendas da Índia.

⁽⁴⁶⁾ A. A. Felner, *História Colonial dos Portugueses — Angola*.

Destas, a mais importante teria sido o *Conus papilionaceus*, que, embora particularmente abundante nas ilhas Molucas, também se pescava no golfo da Guiné. Em Angola, onde a sua existência, embora rara, é confirmada por alguns autores, teve esta concha grande procura, especialmente por parte dos indígenas do interior, que a denominavam «mandé». Em algumas regiões o seu valor era elevado, bastando um búzio destes para obter um boi.

Muito embora, como já referimos, a generalização do uso do cauris tivesse lugar a partir do século XVI, com a importação de grandes quantidades por parte dos nossos mercadores, já anteriormente esta concha era conhecida de alguns povos indígenas, que as recebiam dos Árabes pelas vias comerciais internas, e principalmente da região dos grandes lagos, até onde estes estenderam a sua influência. Antes de o emprego do cauris se generalizar nos territórios de Angola e Congo, já esta concha era conhecida de grande parte dos povos da costa ocidental de África⁽⁴⁷⁾. No século XV as caravanas levavam-nos da Pérsia, via Cairo, para os negros da costa da Guiné. Em Tombuctu, por exemplo, onde o ouro a peso servia de moeda, utilizavam, já nessa época, o cauris nos pequenos pagamentos, valendo 400 destas conchas um «mitical» (peso em ouro equivalente a 445 reais)⁽⁴⁸⁾.

O cauris teve igualmente curso em territórios da América, onde era admitido nos pagamentos até ao montante de 40 *shillings*.

Aí correu, também com função monetária, uma jóia constituída por duas destas conchas, a que davam o nome de «wampums»⁽⁴⁹⁾.

Alguns povos do Canadá, ainda no século XIX, o preferiam

(47) Já Cadamosto, em meados do século XV (*Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, por Vitorino M. Godinho), dizia, a propósito dos Azenegues:

«Nesta terra de Alarves não se bate moeda alguma, nem usam dela, nem também em algum outro lugar pela costa adiante; mas todo o seu tráfico é trocar coisa por coisa, ou duas coisas por uma e por este modo é que vivem. Verdade é, que ouvi que, pela terra adentro, estes Azenegues e ainda os Árabes em algumas povoações suas, usam de conchas brancas, destas pequenas que vêm a Veneza pelo Levante, e dão certo número destas a seu modo, conforme as coisas que têm a comprar».

(48) Segundo Vitorino de Magalhães Godinho (*A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*), «estas conchas de função ao mesmo tempo monetária e mágica corriam por uma boa parte das regiões do ouro». Corriam também conchas apanhadas no litoral atlântico, como é o caso das conchas de ostras provenientes das Canárias.

(49) Manuel Heleno, *Do Estudo e Origem da Moeda*.



ao ouro e à prata, tal como aconteceu com o nosso «zimbo» em pleno século XVI. Porém, a sua utilização prevaleceu até mais tarde. Segundo Anselmo de Andrade ⁽⁵⁰⁾, ainda há cerca de quarenta anos tinham curso legal em alguns territórios africanos, nomeadamente na Nigricia ⁽⁵¹⁾. Diz-nos este autor que o projecto da sua «desamoedação» foi apresentado, com este nome, ao parlamento britânico, por volta de 1923.

O valor do cauris era extremamente variável, consoante a longitude. De uma maneira geral, elevava-se à medida que a distância da costa ia aumentando. Contudo, dos diversos elementos compilados sobre o seu valor, alguns apresentam-se contraditórios, considerando a mesma região.

Aquando do apogeu da sua voga, esta concha chegou a ter um valor inconcebível; na região dos grandes lagos, por exemplo, comprava-se uma mulher por dois cauris. Porém, em breve se desvalorizaram, acabando por vir a ter um valor ínfimo, para o que, em grande parte, contribuíram as constantes remessas efectuadas pelas casas comerciais europeias, destinadas aos seus agentes em África.

Nesta fase teria sido utilizado, particularmente, nos pequenos pagamentos, facilitando as transacções miúdas, que exigiam fracções monetárias diminutas.

No Congo uma cabra chegou a valer 20 000 e por 5 000 obtinham-se oito metros de tecido europeu. Um escravo valia entre 80 a 150 arráteis de cauris (um arrátel equivalia a 459 gramas) ⁽⁵²⁾.

Na Índia pagava-se uma galinha por 200, um boi por 40 ou 50 mil e um escravo por 200 mil. Em Kano, entreposto comercial africano, 2 500 cauris valiam um florim.

Em Bengala, onde, segundo António Nunes, a moeda corrente era o cauris, «oitenta destas conchas constituíam um «pone»; 48 pones valiam um «larim»... e às vezes muito mais...».

O seu uso, como era natural, entrou a declinar progressivamente, à medida que os adornos de importação se vulgarizaram no interior, muito embora na actualidade se encontrem ainda povos que continuam a utilizar estas conchas como enfeite ⁽⁵³⁾.

⁽⁵⁰⁾ A Evolução da Moeda.

⁽⁵¹⁾ A Nigricia era uma antiga região da África Central, limitada ao norte pelo Sáara, a leste pela Núbia, ao sul os montes El Kalmar e a Guiné Superior e a oeste a Senegâmbia.

⁽⁵²⁾ Manuel Heleno, *op. cit.*

⁽⁵³⁾ Segundo Léon Moret, in *Manuel de Paleontologie Animale* (1966) «...Certaines espèces de *Cypraea* sont encore utilisées en Afrique Centrale, sous le nom de «Cauries», comme monnaie (C. Moneta)».



As “contas”

Entre os primitivos ornamentos mais usados pelos indígenas, figuravam colares e adornos feitos de sementes — como o N'pepe (*Monodora grandiflora* Benth.) e a *Croix lacryma* L. —, pulseiras e colares de raízes aromáticas, cilindros e esferóides de marfim, pedaços de osso, dentes, unhas e outros adornos enfiados em cordões de fibras têxteis.

Nos adornos de madeira distinguiram-se os «tuquetes», constituídos por pequenos canudos de troncos rijos, com dois a três centímetros de dimensão longitudinal, normalmente pintados a preto, vermelho e branco e enfiados em cordões de fibras têxteis, que tinham particular procura, por serem utilizados como moeda em pequenas transações.

A partir do século XVI começam a aparecer «tuquetes» de importação, imitação dos primitivos, que tiveram imenso sucesso entre os indígenas. Com os tuquetes compravam-se bens de primeira necessidade, como o óleo de palma e pontas de flechas, mabelas, etc.

Na mesma época começam a invadir o sertão contas e missangas das mais variadas cores e feltios. Muito apreciadas pelo indígena, acabaram por suplantar as conchas, em especial o «zímbo» e o «cauris», tanto na sua função ornamental como na de moeda. As contas azuis, pequenas, chegaram mesmo a usurpar o nome ao próprio «zímbo». Constituíam um índice de riqueza das mulheres, que se enfeitavam o mais possível com elas, dispondo-as pelos cabelos, nos colares, nas tângas, de onde as retiravam quando necessitavam de fazer compras. Contavam-nas então ciosamente, sendo a perda de uma simples conta lamentada com grandes choradeiras, como se fosse tragédia irreparável.

Colares de Contas

Bead necklaces

Cientes do seu valor entre o indígena, os nossos comerciantes importavam-nas em grandes quantidades, acondicionadas em barricas, fazendo-as chegar aos mais recônditos lugares do sertão por intermédio dos seus aviados, pumbeiros e funantes, autênticos caixeiros viajantes da época. As mais divulgadas foram a «missanga grossa», a «miúda» —também chamada «olho de rola»—, a «Maria II» —pequena conta, encarnada na face exterior e branca no interior, com cerca de três milímetros de diâmetro—, a «Cassungu» —conta de bordado—, a «almandrilha» —apipada ou riscada, de forma alongada e um centímetro de comprimento—, e outras de menor importância, como a «missanga leite» e a «missanga azul celeste».

Ao contrário das «fazendas», que eram aceites como moeda em toda a parte, as «missangas» exerciam essa função com carácter mais regional. No Bailundo, por exemplo, circulava a «missanga preta», que, no entanto, já não tinha «curso legal» no vizinho Bié. Na Lunda era muito apreciada a «missanga branca», grande, o que não acontecia no Sul. Como excepção a esta regra, apenas se aponta a «Maria II», que circulava praticamente em toda a África Austral.

As missangas para negócio eram enfiadas em cordéis finos, em número determinado —7 a 8 contas—, para facilitar a contagem. Geralmente vinham emmassadas da origem em conjuntos de 46 a 60 contas. Os fios eram depois agrupados em conjuntos de 6, 10 ou 15, variáveis consoante a qualidade da missanga. A «missanga grossa», por exemplo, era vendida em conjuntos de 6 fios, enquanto a «missanga fina» se transaccionava em grupos de 10 fios.

Mediam-se também às «folhinhas», que consistiam em conjuntos de 15 fios.

O padre Barroso, citado por Ralph Delgado, descreve transacções em «moeda» constituída por bagos de coral azul, em enfiadas de 100 bagos.

Para se avaliar do grau de valor atribuído às missangas, bastará atentar em que uma peça de fazenda equivalia a 1 200 contas de missanga «Maria II» e a 2 000 de «missanga fina».

Com 10 contas de «Maria II» obtinham-se seis raízes de mandioca.

Cem fios equivaliam a uma «divunga» (um pano) ou quatro «bandos» de fazenda (o bando tinha as dimensões de 3,52 a 4,80 metros).

Na foz do Cuvo uma vaca custava 15 contas de uma polegada de comprimento, a que davam o nome de «nopindes». Por outro lado, um «beirame» valia 50 contas de coral

Colares de Contas

Bead necklaces

verde, 100 fios de coral vermelho ou ainda 120 fios de mis-sanga fina.

Finalmente, nos sertões de leste, uma galinha era vendida por dois a três «ketes» de contas (o kete era a distância compreendida entre a extremidade do indicador e a cava do polegar); três ovos valiam 1 kete, com o qual também



se adquiriam cinco raízes de mandioca ou duas libras de cereais.

Para terminar, apresentamos em seguida alguns valores referidos simultaneamente em «contas» e «réis»⁽⁵⁴⁾:-

1 galinha	12 contas apipadas e	
	10 tachas	\$100
1 kg de batata-doce	20 tachas	\$050
250 g de feijão	10 almandrilhas	\$030
1 ananás	50 contas «Maria II»	\$060
500 g de jinguba ..	20 tachas amarelas	\$050
200 g de jinguba ..	1 fio de almandrilha	\$040
1 kg de batata-doce	5 fios de missanga	\$025
3 ovos	2 fios de almandrilhas	\$120

⁽⁵⁴⁾ Sesinando Marques, *Os Climas e as Produções das Terras de Malange d Lunda..*

As “fazendas”

De entre as mercadorias inicialmente introduzidas no sertão pelos nossos negociantes, algumas, pela sua utilidade especial, tiveram intensa procura por parte dos indígenas. Daí resultou que, com o correr do tempo, se passasse a aferir o valor de qualquer outra mercadoria em função dessas autênticas mercadorias-moeda, geralmente denominadas «fazendas».

As fazendas inicialmente mais correntes foram a «garrafa», o «pano», o «cortado», a «peça» e a «espingarda».

A «garrafa», como «fazenda», não seria propriamente a vasilha em si, mas a quantidade de líquido necessária para a encher. Este líquido era, normalmente, uma bebida alcoólica, quase sempre a aguardente.

O «pano» seria inicialmente uma porção de tecido grosseiro, de tamanho e finalidade idênticos à mabela. Tinha sensivelmente o mesmo valor que a garrafa.

O «cortado» era constituído por um determinado número de panos, o suficiente para vestir um indígena, cingindo-lhe com uma parte a cinta e os ombros com a outra.

A «peça» seria a porção de tecido que o tear dava de cada vez. Media-se em varas. Mais tarde esta medição passou a ser feita em jardas, por efeito da importação de tecidos ingleses.

Para facilitar a avaliação, sem necessidade de recorrer a medições, as peças vinham dobradas da origem segundo dimensões definidas, pelo que era corrente fazer essa avaliação em relação ao número de dobras, critério este da preferência do negociante, por, através do aumento do número de dobras, poder induzir o comprador a crer que a peça teria dimensão superior à real. Esta especulação, no seu dizer, era feita para «puxar negócio».

Este processo não tinha aceitação por parte de alguns povos, nomeadamente além Malanje, certamente por estarem mais esclarecidos sobre tais práticas.

Exigiam estes uma unidade de medida, variável segundo a estatura do medidor, pois consistia na distância entre o meio do peito e o extremo da mão, estando o braço estendido para o lado.

Duas destas medidas perfaziam um «beirame» e quatro uma «divunga».

Henrique de Carvalho criou em Malanje uma outra unidade de medida para a peça — o «bando» (com as dimensões de 3,52 a 4,80 metros) —, no intuito de normalizar as transacções.

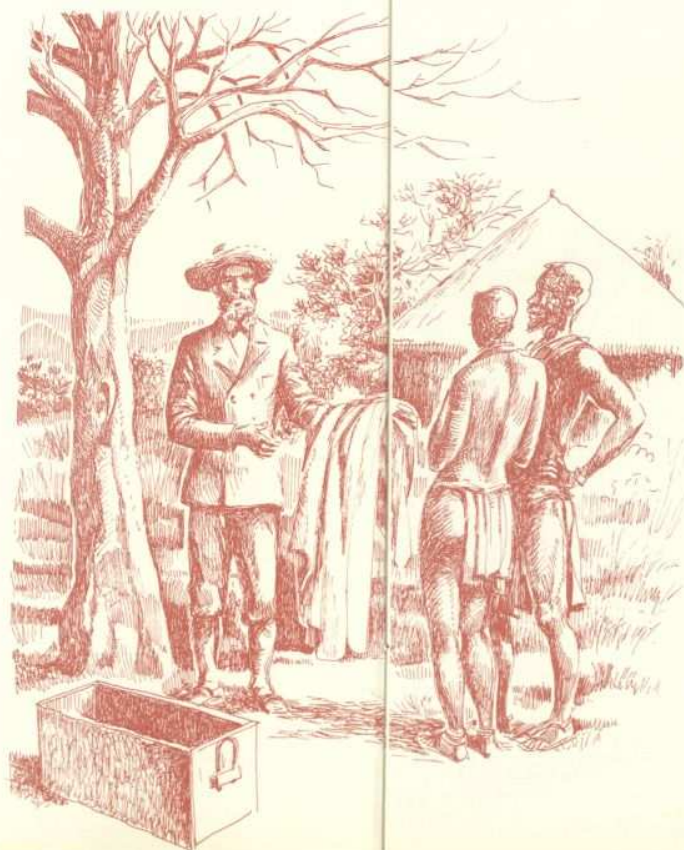
As peças de algodão branco tinham em geral 28 jardas de comprimento, havendo ainda algumas, de melhor qualidade, com 30. Os «zuartes» (peças de algodão azul-escuro) e os riscados mediam 18 jardas e os lenços pintados 8.

Deve salientar-se que o indígena não dava, normalmente, importância à qualidade dos tecidos, mas sim ao seu tamanho. Daí o interesse na especificação e classificação segundo as dimensões. Contudo, dentre estes tecidos, os preferidos eram o algodão branco e o «zuarte», que circulavam como autêntico dinheiro.

Mas, de todas as peças, a que reunia maior favor e procura, servindo até de padrão de avaliação, era a chamada «fazenda de lei», constituída por uma «espécie de tela com riscos azuis ortogonais»⁽⁵⁵⁾. Esta tinha geralmente 12 jardas. A sua aceitação em pagamento não sofria qualquer discussão. No entanto, segundo Lopes de Lima, a expressão «fazendas de lei» viria a ter acepção muito mais lata, englobando todos os artigos com colocação assegurada nos mercados do interior. Estão nestas condições a aguardente, o arame, as armas de fogo, baetas sortidas, barretes, chitas, coral sortido, espadas, espelhos, facas flamengas, lenços de ramagens, missangas sortidas, pederneiras, tabaco, zuartes, etc.

Além destas, outros artigos, de origem indiana, eram do mesmo modo aceites sob a mesma designação, tais como baiéis, borrachos, cadeás, chilas, coromandéis, linhas, mamodins, panos de gentio, etc.

A «espingarda» constituía a «fazenda» mais valiosa dentre as de proveniência exterior. Contudo, foi precedida de lazarina de sílex⁽⁵⁶⁾, de fabrico nacional — a única que alguns indígenas acreditavam capaz de desenvolver efeitos idênticos



⁽⁵⁵⁾ H. Capelo e R. Ivens, *De Benguela às Terras de Idcca*.

⁽⁵⁶⁾ Arma rudimentar de fusil, para caçar.

aos da «ri-uta», serpente venenosa, conhecida entre nós por surucucu.

A «lazarina» foi, contudo, lentamente substituída pela espingarda, que se mostrava, nos seus efeitos, mais destruidora. Para isso também contribuíram as falsificações de lazarinhas, provenientes do estrangeiro, nomeadamente de fabricantes ingleses, que explodiam com frequência, dando origem ao seu descrédito. Essa falsificação era, aliás, propostada, para levar o indígena à preferência da espingarda de fabrico inglês.

Todavia, a lazarina resistiu durante muito tempo a essa campanha, em virtude do seu baixo preço.

Stanley, na sua travessia de África, conta que encontrou na zona do médio Zaire, entre povos antropófagos, uma destas armas com a inscrição «Lázaro-Lazarino Legítimo de Braga», o que denotava a preocupação em atestar a legitimidade do fabrico nacional.

A espingarda, que sucedeu à lazarina, tomou, entre os Muchicongos e Cacongós, o nome de «reíuna», também chamada «reúna» por outros povos.

Todas estas «fazendas» tiveram valores que variaram consoante os tempos. Em 1847 os seus valores correntes, expressos em réis, na praça de Luanda, eram os seguintes:

Lazarinas	\$5000
Reúnas	\$4000
Baetas (côvado)	\$600
Coral falso (maço)	\$4000
Fazenda de lei (peça)	\$2400
Pólvora (barril de 25 libras)	\$8000
Pederneira (milhar)	\$5000
Pintados azuis (peça)	\$3000

Por alturas de 1887, nos sertões de leste, dava-se uma jarda de riscado para obter uma galinha, 7 a 10 por um carneiro, 5 a 8 por uma ovelha, 60 a 70 por um boi e 25 a 35 por um porco. Com meia jarda de riscado obtinha-se ainda uma «quinda» de fuba.

Na região de Malanje seriam estes os valores correntes das várias mercadorias:

6 raízes de mandioca — 1 jarda de riscado	\$150
4 galinhas — 4 jardas de riscado	\$600
3 galinhas — 3 jardas de algodão	\$450
1 cacho de bananas — 1 jarda de fazenda de lei	\$100
1 porco pequeno — 6 jardas de fazenda de lei	\$600
12 bananas — 1 carga de pólvora	\$030

No Bié comprava-se uma galinha por uma jarda de algodão, seis ovos pela mesma quantidade da dita fazenda, um cabrito por 12 jardas e um porco por uma peça de algodão branco e outra de zuarte.

Nesta região, a uma jarda dava-se o nome de «pano», a duas uma «beca», quatro um «lençol» e oito uma «quirana». No leste denominava-se «doti» à medida de quatro jardas e «upanda» a duas jardas.

O negócio do sertão através de negociantes ambulantes de conta própria — os conhecidos «funantes» — e por outros na qualidade de agentes do comércio citadino — os «pum-beiros» e os «aviados» —, com as suas pacotilhas de fazendas, encontrava-se já em declínio por alturas de 1870. Por um lado, como já vimos, o indígena, usando da subtileza de demorar largamente as transacções, tornava-lhes a permanência no sertão extremamente dispendiosa; por outro, a falta de ocupação do território conferia pouca segurança à sua função, conduzindo à morte de uns e fuga de outros; as doenças eram também frequentes, sem possibilidade de serem rapidamente atacadas.

Por último, os comerciantes do litoral, sabedores destes riscos, não confiavam as suas fazendas sem se assegurarem de caução ou pagamento, quase sempre incomportável para estes intermediários.

Assim, o número destes agentes de comércio foi diminuindo progressivamente até desaparecer quase por completo, passando este género de negócio a ser praticado em grande parte pelos próprios indígenas.

Da
mercadoria-moeda
à moeda metálica

Praticamente até final do período da ocupação holandesa (1649), não se fez sentir a necessidade de introduzir a moeda metálica em Angola.

Os panos, especificadamente os «libongos», que eram os mais correntes, exerciam satisfatoriamente a função monetária. Serviam para comprar todos os bens de consumo ou utilitários e a sua aceitação era geral e sem reservas. Como se referia numa exposição da vereação da cidade, dirigida em 1679 ao reitor da Companhia de Jesus, com o fim de ser presente ao rei ⁽⁵⁷⁾:

«...Os primeyros Habitadores nam tiveram moeda de Lei de valor intrínseco Com que podessem Comprar o Sustento e uzual à vida humana, sevaleram naquelle tempo de huns panos tecidos de palha fabrico de hum Rey gentio do Luando que na Suajurisdição tinham valor demoeda, eacada moeda de palha, que chamam macuta, selhedeu entam aqui o preço de 500 r. E supposto que estes pannos de palha, e introduzidos por moeda naquelle princípio tiveram medida, e fazidos o gentio de tal comprimento, e Largura que não Só servirão para comprar todo onecessário, mas também eram pannos estimados por se gastarem em sefazer velas das Embarçaçoens desta Costa, Sacos, e em vestir Negros das armaçoens que sahiam deste Porto para os do Brazil, e Indias com cuja saída tam prompta eram os ditos pannos bom governo, e com eles secomprava todo o género de fazendas, pagava aLuguer de Cazas, e faziam outras compras, comq, nam seexperimentou nesta Cidade a falta demoeda do Reyno, e duraram ditos pannos com aditamedida, e estimaçam, e sahida athé o tempo que ocupou esta Praça».

⁽⁵⁷⁾ José de Almeida Santos, *Luanda d'outros Tempos*.

Como atrás dissemos, os libongos eram adquiridos ao indígena, na origem, pelos contratadores dos direitos reais, que detinham, por mercê do rei, o exclusivo destas transacções.

Pelo «Contrato dos Direitos Reais» estes contratadores asseguravam a cobrança dos impostos e, entre outras obrigações, deviam satisfazer o pagamento dos soldos à infantaria — única força militar estacionada —, sendo uma quarta parte em libongos e o restante em géneros e fardamentos. Este sistema, que vigorou muito tempo sem incidentes de maior, começou, porém, a ser alvo de críticas e ataques logo após o termo da ocupação holandesa.

Já desde a ocupação, possivelmente devido ao desinteresse pelo sistema por parte da autoridade ocupante, começaram a aparecer panos «tam piquenos, com tam pouca palha, e tam mal tecidos q. de nenhum modo se podê uzar delles no serviço das embarcaçoens, nem coberturas dos negros da armação e só por necessidade se usou destes pannos com o mesmo preço de 500 rs. macuta...».

A verdade é que, além dessas circunstâncias, também os contratadores transformavam o sistema em autêntica espoliação, da qual tiravam largo proveito pessoal.

Assim, obtinham os libongos na origem ao preço de 20 réis e davam-nos em pagamento à tropa pelo valor de 50 réis, ou seja, a 500 réis por macuta (10 libongos).

Em consequência da péssima confecção e da redução no tamanho que, a pouco e pouco, foram sofrendo os libongos, não obstante o contratador manter o preço de 500 réis a macuta, a desvalorização destes panos era cada vez maior. Um soldado que, por exemplo, pretendesse utilizá-los na aquisição de qualquer artigo ou no pagamento de uma dívida a um terceiro sentia logo o efeito dessa desvalorização, visto que não os aceitavam senão por cerca de metade do seu valor, dada a deterioração do pano, que se desfazia facilmente⁽⁵⁸⁾.

Começa então a manifestar-se o descontentamento com o sistema monetário dos já tão falados libongos. Como dizia Cadornega, «bastava ser moeda de palha... que leva o vento, para se fazer della tam pouca estimação e dano notável dos vassallos portugueses deste reyno».

⁽⁵⁸⁾ «...fabricados a modo de esteira, de uma palha ou feno tão ténue que, só o uso de passar de umas mãos para as outras como dinheiro, se consumia em breve tempo e perdiam aqueles moradores cada três e quatro anos mais de quinze mil cruzados» (cónego Matias Delgado, consulta de 31-3-1685).

Esta situação foi-se tornando cada vez mais insuportável, originando longa série de diligências no sentido de se acabar com a moeda de palha e se introduzir a moeda metálica, o que só viria a conseguir-se em 1694⁽⁵⁹⁾.

Ainda em 1649, a Câmara de Luanda requeria a Salvador Correia que se cunhasse a moeda para pagamento à tropa, uma vez provada a impossibilidade de os libongos resolverem o problema.

A moeda pretendida seria de cobre e de dois tipos: o «meio pano», com o valor de 25 réis e o peso de duas oitavas e dois terços, e o «libongo», valendo 12,5 réis e com o peso de uma oitava e um terço.

Convocados a Câmara, oficiais de justiça, militares, clero e principais do povo, para se pronunciarem sobre o assunto, constata Salvador Correia a necessidade do recurso à moeda metálica, e assim, em 26 de Janeiro desse mesmo ano, manda lavrar um auto, que foi, dias depois, enviado ao rei.

Recebido o auto pelo rei, submete-o este a parecer em 18 de Agosto, tendo o procurador da Fazenda e o Conselho sido de opinião contrária à pretensão. Ordena então o soberano que se apresente ao Conselho uma exposição mais minuciosa, «por pessoa mais sem suspeita que pudesse ser», que veio a ser indeferida por carta régia de 18 de Fevereiro de 1650, nela se afirmando ser desnecessária tal medida.

Perante esta negativa, o governador Miranda Henriques, que entretanto sucedera a Salvador Correia, procurou atenuar a gravidade do problema, ordenando a redução do valor da macuta para 250 réis, mas a medida não teve qualquer efeito positivo, subsistindo o problema.

Continuando as reclamações, principalmente da infantaria, o governador João Fernandes Vieira mandou efectuar nova redução no valor da macuta, desta vez para 150 réis.

O problema não se modifica, contudo, e, alguns anos decorridos, o governador André Vidal de Negreiros resolve insistir com a Coroa, fazendo uma exposição, em 11 de Fevereiro de 1662.

Dizia o governador que fora informado, logo após a sua nomeação, pelos oficiais da Câmara, dos inconvenientes da baixa sucessiva dos libongos e, assim, a única medida acer-

⁽⁵⁹⁾ «e nesta suposição parecia que não só era conveniente mas precisa a introdução da moeda de cobre para evitar aquele dano e extinguir o uso e comércio de uma droga tão vil como inútil» (consulta de 31-3-1685).

tada seria autorizar que se cunhasse moeda de cobre, pois que havia grande quantidade deste metal no sertão. Esta petição parece não ter tido despacho real, não obstante haver sido presente à consulta em 5 de Outubro. Porém, no ano seguinte, em carta régia de 5 de Novembro, solicitam-se ao governador informações pormenorizadas sobre a pretensão de pôr fim à circulação dos libongos e ser cunhada moeda de cobre, de 5 e 16 réis, ao que, segundo o cônego Matias Delgado, André Vidal de Negreiros não teria respondido, porquanto em 30-6-1666 foi endereçada carta igual a Tristão da Cunha.

Segue-se um longo lapso de tempo — cerca de nove anos — até que em 1673, já no reinado de D. Pedro II, a 10 de Maio, por ocasião do novo contrato dos direitos reais, o Senado da Câmara, então com funções de governo, volta ao assunto.

Entretanto, havendo notícia da existência de minas de cobre em Benguela, fora mandado para ali um destacamento de infantaria, comandado por um capitão reformado, com o objectivo de as localizar e na esperança de vir a ser autorizada por Sua Majestade a cunhagem de moeda. Não obstante, novamente foi tudo em vão e uma vez mais a proposta indeferida.

Três anos depois volta ainda o Senado da Câmara a insistir com a Coroa, sucedendo-se fastidiosamente as tentativas, sempre sem qualquer êxito.

Entre outras razões da persistente negativa, não devia ser alheia a tradição, por direito antigo, de a cunhagem de moeda constituir privilégio da Coroa, muito ciosa desta prerrogativa, como se vê pela seguinte passagem de uma ordenação de D. Afonso V ⁽⁶⁰⁾:

«...e declaramos ser moeda falsa tôda moeda que não é feita por nosso mandado em qualquer lugar que seja feita, ainda que seja feita daquela forma e matéria, de que é feita a nossa verdadeira moeda, que se faz por nosso mandado no lugar para ela deputado; porque segundo direito e razão ao Rei ou Príncipe da terra e somente autorgado fazer moeda, e não a algum outro, de qualquer dignidade e preeminência que seja...».

Com efeito, a moeda constituía um sinal de soberania e, por tal razão, dificilmente toleravam as metrópoles cir-

⁽⁶⁰⁾ A. C. Teixeira de Aragão, *Moedas Portuguesas*, tomo I

culação de moedas privativas das colónias. Além desta determinante de ordem política, havia outra de natureza meramente económica, pois que, devendo o comércio assentar exclusivamente na permuta de produtos metropolitanos por coloniais, a emissão de moeda privativa na colónia poderia originar a quebra do monopólio mercantil da Metrópole. E isto, na maneira de ver da época, constituía uma afronta à sua legítima soberania⁽⁶¹⁾.

Já sem esperança na solução do problema pelas vias normais, resolve o Senado da Câmara, em 24 de Maio de 1679, solicitar a interferência do reitor da Companhia de Jesus em Luanda, figura de grande prestígio, no sentido de interceder junto da Corte para melhor sucesso da pretensão⁽⁶²⁾. Fosse ou não em resultado do empenho do citado reitor da Companhia de Jesus, embora a cronologia dos factos pareça indicar que sim, a verdade é que, a 29 de Novembro desse mesmo ano, se decreta a desejada extinção da chamada moeda de palha. Este decreto não viria, porém, a ter efeito imediato, pois não se providenciara pela substituição da moeda de palha por outra espécie monetária, no caso a metálica, como se pretendia.

No ano seguinte, porém, a 24 de Agosto, perante a verificação desta lacuna do decreto e da consequente impossibilidade de lhe dar execução, o príncipe acaba por admitir o envio de moeda de cobre da Metrópole, devendo as espécies de 10, 5, 3 e 1,5 réis circular em Angola com valor dobrado, ou seja, respectivamente, de 20, 10, 6 e 3 réis. Contudo, não se concretizou o envio desta moeda e é já o governador Luís Lobo da Silva quem, em 26 de Novembro de 1684, volta a insistir pela sua remessa.

No ano imediato — 1685 — a Câmara de Luanda dirige-se ao rei, dizendo que continuava a aguardar a prometida moeda de cobre.

Como continuasse o impasse da questão e os soldados se manifestavam cada vez mais descontentes — pagavam-lhes então quatro libongos e um alqueire de farinha, mensalmente —, pois aos quatro libongos era atribuído pelos contratadores o valor de seiscentos réis, quando, na realidade, o seu poder aquisitivo se traduzia por duzentos réis, o governador Luís Lobo da Silva, tendo em atenção a especulativa margem de lucro, obrigou os contratadores, contra

⁽⁶¹⁾ Vicente Ferreira, *Regimen Monetário e Bancário nas Colónias Portuguesas*.

⁽⁶²⁾ José de Almeida Santos, *op. cit.*

a opinião de alguns ministros do reino, a valorizar a macuta, no acto do pagamento aos soldados, em cinquenta réis, seu valor corrente.

Esta decisão, não obstante o desagrado dos contratadores, foi mantida pelos governadores D. João de Lencastre (1688-1691) e Gonçalo da Costa Meneses (1691-1694).

Entretanto, o rei, por decreto de 18 de Novembro de 1687, havia já ordenado ao Conselho que revisse a sua consulta de 1680 sobre o envio da moeda de cobre para Angola. Foi no ano seguinte, a 31 de Março, que se deu satisfação à solicitação real, concordando o Conselho com o parecer do procurador da Fazenda de que não devia enviar-se para Angola a referida moeda, visto que isso implicaria a alteração do Contrato dos Direitos Reais e obrigaria, consequentemente, à indemnização dos contratadores em cerca de 10 000 cruzados por ano de alteração. Em 1689, o governador D. João de Lencastre volta ao assunto, informando o rei de que, para além das razões já apresentadas, havia a juntar o facto de os Cabindas estarem a desinteressar-se do fabrico dos libongos, preterindo-o por negócios mais rendosos com estrangeiros que então ali se deslocavam.

A Câmara de Luanda propõe então ao governador a utilização da chapa de cobre a peso na função monetária, enquanto não viesse a moeda, ao que este não acedeu, por transcender a sua competência.

Finalmente, o rei despacha, em 22 de Fevereiro de 1690, o seguinte:

«Sobre a introdução da moeda de cobre está deferida, e no mais como parece ao Conselho».

Houve assim que aguardar o termo do Contrato dos Direitos Reais e só em 1694, 45 anos após as primeiras diligências, chega a tão desejada moeda de cobre, em mão do governador Jaques de Magalhães.

Marca este ano, pois, a introdução da moeda metálica em Angola.

Não acabaram, porém, os problemas. A introdução da moeda viria a rodear-se de vários incidentes, alguns deles muito graves, como veremos a seguir.

Moeda metálica

D. Pedro II

(1667-1706)

A chegada do governador verificou-se em 29-9-1694, tomando posse no dia 3 de Novembro. Trazia instruções do governo central para pagar à infantaria apenas 200 réis em moeda de cobre, em lugar dos 700 réis em macutas e farinha, que desde o tempo de Luís Lobo da Silva vinham recebendo. É ainda, no entanto, o governador Gonçalo da Costa Meneses quem manda fazer os pagamentos referentes ao mês de Outubro, já na nova moeda. Os soldados, dado o seu grande prestígio, recebem contrafeitos, mas sem reclamar. O mesmo não acontece, porém, com Jaques de Magalhães, quando, a 7 do mês de Novembro, ordena o pagamento nos mesmos moldes do mês anterior. Os soldados insubordinaram-se acto contínuo e negam-se a receber, reunindo-se nessa noite na Nazareth, local fora de portas, onde comentam exaltadamente a situação, concordando unânimemente em que os 200 réis de soldo mal lhes chegavam para o seu sustento.

Gera-se um verdadeiro clima de revolta e fazem-se as ameaças mais graves, até aos próprios moradores.

Dada a delicadeza da situação, o governador é aconselhado a satisfazer as exigências dos revoltosos, que incidiam principalmente no pagamento integral em moeda de cobre, no valor correspondente ao que recebiam em libongos.

Jaques de Magalhães, para acalmar os ânimos, promete-lhes 400 réis, depois 500 e por fim 600, mas os insurrectos são irredutíveis e só querem, na realidade, os 700, ao que o governador acaba por aceder.

Perante esta concessão e animados pela facilidade do seu sucesso, exigem, ainda, não só os 500 réis não recebidos no mês anterior, como também o envio para a Metrópole do ouvidor-geral Francisco Lopes da Silva e ainda... o perdão para todos os insurrectos.

Dada a posição difícil em que se encontravam as coisas, e uma vez mais aconselhado pela Câmara e principais moradores, acaba Jaques de Magalhães por aceder às suas imposições, concedendo-lhes em 9 de Novembro o perdão... imposto.

No dia 28 desse mesmo mês rebenta nova rebelião. Desta vez as exigências vão mais longe, incluindo o pagamento dos 700 réis em cobre, que as fardas lhes fossem fornecidas sem alcavalas e ainda que os cabecilhas não fossem mandados para os presídios do interior, como já estava a suceder a mando do governador.

Reúnem-se de novo, desta vez na praia do Bispo, e deliberam assaltar o palácio, arrombando as portas à machadada e tentando recuperar as armas, que, por medida de segurança, lhes tinham mandado retirar, prendendo o governador e mandando-o «barra fora», matando depois alguns moradores para lhes saquearem as casas. Decidem ainda que «um tal» Luís Fernandes substituisse o governador deposto e outros acólitos preenchessem os lugares de sargento-mor, ouvidor e oficiais.

Tendo este plano chegado ao conhecimento de Jaques de Magalhães, mandou este tocar a recolher, fazendo regressar aos quartelamentos os soldados que porventura não tivessem ainda aderido à sedição, com o objectivo de reduzir a sua força. E, simulando pretender negociar com eles, mandou chamar os principais revoltosos, um a um, e com tal discrição o fez que os outros nem deram conta disso, acabando por prender, no seu palácio, dez soldados, cabecilhas e cúmplices.

No dia seguinte, logo pela manhã e à vista da soldadesca, mandou arcabuzar sete deles. Teve isto lugar na manhã do dia 29 de Novembro de 1694.

Com esta corajosa medida põe Jaques de Magalhães fim aos incidentes que rodearam o primeiro pagamento em moeda de cobre. D. Pedro II, logo que dela teve conhecimento, escreveu ao governador enaltecendo o seu comportamento, o mesmo fazendo em relação à Câmara, pela sua leal colaboração.

Estava lançada em circulação a primeira série de moedas para Angola.

A amoeção das peças deste reinado teria tido início em 1693, na cidade do Porto, e o seu montante — cinco mil cruzados — «deveria aqui valer o dobro»⁽⁶³⁾.

⁽⁶³⁾ Ralph Delgado, *História de Angola*.



LEGENDAS:

ANV.º PETRVS.II.D.G. PORTVG.R.D. AETHIOP
REV.º: MODERATO.SPLENDEAT.VSV. era.valor (**)

INSCRIPTIONS:

OBV: PETRVS.II.D.G. PORTVG.R.D. AETHIOP
REV: MODERATO.SPLENDEAT.VSV. date.value (**)

XX RÉIS (cobre)

Exemplares conhecidos
dos anos 1693, 1694,
1695, 1697, 1698 e 1699 (**)
(tamanho real)

XX RÉIS (copper)

Coins known from mintings
of the years 1693, 1694,
1695, 1697, 1698 and 1699
(actual size) (**)

X RÉIS (cobre)

Exemplares conhecidos
dos anos 1694, 1695,
1696, 1697 e 1699
(tamanho real)

X RÉIS (copper)

Coins known from mintings
of 1694, 1695, 1696, 1697 and 1699
(actual size)

V RÉIS (cobre)

Exemplares conhecidos
dos anos 1694,
1695 e 1696
(tamanho real)

V RÉIS (copper)

Coins known from mintings
of 1694, 1695 and 1696
(actual size)



Moeda de XX réis (anverso). As peças de X e V Réis são semelhantes (ampliada)

XX Réis coin (obverse). X and V Réis coins are similar to this (enlarged)

(*) Os quatro PP que rodeiam o valor significam «Porto», cidade onde foram cunhadas estas peças.

(**) Cecílio Moreira, in «Numismática de Angola (Subsidios)», menciona também a cunhagem destas peças em 1696.

(*) The four PP which surround the value inscription signify «Porto» (Oporto) — the city where these pieces were minted.

(**) Cecílio Moreira, in his work «Numismática de Angola (Subsidios)» — Angolan Numismatic Studies (Appendix) — also mentions the minting of these coins in 1696.

Cunharam-se peças de 20, 10 e 5 réis.

Por ironia do destino, poucos anos após a introdução da tão desejada moeda de cobre, já naturalmente aceite, é agora a sua grande quantidade que virá a constituir problema.

O governador Luís César de Meneses, em carta de 24 de Fevereiro de 1699, dirige-se ao rei, solicitando que desse ordens no sentido de não ser enviada mais moeda... e, se a mandasse, que permitisse que a mesma corresse também no Brasil, onde ao tempo se fazia sentir a falta de dinheiro miúdo para trocos. Igual pedido foi solicitado pela Câmara em 12-7-1699. O rei, respondendo nesse mesmo ano, informa que ainda seguiria alguma, por já estar cunhada, assegurando, contudo, não mandar mais futuramente.

Como esta resposta teve lugar em 14 de Dezembro de 1699 — data da última cunhagem conhecida destas moedas —, admitimos que todas as peças emitidas neste reinado tivessem vindo para Angola, onde, durante dez anos, teriam constituído emissão privativa. A necessidade de disposição real nesse sentido reforça o que acabamos de afirmar.

Efectivamente, só em 10 de Fevereiro de 1704 vem carta régia para a Câmara, então governo, autorizando o seu curso na colónia irmã, onde, até então, não houvera moeda de cobre.

Conquanto o ano de 1694 marque o lançamento em circulação em Luanda da primeira remessa de espécies metálicas, a sua introdução no interior fez-se, porém, progressivamente. Na verdade, houve que lutar contra hábitos profundamente enraizados e tradições seculares. O indígena, no seu primitivismo, considerava a moeda como uma inovação cheia de perigos.

Além da natural dificuldade na sua aceitação por parte dos povos locais, também o interesse dos negociantes europeus em exercer o comércio pelo sistema de permuta contribuiu para a lenta generalização do seu uso. Efectivamente, embora com o decorrer dos anos o Governo tivesse tomado uma longa série de medidas tendentes a impor o uso da moeda em todas as operações comerciais, na prática, como é compreensível, elas não resultaram em absoluto, sucedendo-se, durante largos anos, as tentativas no sentido de consolidar tal intenção. A comprová-lo está o facto de o sistema de permuta haver persistido praticamente até aos nossos dias.

D. João V (1706-1750)

LEGENDAS:

ANV.º: IOANNES. V.D.G.P.ET. BRASIL. REX. valor
REV.º: PECVNIA.TOTVM.CIRCVMIT.ORBEM

INSCRIPTIONS:

OBV: IOANNES.V.D.G.P.ET.BRASIL. REX. value
REV: PECVNIA.TOTVM.CIRCVMIT.ORBEM

A situação no reinado deste monarca não mostrou inovações dignas de registo. Tal como aconteceu na vigência do seu antecessor, as moedas emitidas correram em ambos os lados do Atlântico.

Cunharam-se peças em cobre de 20, 10 e 5 réis, mas, embora hajam sido numerosas essas cunhagens, apenas algumas correram em Angola.

A abundância de moedas de cobre, já notada no período anterior, continua a mostrar-se evidente e o afluxo de



XX RÉIS (cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1715, 1718,
1719, 1722, 1735, 1746 e 1749
(tamanho real)

XX RÉIS (copper)
Coins known from mintings
of 1715, 1718,
1719, 1722, 1735, 1746 and 1749
(actual size).



X RÉIS (cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1715, 1718,
1719, 1722, 1735, 1746 e 1749
(tamanho real)

X RÉIS (copper)
Coins known from mintings
of 1715, 1718,
1719, 1722, 1735, 1746 and 1749
(actual size).

V RÉIS (cobre)
Exemplares conhecidos
do ano 1749
(tamanho real)

V RÉIS (copper)
Coins known from mintings
of 1749 (actual size).

Anverso da peça de XX réis, semelhante ao das
moedas de X e V réis do mesmo monarca (ampliada)
The obverse of the XX Réis coin, similar to
that of the X and V Réis coins of the same king (enlarged).



emigrantes mantinha-se em nível muito modesto. Em 1728 computava-se em 150 habitantes a população europeia da cidade de Luanda.

A moeda mandada cunhar e recebida neste reinado foi, sobretudo, aplicada em pagamento dos soldos da infantaria. A maior quota das emissões destinava-se, na realidade, a satisfazer as necessidades do Brasil, onde então se manifestavam carências de diversa ordem; e, na linha dessas preocupações, em 1748, o soberano comunica ao governador de Angola que havia mandado introduzir no Maranhão moeda de ouro, prata e cobre, do mesmo cunho e valor que a moeda provincial do Brasil ⁽⁶⁴⁾.

Por alturas de 1749 dá-se, porém, uma repentina falta de moeda de cobre, que levou o governador, conde do Lavradio, a solicitar ao soberano a remessa de vinte ou trinta mil cruzados em moeda de cobre ⁽⁶⁵⁾.

A escassez brusca destas moedas, sucedendo-se a um período de abundância, vinha, aliás, confirmar a evolução cíclica do fenómeno, só explicável pelo hábito do indígena em enterrar o produto das suas economias.

Assim, a transição para o reinado seguinte faz-se já num clima de carência de moeda de cobre.

⁽⁶⁴⁾ «Ofícios para o Reino», carta de S. Mag.^{de} para o governador de Angola, em 15-9-1748, e lei anexa. Este interessante documento elucida-nos pormenorizadamente das razões porque foi ordenado que cessasse «o curso dos frutos e mercâncias em lugar de dinheiro», a partir da entrada em circulação da nova moeda metálica. Tem interesse reproduzir a seguinte passagem da citada lei:

«...o vallor fixo nos frutos do Estado do Maranhão nam só dá ocaziam a grandes prejuizos e enganoz para pessoas que os recebem, mas influe notável detrimento a estimaçam dos mesmos generoz, porque correndo por igual preço o bom e o mau os cultores se nam cançam em beneficioz com o devido cuidado, donde resulta perderem os mesmos generoza reputaçam na Europa, e terem se reduzido a preços villissimoz em danno do cabedal da Monarquia...»

⁽⁶⁵⁾ «Ofícios para o Reino», carta dirigida a S. Mag.^{de}, em 28-7-1749: «Ponho na real presença de V. Mag.^{de} se acha esta cid. com grande falta de moeda de cobre, e antez que se ponha na última consternação della se faz preciso que V. Mag.^{de} p/ sua real grandeza queira mandar p^a ella vinte ou trinta mil cruzados desta moeda, e se mandará logo p^a os Portos do Brazil a d.^a q.^{ta} em dinr.^o de letra na forma do ext.^o p.^a hir p.^a hesse Rn.^o na for.^a que V. Mag.^{de} for serv.^{do}.»



Moeda de XL Réis (anverso).
inovação que se notou no texto (ampliada)

Coin of XL Réis (obverse).
This innovation is referred to in the text
(enlarged).

D. José I

(1750-1777)

1.ª série

Não obstante as receitas fabulosas provenientes do ouro e dos diamantes do Brasil de que dispôs D. João V, a verdade é que este monarca deixara o erário régio empenhado por virtude da sua prodigalidade. Sucedeu-lhe D. José I, cujo período de governo iria ser fortemente marcado pelas reformas pombalinas.

Relativamente ao assunto que nos interessa — a moeda —, podemos afirmar ter sido o reinado deste monarca o mais

LEGENDAS:

ANV.º: IOSEPHVS.I.D.G.REX.P.ET.D.GUINEAE. valor.era.
REV.º: PECVNIA.TOTVM.CIRCVMIT. ORBEM

INSCRIPTIONS:

OBV: IOSEPHVS.I.D.G.REX.P.ET.D.GUINEAE. value.date.
REV: PECVNIA.TOTVM.CIRCVMIT. ORBEM



XL RÉIS (cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1753 e 1757
(tamanho real).

XL RÉIS (copper)
Coins known from mintings
of 1753 and 1757
(actual size).



XX RÉIS (cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1752, 1753 e 1757
(tamanho real)

XX RÉIS (copper)
Coins known from mintings
of 1752, 1753 and 1757
(actual size).



X RÉIS (cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1752, 1753 e 1757
(tamanho real)

X RÉIS (copper)
Coins known from mintings
of 1752, 1753 and 1757
(actual size).



V RÉIS (cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1752, 1753 e 1757
(tamanho real)

V RÉIS (copper)
Coins known from mintings
of 1752, 1753 and 1757
(actual size).

rico na diversidade de tipos emitidos: bateram-se nada menos de catorze peças diferentes.

A primeira série destas emissões teve lugar dois anos após a sua subida ao trono.

Efectivamente, da consulta do Conselho Ultramarino de 29-11-1752 resultou o Aviso de 1 de Dezembro desse mesmo ano, em que D. José I determinou a cunhagem de «moedas Provinciais de cobre de dois vinténs, vintém, dez réis e cinco réis».

Destas, apenas a peça de 40 réis constituiu inovação, porquanto os restantes tipos já se haviam cunhado nos dois reinados antecedentes.

As características destas moedas, para a cunhagem das quais o Conselho Ultramarino fornecera o respectivo cobre, eram semelhantes às das emitidas para o Brasil, tendo, contudo, sido substituída a legenda «Dominus Brasiliae» pela expressão «Dominus Guineae».

2.ª série — A «MACUTA» (moeda privativa)

Em 1762, dez anos volvidos sobre a anterior cunhagem, mandou D. José I dar início à emissão para Angola de nova série de moedas de cobre e, também, de prata. Tanto umas como outras tinham a particularidade de ser privativas da colónia, ao contrário do que sucedera até aqui, pois, como vimos, as anteriores correram paralelamente no Brasil. Como inovação, apresentavam-se expressas numa nova unidade monetária — a macuta —, tornando deste modo efec-



Moeda de $\frac{1}{2}$ Macuta datada de 1755, pertencente à colecção do Museu de Angola. Segundo Cecílio Moreira, trata-se provavelmente de um erro de cunhagem. (tamanho real)

Coin with the value of $\frac{1}{2}$ Macuta, dated 1755, belonging to the collection of the Museum of Angola. According to Cecílio Moreira, this coin is probably the result of a minting error (actual size).

Anverso da moeda de 1 Macuta semelhante ao das restantes peças em cobre desta série (ampliada)

Obverse of 1 Macuta coin: this obverse is similar to that of other copper pieces of this series (enlarged).



LEGENDAS:

ANV.º: JOSEPHUS. I.D.G.REX.P.ET.D.GUINEAE (*)
REV.º: AFRICA.PORTUGUEZA. era.valor.

INSCRIPTIONS:

OBV: JOSEPHUS. I.D.G.REX.P.ET.D.GUINEAE (*)
REV: AFRICA.PORTUGUEZA. date.value

1 MACUTA (50 RÉIS)
(cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1762, 1763 e 1770
(tamanho real)

1 MACUTA (50 RÉIS)
(copper)
Coins known from mintings
of 1762, 1763 and 1770
(actual size).

$\frac{1}{2}$ MACUTA (25 RÉIS)
(cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1762,
1763, 1770 e 1771
(tamanho real)

$\frac{1}{2}$ MACUTA (25 RÉIS)
(copper)
Coins known from mintings
of 1762, 1763, 1770 and 1771
(actual size).

$\frac{1}{4}$ MACUTA (12,5 RÉIS)
(cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1762, 1763,
1770 e 1771
(tamanho real)

$\frac{1}{4}$ MACUTA (12.5 RÉIS)
(copper)
Coins known from mintings
of 1762, 1763, 1770 and 1771
(actual size).

PANO (5 RÉIS) (**)
(cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1770 e 1771
(tamanho real)

PANO (5 RÉIS) (**)
(copper)
Coins known from mintings
of 1770 and 1771
(actual size).



(*) É frequente aparecerem exemplares em que a palavra «GUINEAE» da legenda é substituída pelo vocábulo «GUINE».

(**) Nestas peças a palavra «GUINEAE» é substituída apenas por «GUIN».

(*) Frequently coins appear on which the word «GUINEAE» is substituted by «GUINE».

(**) On these pieces the word «GUINEAE» appears simply as «GUIN».



Moeda de 1 MACUTA
com a aposição do carimbo
que lhe dobrava o valor (ampliada)

*Coin of 1 MACUTA
with the overstamp
doubling its value (enlarged).*

tiva a antiga moeda de conta indígena, que já tivemos oportunidade de referir.

A cunhagem das moedas de cobre constava de peças de 1 macuta, $\frac{1}{2}$ macuta⁽⁶⁶⁾, $\frac{1}{4}$ de macuta⁽⁶⁷⁾ e 5 réis, atribuindo-se à macuta o valor de 50 réis.

Grande parte destas moedas teria sido obtida pela recunhagem, não só de moedas brasileiras fora da circulação, como também de peças da primeira série deste monarca, nas mesmas condições.

Inúmeras peças desta segunda série, que chegaram aos nossos dias, apresentam-se marcadas com um carimbo, aposto no anverso, destinado a dobrar-lhes o valor. Esta operação teria sido levada a efeito em 1837, no reinado de D. Maria II, e consistia no aumento do seu valor facial, conservando-se,

⁽⁶⁶⁾ Também chamada Milétano, termo que derivava de «milele» (panos) e «tano» (cinco). Era uma evocação dos antigos panos, que valiam 5 réis cada. (B. O. n.º 783, de 6-10-1860).

⁽⁶⁷⁾ Vulgarmente denominada «quipaca».



Peça de 1 MACUTA carimbada e recunhada
sobre uma moeda do reinado
do soberano anterior.
Notam-se distintamente parte da legenda
da primitiva moeda e a coroa
(ampliada)

*Coin of 1 MACUTA,
stamped and re-minted over
a coin of the reign
of the previous monarch.
Part of the inscription
of the original coin and also the crown
can be clearly distinguished
(enlarged).*

Anverso da peça de
12 MACUTAS em prata.
Como se notou no texto, foi
no reinado deste monarca
que pela primeira vez
se cunhou moeda deste metal
para Angola.
O anverso das restantes moedas
desta série é semelhante
(ampliada 5 vezes)

*Obverse of the 12 MACUTAS
piece in silver.*

*As mentioned in the text,
it was during the reign
of this monarch that silver coins
were minted for the first time. The obverse
of the other coins of this series
is similar (enlarged 5 times)*



porém, o peso e o título das referidas moedas. Por outras palavras, era a supervalorização da moeda, que oportunamente abordaremos.

Vários foram os carimbos que serviram para esse fim, apresentando em comum um aspecto grosseiro a comprovar o processo elementar do «punção».

Quanto à emissão de moedas de prata, constava de peças de 12, 10, 8, 6, 4 e 2 macutas, sendo estas, de uma forma geral, semelhantes às de cobre. Cunharam-se à razão de 7 800 réis por cada marco de prata de lei de 11 dinheiros; considerando que 13 moedas de 12 macutas pesavam um marco e que este tinha 4 608 grãos, conclui-se que a cada moeda de 12 macutas correspondiam 354 e $\frac{6}{13}$ de grãos exactos. Sobre a situação monetária do tempo, anotaremos as dificuldades experimentadas muito particularmente pelos comerciantes e, em geral, por todos os colonos, motivadas pelo monopólio da moeda.

Na verdade, a reduzida circulação monetária constituiu um dos problemas marcantes da época, bem ilustrado pelos sucessivos pedidos de cobre e prata ao Reino.

Aliás, estas dificuldades fizeram-se sentir ainda antes da cunhagem da moeda privativa, e isto porque os administradores do contrato utilizavam a maior parte da moeda no pagamento às tropas e em remessas para o Reino. Em consequência deste procedimento, gerou-se o abuso da Real Fazenda em efectuar pagamentos, pelos serviços prestados e por géneros fornecidos, através de livranças, e não em metal sonante.

Por esta época, a liquidação dos débitos à Metrópole seria feita, de uma forma geral, com saques sobre o Brasil, e assim, como dizia D. Francisco de Sousa Coutinho⁽⁶⁸⁾:

«Dificultando os contratadores a passagem, ou conversão em oiro das suas livranças, que nas mesmas prometem, e necessitando o cobre para o pagamento das tropas, fez o povo um «Estanco» do cobre, isto é, não o deu mais sem que lho pagassem no Brasil; e porque então era comua aquela moeda nos mesmos portos, a transportavam, se viam dificuldade na passagem...».

Tornava-se, deste modo, cada vez mais difícil a vida comercial, desprovida da indispensável cobertura monetária. Mesmo

⁽⁶⁸⁾ Ofício de 2-12-1768, dirigido a Francisco Xavier Mendonça Furtado (Arq. Histórico de Angola, Ofícios para o Reino).



12 MACUTAS (600 RÉIS)
(prata)
Exemplares conhecidos
dos anos 1762, 1763 e 1770
(tamanho real)

12 MACUTAS (600 RÉIS)
(silver)
Coins known from mintings
of 1762, 1763 and 1770
(actual size).

LEGENDAS:

ANV.º: JOSEPHUS.I.D.G.REX.P.ET.D.GUINEAE
REV.º: AFRICA.PORTUGUEZA era.valor.

INSCRIPTIONS:

OBV: JOSEPHUS.I.D.G.REX.P.ET.D.GUINEAF
REV: AFRICA.PORTUGUEZA date.value



10 MACUTAS (500 RÉIS)
(prata)
Exemplares conhecidos
dos anos 1762, 1763 e 1770
(tamanho real)

10 MACUTAS (500 RÉIS)
(silver)
Coins known from mintings
of 1762, 1763 and 1770
(actual size).



8 MACUTAS (400 RÉIS)
(prata)
Exemplares conhecidos
dos anos 1762, 1763 e 1770
(tamanho real)

8 MACUTAS (400 RÉIS)
(silver)
Coins known from mintings
of 1762, 1763 and 1770
(actual size).



6 MACUTAS (300 RÉIS)
(prata)
Exemplares conhecidos
dos anos 1762, 1763 e 1770
(tamanho real)

6 MACUTAS (300 RÉIS)
(silver)
Coins known from mintings
of 1762, 1763 and 1770
(actual size).



4 MACUTAS (200 RÉIS)
(prata)
Exemplares conhecidos
dos anos 1762, 1763 e 1770
(tamanho real)

4 MACUTAS (200 RÉIS)
(silver)
Coins known from mintings
of 1762, 1763 and 1770
(actual size).



2 MACUTAS (100 RÉIS)
(prata)
Exemplares conhecidos
dos anos 1762 e 1763
(tamanho real)

2 MACUTAS (100 RÉIS)
(silver)
Coins known from mintings
of 1762 and 1763
(actual size).

quando os comerciantes dispusessem de grandes somas em livranças, estas não eram em geral convertidas. Apenas aqueles que tinham «taverna» ou «tenda» frequentadas pelos soldados conseguiam alguma moeda, mas, de posse dela, logo entravam, por sua vez, no monopólio, retendo-a e não a dando aos contratadores. Sòmente quando a situação se tornava insustentável, os administradores e o feitor da Fazenda — verdadeiros senhores dos direitos — consentiam nalgumas transferências em benefício do comércio.

Não admira assim que, em 1764, se apontassem como causas da decadência o pequeno volume do negócio de escravos, a concorrência de franceses e ingleses em Cabinda e no Luango e a «desordem das disposições económicas dos comerciantes».

Foi neste quadro desolador que se verificou a chegada da moeda privativa. Porém, mesmo após a introdução desta última, as coisas não melhoraram imediatamente, como seria de prever.

O contratador Domingos Dias, useiro e vezeiro em passar letras e livranças aos credores, continuava a enviar grandes somas em moeda para o Reino, tornando, deste modo, completamente impossível a conversão daqueles títulos de crédito. Daqui resultou o agravamento da tendência para o monopólio «por um modo muito mais violento, o qual foi o de esconderem toda a moeda provincial, levá-la para o sertão e dar só ao contrato aquela porção de que lhe passasse metade em livranças e metade na referida moeda».

O povo, em sérias dificuldades, por não poder dispor de prata nem cobre, e perante os repetidos abusos do contratador, que persistia em utilizar em seu proveito a moeda destinada ao uso de todos, pagando em livranças arbitrárias, que depois não convertiam em ouro, andava revoltado. As desordens sucediam-se, tomando aspectos cada vez mais graves.

É então essa grande figura da história de Angola que foi D. Francisco Inocêncio de Sousa Coutinho quem, em Dezembro de 1768, se dirige ao rei, apresentando sugestões para acabar com este estado de coisas, uma vez que as medidas impostas pela situação excediam a sua competência. No entender do governador, deveria o rei proibir, aos contratadores, o pagamento em livranças e, aos moradores, a introdução de moeda no sertão, «onde não convinha ao comércio haver dinheiro algum».

Solicita ainda, como medida complementar, o envio de moeda provincial, em volume suficiente para extinguir de todo o tão nefasto monopólio.

Moeda de I MACUTA (anverso).

As peças deste reinado mantiveram as características das do reinado anterior, como se pode ver na gravura.

O anverso das restantes peças de cobre é semelhante. (ampliada)

I MACUTA piece (obverse).

The coins of this reign kept the same features as those of the previous reign, as can be seen from the illustration. The obverse of the other copper coins is similar (enlarged).

LEGENDAS:

ANV.º: MARIA.I. ET.PETRUS.III.

D.G. REGES.P.ET.D.GUINEAE

REV.º: AFRICA PORTUGUEZA.era.valor

INSCRIPTIONS:

OBV: MARIA.I. ET.PETRUS.III.

D.G. REGES.P.ET.D.GUINEAE

REV: AFRICA PORTUGUEZA.date.value



D. Maria I

(1777-1799)

Após a morte de D. José I a situação persistiu nos mesmos termos, sucedendo-se as diligências no sentido de a regularizar.

Durante o reinado desta soberana, verificou-se um novo surto de negócios, com o incremento do comércio de escravos.

Ampliado o âmbito de negócios, mais se fez sentir a falta de meios legais de pagamento.

Por outro lado, a entrada em curso de consideráveis quantidades de moeda do exterior, das mais variadas proveniën-



1 MACUTA (cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1783, 1785 e 1786
(tamanho real)

1 MACUTA (copper)
Coins known from mintings
of 1783, 1785 and 1786
(actual size).



1/2 MACUTA (cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1783, 1784,
1785 e 1786 (tamanho real)

1/2 MACUTA (copper)
Coins known from mintings
of 1783, 1784, 1785 and 1786
(actual size).



1/4 MACUTA (cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1784, 1785 e 1786
(tamanho real)

1/4 MACUTA (copper)
Coins known from mintings
of 1784, 1785 and 1786
(actual size).

cias, mas em especial do Brasil, dado o desenvolvimento das relações comerciais inerentes ao tráfico de escravos, anarquizou o meio circulante, já depauperado pela falta de moeda privativa.

Fizeram-se, no entanto, várias emissões de prata e de cobre, sendo umas com a leganda «D. Maria I e D. Pedro III» e outras, após a morte de D. Pedro, só com a referência ao nome da soberana.

Estas emissões eram muito semelhantes às de D. José I, diferindo, evidentemente, nas legendas⁽⁶⁹⁾. Emitiram-se peças de 1 macuta, $\frac{1}{2}$ macuta e $\frac{1}{4}$ de macuta, em cobre, e de 12, 10, 8, 6, 4 e 2 macutas, em prata.

As peças de cobre das emissões caracterizadas pela legenda «D. Maria I e D. Pedro III» foram, de uma forma geral, obtidas pela recunhagem de moedas do anterior soberano e as relativas ao tempo da rainha viúva a partir das moedas da primeira fase do reinado.

Tanto umas como outras, foram, em grande parte, carimbadas no reinado de D. Maria II.

(69) Em estudo de outra natureza haveria que referir certas diferenças, como é o caso das existentes entre as coroas dos respectivos aversos, etc.



Moeda de 1 MACUTA carimbada
(tamanho real)

1 MACUTA coin with overstamp
(actual size).

Peça de 12 MACUTAS
em prata (averso).
Tal como acontece com as peças
em cobre, a emissão
de prata é em tudo semelhante
às do reinado de D. José I.
(Ampliada)

12 MACUTAS piece
in silver (obverse).
As occurred with the copper coins,
the silver issue is
in every respect similar
to that of the reign of Dom José I
(enlarged).





12 MACUTAS (prata)
Exemplares conhecidos
do ano 1783
(tamanho real)

12 MACUTAS (silver)
Coins known from mintings
of 1783 (actual size).

10 MACUTAS (prata)
Exemplares conhecidos
do ano 1783
(tamanho real)

10 MACUTAS (silver)
Coins known from mintings
of 1783 (actual size).

LEGENDAS:

ANV.º: MARIA.I.ET.PETRUS.III.D.G. REGES.P.ET.D.GUINEAE
REV.º: AFRICA PORTUGUEZA, era.valor.

INSCRIPTIONS:

OBV: MARIA.I.ET.PETRUS.III.D.G. REGES.P.ET.D.GUINEAE
REV: AFRICA PORTUGUEZA, date.value

8 MACUTAS (prata)
Exemplares conhecidos
dos anos 1783 e 1784
(tamanho real)

8 MACUTAS (silver)
Coins known from mintings
of 1783 and 1784
(actual size).

6 MACUTAS (prata)
Exemplares conhecidos
dos anos 1784 e 1785
(tamanho real)

6 MACUTAS (silver)
Coins known from mintings
of 1784 and 1785
(actual size).

4 MACUTAS (prata)
Exemplares conhecidos
dos anos 1783, 1784 e 1785
(tamanho real)

4 MACUTAS (silver)
Coins known from mintings
of 1783, 1784 and 1785
(actual size).

2 MACUTAS (prata)
Exemplares conhecidos
dos anos 1783 e 1784
(tamanho real)

2 MACUTAS (silver)
Coins known from mintings
of 1783 and 1784
(actual size).





Moeda de
1 MACUTA carimbada
(tamanho real)

*1 MACUTA coin
overstamped
(actual size).*



Anverso
da peça de 1 MACUTA
(tamanho real)

*Obverse of
the 1 MACUTA piece
(actual size).*

As moedas de prata mantiveram igualmente as características das de D. José I.

Tal como acontece frequentemente nas de cobre, apresentam algumas variantes, o que era vulgar, pois, como veremos adiante, apenas em 1846 se regulou o peso e a forma das moedas de Angola.

Muito embora se tivesse procedido à cunhagem destas emissões, o problema subsistia, sobretudo pelos escassos valores remetidos para Angola, manifestamente insuficientes para a magnitude das necessidades. É o governador D. Miguel António de Melo quem, em 1797, nos dá uma síntese da situação então decorrente, em carta dirigida a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, presidente do Real Erário⁽⁷⁰⁾:

«Neste Reino corre Moeda para elle privativa-mente mandada cunhar com denominação de Macutas, as quaes são de

⁽⁷⁰⁾ Arq. Histórico de Angola, Ofícios para o Reino (Museu de Angola).



1 MACUTA (cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1789 (*),
1796 e 1797
(tamanho real)

1 MACUTA (copper)
Coins known from mintings
of 1789 (*), 1796 and 1797
(actual size).



$\frac{1}{2}$ MACUTA (cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1789 e 1796
(tamanho real)

$\frac{1}{2}$ MACUTA (copper)
Coins known from mintings
of 1789 and 1796
(actual size).



$\frac{1}{4}$ MACUTA (Cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1789, 1796 e 1797
(tamanho real)

$\frac{1}{4}$ MACUTA (copper)
Coins known from mintings
of 1789, 1796 and 1797
(actual size).

LEGENDAS:

ANV.º: MARIA.I.D.G.REGINA.PORT.ET.D.GUINEAE
REV.º: AFRICA.PORTUGUEZA.era.valor.

INSCRIPTIONS:

OBV: MARIA.I.D.G.REGINA.PORT.ET.D.GUINEAE
REV: AFRICA.PORTUGUEZA.date.value.

(*) É interessante o que nos diz Cecílio Moreira, no seu trabalho já citado, acerca de diferenças entre moedas desta data. Como já referimos, só em 1846 foram regulados o peso e a forma das moedas de Angola, pelo que são naturais estas variantes.

(*) Cecílio Moreira makes an interesting point in his work which has already been mentioned, about the difference between coins carrying this date. As we have observed, it was only in 1846 that the weight and shape of Angolan coins was regulated — hence the natural variations.

prata e também de cobre. As daquelle metal he a menos do valor de cem reis Portuguezes, à qual chamão duas Macutas e a esta vão seguindo por ordem outras de valor de duzentos reis, ou quatro Macutas, de trescentos reis ou seis Macutas, de quatrocentos reis ou oito Macutas, de seiscentos reis ou doze Macutas.

A moeda de cobre divide-se em huma Macuta que vale cinquenta reis, meia Macuta com valor de vinte cinco reis, quarto de Macuta por doze reis e meio, sendo a menor moeda a de cinco reis. De cada huma das sobreditas Moedas remeto huma para Vossa Excellência as ter presentes na ocasião de ler esta carta.

A moeda Provincial de prata deste Reino levada fora delle quebra do seu valor imaginário vinte e cinco por cento pouco mais, ou menos por exemplo quinhentos reis de moeda de prata tem valor intrínseco fora de Angola trezentos e settenta e cinco reis e tem de pezo quatro oitavas pela razão de que a prata da Moeda Portugueza de onze dinheiros vale seis mil reis por marco.

He dificultoso calcular com pequena diferença a quantidade de moeda, que será necessária para as diárias transacções neste Reino, por ser certo por huma parte correr actual-mente bastante moeda no sertão tanto assim que de Ambaca, Pedras de Pungo-Andongo, e do Golungo tem vindo para a Tezouraria Geral da Real Fazenda nas consideráveis quantias de hum, dois e até cinco contos de reis — em pagamento de Dízimos por virtude das cobranças ali feitas pelos respectivos Capitães-Mores, ou Regentes e por outra parte verificando-se ter sua Magestade enviado para este Reino desde o mez de Novembro de mil sette centos setenta e dois até ao presente Moeda Provincial que somma duzentos e vinte e nove contos, nove centos e noventa e hum mil, oito centos e settenta e cinco reis, a saber cento e settenta contos em Moeda de prata dos diversos cunhos referidos e cincoenta e nove contos, nove centos e noventa e hum mil, oito centos e settenta e cinco reis de cobre, também de diferentes qualidades além de trinta e seis contos, trinta e seis mil, oito centos e oitenta e dois reis, que existião em cofre quando no dito ano de mil sette centos settenta e dois se estabeleceo a Junta da Arrecadação e Administração da Real Fazenda na forma que actual-mente existe.



Moeda de 12 MACUTAS (anverso).
Foi neste reinado,
como se assinalou no texto,
que se emitiram pela última vez,
no período da monarquia,
moedas de prata para Angola
(ampliada)

12 MACUTAS coin (obverse).
It was during this reign,
as noted in the text,
that there were issued for the last time,
during the Portuguese monarchy,
silver coins for Angola
(enlarged).

LEGENDAS:

ANV.º: MARIA.I.D.G.REGINA.P.ET. D. GUINEAE
REV.º: AFRICA PORTUGUEZA. era.valor.

INSCRIPTIONS:

OBV: MARIA.I.D.G.REGINA.P.ET. D. GUINEAE
REV: AFRICA PORTUGUEZA. date.value.



12 MACUTAS (prata)
Exemplares conhecidos
dos anos 1789, 1795 e 1796 (tamanho real)

12 MACUTAS (silver)
Coins known from mintings
of 1789, 1795 and 1796 (actual size).

10 MACUTAS (*) (prata)
Exemplares conhecidos
dos anos 1796 e 1797 (tamanho real)

10 MACUTAS (*) (silver)
Coins known from mintings
of 1796 and 1797 (actual size).

8 MACUTAS (prata)
Exemplares conhecidos
dos anos 1789 e 1796 (tamanho real)

8 MACUTAS (silver)
Coins known from mintings
of 1789 and 1796 (actual size).

(*) Cecílio Moreira afirma haver exemplares do ano 1789.



6 MACUTAS (prata)
Exemplares conhecidos
dos anos 1789 e 1796 (tamanho real)

6 MACUTAS (silver)
Coins known from mintings
of 1789 and 1796 (actual size).

4 MACUTAS (prata)
Exemplares conhecidos
dos anos 1789, 1796 e 1797 (tamanho real)

4 MACUTAS (silver)
Coins known from mintings
of 1789, 1796 and 1797 (actual size).

2 MACUTAS (prata)
Exemplares conhecidos
do ano 1796 (tamanho real)

2 MACUTAS (silver)
Coins known from mintings
of 1796 (actual size).

(*) Cecílio Moreira claims that there are coins minted in 1789.

Parece com tudo que da dita prata muito pouca terá sahido, não em Moeda mas sim reduzida a obra de Ourives, e quanto ao cobre deve julgar-se existente todo nesta Colónia, ainda que pelo motivo referido de andar muita quantidade espalhada pelo sertão, far-se-ão necessárias duplicadas sommas, porquanto repetidas vezes se conhece falta das moedas delle na Capital, o que não acontecerá estorvando-se entrem para o Sertão, evitando que os Negros conheçam moeda de metal como antiga-mente não conhecião, sobre ser contrário ao bem do Comércio semelhante introdução, porque correndo alguns dos nossos géneros como moeda entre os pretos, como efectiva-mente correm, e sendo de fácil deterioração serão os mesmos géneros mais vezes procurados e maior o consumo em nossa utilidade.

Das moedas de oiro nenhuma ha privativa para este Reino correm com tudo nelle e pello mesmo valor imaginário que tem em Portugal e no Brasil as moedas de vinte e quatro mil, doze mil e oito centos, seis mil e quatro centos, trez mil e duzentos, quatro mil, dois mil e mil reis; correm da mesma maneira as moedas de Prata do Brasil pelo valor que lá tem e também se encontrão e valem por sette centos e cincoenta as Patacas Castelhanas, sendo porém estas aqui raras.

Antigamente acho posto em lembrança ser muito pouco vulgar a moeda de oiro a qual era guardada com particularidade e estimação, porém depois que a esta parte, digo a esta Capital tem vindo Comissários Volantes do Brasil buscarem Escravos e Cera a troco della, parece não será errado em muito o calculo que julgar cento e cincoenta mil cruzados espalhados tanto nesta «Cidade como pelas mãos de alguns homens mais opulentos dos Presídios e Districtos.

Nos Cofres Reaes ficão actual-mente trinta e cinco contos seis centos e cincoenta e nove mil sette centos e oitenta reis em prata e cobre e no Comércio interior deste Reino de Angola sem fallar da Capitania de Benguella e Sertão adjacente julgão-se existir pouco mais, ou menos duzentos contos de reis».

D. João

Príncipe Regente
(1779-1816)

Aparentemente, a falta de moeda privativa poderia não afectar o regime de pagamentos, sobretudo no sector comercial, uma vez que seria compensada pela entrada de avultadas quantidades de moeda do exterior. Com efeito, cerca de $\frac{4}{5}$ das exportações eram canalizadas para o Brasil e somente $\frac{1}{5}$ para a Metrópole. O grosso das exportações concentrava-se nos escravos e o pagamento destes era feito, em grande parte, em moedas estrangeiras ou em letras pagáveis nestas moedas.

Na realidade, porém, o comércio de escravos — que, não é demais repetir, constituía a quase totalidade da exportação — tinha os seus lapsos de continuidade. Frequentemente, a procura dava preferência a outras praças africanas, por certo em melhores condições momentâneas de fornecimento. Nessas alturas, é evidente que a entrada de moeda sofria quebras avultadas.

Como, no entanto, se mantinha o ritmo de remessas de fundos — quer por simples transferência, quer em pagamento de importações — geravam-se graves crises, pois que, à notória falta de moeda privativa da Colónia, acrescia a diminuição considerável na entrada de moeda do exterior. Tentaram os governadores minorar essas crises, proibindo a saída de moeda, mas a verdade é que a medida se revelava ineficaz, pois não era fácil exercer controle rigoroso e eficiente sobre esse movimento.

Posto assim o problema, e perante as dificuldades do Reino para atender à situação, D. João decidiu-se então pelo recurso ao conhecido sistema de «britar ou quebrar» moeda, que não era mais do que a sua depreciação. Na verdade, consistia esta operação em reduzir o valor intrínseco da moeda, ou empobrecendo a liga metálica ou diminuindo



Ensaio de moeda de 12 MACUTAS, em estanho, peça que não se chegou a emitir (tamanho real)

Trial model of a 12 MACUTAS coin, in tin; this coin was never issued (actual size).



Moeda carimbada (tamanho real)

Overstamped coin (actual size).



Moeda de 2 MACUTAS (anverso), cunhada pela primeira vez em cobre durante a regência do Príncipe D. João, como se aludiu no texto. O anverso das restantes peças desta série é semelhante (ampliada)

2 MACUTAS coin (obverse) minted for the first time in copper during the Regency of Prince Dom João, as referred to in the text. The obverse of the other pieces of this series is similar (enlarged).



LEGENDAS:

ANV.º: JOANNES.D.G.PORT.P.REGENS.ET. D.GUINEAE

REV.º: AFRICA PORTUGUEZA.era.valor

NSCRIPTIONS:

OBV: JOANNES.D.G.PORT.P.REGENS.ET. D.GUINEAE

REV: AFRICA PORTUGUEZA.date.value

2 MACUTAS (cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1815 e 1816
(tamanho real)

2 MACUTAS (copper)
Coins known from mintings
of 1815 and 1816
(actual size).



1 MACUTA (cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1814, 1815 e 1816
(tamanho real)

1 MACUTA (copper)
Coins known from mintings
of 1814, 1815 and 1816
(actual size).



1/2 MACUTA (cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1814, 1815 e 1816
(tamanho real)

1/2 MACUTA (copper)
Coins known from mintings
of 1814, 1815 and 1816
(actual size).



1/4 MACUTA (cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1814 e 1815
(tamanho real)

1/4 MACUTA (copper)
Coins known from mintings
of 1814 and 1815
(actual size).

o peso das peças, não obstante se manter o mesmo valor facial ⁽⁷¹⁾.

Nos anos 1814-1815-1816 procedeu-se, no Rio de Janeiro, com efeito, à emissão de moedas de cobre de 2 macutas, 1 macuta, $\frac{1}{2}$ macuta e $\frac{1}{4}$ de macuta, com cerca de metade do peso habitual, dizendo-se por isso que a moeda sofreu uma quebra de 50 %.

Como novidade, é de notar a peça de 2 macutas, pela primeira vez em cobre.

Tal como sucedeu nos reinados anteriores, as moedas cunhadas neste período foram em grande parte obtidas pela recunhagem de peças retiradas da circulação. Assim, a peça de 2 macutas teria sido, de uma maneira geral, recunhada sobre antigas peças de 1 macuta, a macuta sobre a $\frac{1}{2}$ macuta e a $\frac{1}{2}$ macuta sobre a moeda de $\frac{1}{4}$ de macuta. À semelhança do que aconteceu com as moedas anteriores, foram também carimbadas as peças deste período. Cecílio Moreira ⁽⁷²⁾ afirma ter tido lugar esta operação em 1854. Não obstante, o único elemento de que dispomos leva-nos apenas a admitir que as peças do príncipe regente ainda circulavam em 1848, sem carimbo, como veremos adiante.

⁽⁷¹⁾ Vicente Ferreira, *Estudos Ultramarinos*, vol. II, e *O Regimen Monetário e Bancário nas Colónias Portuguesas*.

⁽⁷²⁾ Obra citada.

D. Miguel I

(1828-1834)



Anverso do ensaio de 2 MACUTAS, semelhante ao das restantes peças desta série, que, como referimos no texto, não chegaram a circular (ampliada)

Obverse of the trial model for 2 MACUTAS, similar to that of the other pieces of this series which, as mentioned in the text, were never put into circulation (enlarged).

O processo adoptado por D. João não viria a surtir efeito, pois, como veremos, implicações de outra ordem fizeram piorar a situação da Colónia.

O comércio de escravos, que teve o seu período áureo por cerca de 1825, é abolido em 1830 e, com esta medida, dá-se a queda vertical das exportações, cuja média anual de 829 contos, em relação ao triénio 1823-1824-1825, passa bruscamente para 105 contos, nos anos 1830-1831-1832.

O panorama geral reflectia uma crise aguda, bem definida por Lopes de Lima, do modo seguinte:

«...o comércio de Angola e as suas finanças, chegaram nesse tempo ao mais miserável estado de penúria...».

A piorar a situação, dá-se a retirada em massa dos que tinham enriquecido, permanecendo apenas um pequeno número, que iria tentar subsistir, restringido ao negócio da permuta de géneros com o indígena.

As crises de moeda, que até aqui tinham carácter periódico, tornam-se contínuas a partir da abolição da escravatura.

Não estava Angola preparada, com efeito, para suportar esta falta de receitas, dada a concentração dos negócios na actividade da escravatura, e esse facto ir-se-ia sentir duramente. No reinado de D. Miguel não circulou moeda mandada cunhar por este monarca. Tentou-se apenas uma emissão de cobre em 1831, que não teria passado da fase de ensaios e que constava de peças com os mesmos valores da emissão antecedente, isto é, 2 macutas, 1 macuta, $\frac{1}{2}$ macuta e $\frac{1}{4}$ de macuta, conquanto que mais perfeitas.



2 MACUTAS (cobre)
Exemplares conhecidos
do ano 1831
(tamanho real)

2 MACUTAS (copper)
Coins known from mintings
of 1831 (actual size).



1 MACUTA (cobre)
Exemplares conhecidos
do ano 1831
(tamanho real)

1 MACUTA (copper)
Coins known from mintings
of 1831 (actual size).



$\frac{1}{2}$ MACUTA (cobre)
Exemplares conhecidos
do ano 1831
(tamanho real)

$\frac{1}{2}$ MACUTA (copper)
Coins known from mintings
of 1831 (actual size).



$\frac{1}{4}$ MACUTA (cobre)
Exemplares conhecidos
do ano de 1831
(tamanho real)

$\frac{1}{4}$ MACUTA (copper)
Coins known from mintings
of 1831 (actual size).

LEGENDAS:

ANV.º: MICHAEL.I.D.G.REX.PORT.ET.D.GUINEAE
REV.º: AFRICA PORTUGUEZA.era.valor

INSCRIPTIONS:

OBV: MICHAEL.I.D.G.REX.PORT.ET.D.GUINEAE
REV: AFRICA PORTUGUEZA.date.value

D. Maria II

(1834-1853)

Como vimos no reinado anterior, era desencorajante o panorama legado por D. Miguel.

Cerca de 1837, todo o comércio legal se fazia agora com base na cera e no marfim. Deixara, evidentemente, de afluir à colónia grande quantidade de moeda estrangeira, proveniente, em anos anteriores, do pagamento de escravos. O meio circulante, pelo desequilíbrio entre as importações e as exportações, achava-se reduzidíssimo; a falta de créditos sobre a Metrópole e as emissões de cédulas do início do regime liberal acabaram por desvalorizar a moeda⁽⁷³⁾. Para remediar a crise do meio circulante, elabora-se um projecto de alteração do valor das várias espécies monetárias em curso na Colónia. Com efeito, depois de consultados grande parte dos principais da cidade, põe-se em prática o referido projecto, pelo Edital de 21 de Março de 1837⁽⁷⁴⁾. As peças de ouro de 7\$500 réis deveriam continuar a circular em Angola pelo valor de 10\$000 réis, as de 4\$000 por 5 mil réis e as moedas de ouro brasileiras, de qualquer data e igual peso, por 9\$500 réis, desde que não tivessem falta de mais de três grãos.

Determina-se ainda que todas as moedas de prata privativas teriam o aumento de 25 % do seu valor, ficando assim equiparadas à espécie monetária de ouro e prata com maior circulação.

Deste modo, cada moeda de 12 macutas passaria a ter o

⁽⁷³⁾ Em 1843, o ágio entre a moeda da Metrópole (moeda forte) e a da Província (moeda fraca) era 25 %, isto é, 100 mil réis metropolitanos equivaliam a 125 mil da moeda corrente em Angola. Veja-se B. O. de 23-I-1843.

⁽⁷⁴⁾ Museu de Angola. Bandos e Editais, documento parcialmente destruído.

valor de 750 réis, 10 macutas 625, 8 macutas 500, 6 macutas 375, 4 macutas 250 e 2 macutas 125 réis.

Outra medida, tomada simultaneamente, foi a marcação de um prazo, dentro do qual todas as moedas de cobre, «chamadas vulgarmente macutas grandes», deveriam recolher à Tesouraria da Fazenda, onde seriam marcadas a «punção», com «um signo conveniente», entrando em seguida novamente em circulação pelo dobro do seu valor.

Para obstar à falta de moeda no decurso desta operação, seriam postas a circular, com a devida garantia, cédulas de 100 e 200 réis, no montante global de três contos de réis.

Estabelece-se ao mesmo tempo uma multa de 5 000 réis para quem não aceitasse a moeda carimbada ou fizesse desconto pelo facto de esta apresentar a aposição do carimbo; esta multa seria dobrada no caso de reincidência, sendo a verba destinada a obras públicas.

Opera-se, portanto, a supervalorização da moeda, pelo modo já atrás referido, isto é, fazendo conservar-lhe o título e o peso, mas aumentando-lhe o valor facial. Foi esta operação largamente praticada, tanto na Metrópole como no Ultramar, em fins do século XVIII e princípios do século XIX, e a ela se refere Vicente Ferreira como uma verdadeira praga monetária ⁽⁷⁵⁾.

Em 1846, por não existir até então legislação nesse sentido, e para que as futuras cunhagens tivessem as mesmas características, regulou-se o peso e a forma das moedas ⁽⁷⁶⁾.

Assim, o peso de cada macuta deveria ser de uma onça e um terço, devendo doze destas moedas pesar um arrátel. As restantes peças deveriam ter o peso correspondente, estabelecida a mesma proporção. O cunho, no anverso, consistiria no escudo das armas de Portugal, com a legenda «MARIA II D.G.REGINA P. ET D. GUINEAE». No reverso mencionar-se-ia o valor, a legenda «AFRICA PORTUGUEZA» e a era.

No ano de 1848, pela corveta *8 de Julho*, chegou a Angola a primeira remessa de moedas de meia macuta — única espécie cunhada neste reinado —, no total de 1 100\$000 réis, sendo imediatamente lançada em circulação pelo valor próprio de cunhagem, e não proveniente de qualquer carimbo ⁽⁷⁷⁾. Porém, neste mesmo ano apareceram algumas destas moedas

⁽⁷⁵⁾ *O Regimen Monetário e Bancário nas Colónias Portuguesas.*

⁽⁷⁶⁾ B. O. n.º 154, de 9-9-1848.

⁽⁷⁷⁾ B. O. n.º 153, de 2-9-1848.

LEGENDAS:

ANV.º: MARIA.II.D.G.REGINA.PORTUG.ET.D.GUINEAE

REV.º: AFRICA PORTUGUEZA. era.valor

INSCRIPTIONS:

OBV: MARIA.II.D.G.REGINA.PORTUG.ET.D.GUINEAE

REV: AFRICA PORTUGUEZA. date.value



$\frac{1}{2}$ MACUTA (cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1848, 1851 e 1853
(tamanho real)

$\frac{1}{2}$ MACUTA (obverse and reverse)
(copper)
Coins known from mintings
of 1848, 1851 and 1853
(actual size).

com um falso carimbo, «no doloso fim de serem passadas por uma macuta» ⁽⁷⁸⁾.

Além da apreensão das referidas moedas, a Junta da Fazenda impunha, a quem fosse encontrado na posse de punções para o efeito, as penas reservadas aos fabricantes de moeda falsa.

Voltam a aparecer moedas nestas condições pelo ano de 1850, tomando a Junta da Fazenda idênticas medidas para com os infractores ⁽⁷⁹⁾.

Quanto à circulação de moeda privativa da época, terá interesse registar o que se dizia nos *Anaes do Conselho Ultramarino*, no ano de 1848 ⁽⁸⁰⁾:

«A moeda de cobre que hoje corre, não é só de uma macuta (50 rs), também há de duas macutas (do valor dobrado de d'aquellas); cujo valor novo lhe foi dado depois de mar-

⁽⁷⁸⁾ B. O. n.º 170, de 30-12-1848 (Aviso de 29-12).

⁽⁷⁹⁾ B. O. n.º 226, de 26-1-1850 (Edital de 25-1).

⁽⁸⁰⁾ Observações feitas em 1848 por João Vieira Carneiro a diversos aspectos que lhe pareceram não exactos no 3.º volume dos *Ensaio sobre Estatística das Posseções Portuguesas da África Ocidental*, pelo Conselheiro Lopes de Lima.



Moeda de $\frac{1}{4}$ MACUTA com a aposição
do falso carimbo que se refere no texto
(tamanho real)

$\frac{1}{4}$ MACUTA coin with the
forged overstamp
referred to in the text
(actual size).

cadadas com um carimbo em 1836 e 1837. Também há igual moeda com o mesmo valor cunhada em 1815 e 1816».

Concluiremos daqui que, em 1848, corriam em Angola as antigas macutas (macutas grandes) com carimbo e as cunhagens do príncipe regente, respectivamente de 1814, 1815 e 1816, sem carimbo algum.

No ano de 1852 chegam à colónia mais duas remessas de meia macuta, uma de 8 000\$000 e outra de 5 032\$975 réis⁽⁸¹⁾, o que se repetiria em 1854, como veremos adiante, a propósito do reinado subsequente.

Todas estas moedas foram lançadas em circulação igualmente sem carimbo.

Nesse mesmo ano determinou-se a obrigatoriedade da liquidação dos soldos e gratificações em moeda, ficando, deste modo, abolida a prática dos pagamentos em géneros⁽⁸²⁾.

⁽⁸¹⁾ Trazidas pelo brigue «Serra do Pilar» e pela barca «Carlota Amélia». Eram moedas da cunhagem de 1851. Ver B. O. n.º 352 e 361, de 26-7 e 28-8.

⁽⁸²⁾ B. O. de 12-10-1852. Disp. gerais, cap. V.

D. Pedro V

(1853-1861)

As dificuldades monetárias anteriormente experimentadas subsistiram no reinado deste monarca.

Em 1854, pelo brigue de guerra *Moçambique*, chega a Angola a remessa de 3 567\$975 réis, em moedas de meia macuta, cunhadas ainda no reinado de D. Maria II⁽⁸³⁾. Estas moedas tinham características semelhantes às anteriores e foram igualmente lançadas em circulação sem carimbo, portanto pelo seu valor próprio.

Em 1856 o Governo proíbe os governadores de alterar o valor da moeda.

Angola, e em particular Luanda, debatiam-se em crise. A falta de mantimentos era alarmante e o pouco que aparecia era vendido por preços altíssimos. A par destas dificuldades, havia ainda grande carência de moeda de cobre, o que gerava constantes conflitos entre compradores e vendedores.

Posta assim a situação, solicita a Câmara de Luanda as indispensáveis providências ao governador Coelho do Amaral, referindo-se ao assunto nos seguintes termos⁽⁸⁴⁾:

«É deplorável e desgraçada crise a que tem chegado este Município, sobre os dois pontos essenciais que dizem respeito, um à subsistência geral, e o outro do comércio pela moeda circulante...».

Na verdade, as reduzidas reservas de mantimentos no Terreiro Público eram de molde a justificar providências ur-

⁽⁸³⁾ B. O. n.º 445, de 8-4-1854 (Aviso de 4-4-1854).

⁽⁸⁴⁾ Ofício de 16-7-1857, in B. O. n.º 617, de 25-7-1857.

gentes, e assim, constando havê-las em depósito no interior, a Câmara apela para o auxílio das autoridades, no sentido de as fazer transportar para a capital.

Relativamente à falta da moeda de cobre, sugere-se ao governador a emissão de notas de 500 réis, em substituição das de maior valor, que giravam em mau estado.

É curiosa a resposta do governador, no que se refere à moeda de cobre, embora não considerasse esse problema tão grave como o da falta de mantimentos⁽⁸⁵⁾:

«Todos sabem que há uma afluência e um desaparecimento daquela moeda, nesta Província, em períodos certos, resultando a primeira da omissão na circulação pelo pagamento dos dízimos, e sendo o desaparecimento sucessivo causado pela detenção que os indígenas vão fazendo das quantias porque permutam os géneros e o próprio trabalho. A extrema limitação das precisões dos pretos, explica essa detenção perfeitamente. A presente causa, que é permanente, se ajunta, na actualidade, a saída de avultadas somas em moeda de cobre, desta cidade para vários pontos, com destino para compra de mantimentos. Uma última razão agrava a falta que se sente, procedendo desta mesma: é a tendência que todos teem de segurar a porção que possuem daquele meio circulante, pelo receio de o não tornarem a haver. Conquanto isto pareça natural e justificado, não o é, de modo nenhum. Basta reflectir que o dinheiro parado não serve para coisa alguma, e que o modo eficaz de se não sentir a sua falta, consiste em todos lhe darem franco e justo emprego».

E, depois de haver frisado a inconveniência da emissão de cédulas sugerida pela Câmara, termina nestes termos o governador Coelho do Amaral:

«Estou, porém, convencido que a quantidade absoluta de moeda de cobre na Província é insuficiente. Há fundos em Lisboa destinados para se cunhar mais, que em breve se espera. Novas encomendas serão ainda feitas, com o que, satisfazendo-se à necessidade indicada, se tomará um bom expediente de meios, dentro dos razoáveis limites, atento o acréscimo de valor que tem aqui o metal amoeado».

⁽⁸⁵⁾ Ofício de 16-7-1857. Vide B. O. n.º 617, de 25-7-1857.

LEGENDAS:

ANV.º: PETRUS.V.D.G.REX.PORT.ET. D. GUINEAE
REV.º: AFRICA PORTUGUEZA.era.valor

INSCRIPTIONS:

OBV: PETRUS.V.D.G.REX.PORT.ET. D. GUINEAE
REV: AFRICA PORTUGUEZA.date.value



1 MACUTA (anverso e reverso)
(cobre)
Exemplar conhecido do ano 1860
(tamanho real)

1 MACUTA (obverse and reverse)
(copper)
Coins known from mintings
of 1860 (actual size).



1/2 MACUTA (anverso e reverso)
(Cobre)
Exemplares conhecidos
dos anos 1858 e 1860 (tamanho real)

1/2 MACUTA (obverse and reverse)
(copper)
Coins known from
mintings of 1858 and 1860 (actual size).

No âmbito desta preocupação e ao ter conhecimento, dias depois, da existência, no cofre da Junta da Paróquia do Distrito do Golungo, da quantia de dois contos de réis em moeda de cobre, Coelho do Amaral dá instruções para que esta seja transportada para Luanda, onde seria trocada pelo respectivo contravalor em ouro⁽⁸⁶⁾.

No ano seguinte, em 1858, chegou finalmente, desta vez pelo brigue *Jovem Amélia*, nova série de moedas de meia macuta, cunhadas já no reinado de D. Pedro V. Totalizava esta remessa o montante de 5 600\$000 réis, que foi imediatamente posto a circular⁽⁸⁷⁾.

Não obstante, as dificuldades continuavam, sucedendo até que a muitas localidades da Província ainda não chegara moeda.

Em 1860 repete-se a cunhagem de meias macutas e lavram-se ainda moedas de uma macuta. Estas apresentavam a particularidade de possuir peso dobrado, em virtude da sua espessura, não obstante terem o mesmo módulo da meia macuta.

Continuava, no entanto, a verificar-se escassez de capital circulante. O valor da moeda privativa era constantemente alterado, o que provocava o pânico na vida comercial e também entre os funcionários, que, de um momento para o outro, viam os seus vencimentos reduzidos a uma ridícula, posto que lhes eram liquidados em moeda fraca. Com a moeda estrangeira e com a moeda do Reino sucedia o mesmo, sendo o seu valor atribuído, de forma arbitrária, por quem a dava e por quem a recebia. Além disso, o peso das moedas de cobre da Província não tinha correspondência no seu valor nominal, nem tão-pouco no seu valor relativo, pois que as peças carimbadas no reinado de D. Maria II, que, como já vimos, apresentavam aproximadamente o mesmo peso das cunhadas posteriormente, valiam, todavia, o dobro. Estas anomalias faziam com que a situação monetária da Província constituísse uma verdadeira balbúrdia⁽⁸⁸⁾.

Urgindo tomar medidas que saneassem o meio circulante, é então o governador-geral Calheiros e Menezes quem regula o valor da moeda, à semelhança do que anteriormente fizera em Cabo Verde.

⁽⁸⁶⁾ B. O. n.º 617, de 25-7-1857.

⁽⁸⁷⁾ B. O. n.º 669, de 24-7-1858 (Edital de 23-7-1857).

⁽⁸⁸⁾ Vide Relatório do Governador Geral da Província de Angola, Sebastião Lopes Calheiros e Menezes — Referido ao ano de 1861 — Lisboa, 1867.

Segundo este governador, a elevação de «reis nominais» não tinha fundamento legal, «aceitando-se o facto apenas por condescendência tácita do governo». Por isso, e ainda pelas razões atrás enunciadas, determina-se que, a partir de 1 de Julho de 1861, toda a moeda provincial deveria correr com o seu valor reduzido a réis⁽⁸⁹⁾, regulando-se pelo câmbio de 62,5 %, em relação à moeda do Reino. Ao mesmo tempo encomenda mais moeda de cobre, fazendo-se, progressivamente, a troca das espécies velhas pelas novas. Passa então a macuta a ter o valor de 30 réis. Quanto à moeda estrangeira, estabelece a sua equiparação, que seria a determinada pela tabela elaborada, em 1853, pelo visconde de Atouguia, e que era a seguinte:

Ouro:

Onças — espanholas, peruvianas, chilenas, bolivianas, colombianas, de Buenos Aires, do Equador e Centro América e de Nova Granada	14\$600
Meias onças — dos mesmos países	7\$300
Quartos de onça — idem, idem	3\$650
Águias de 10 patacas — E. U. A.	9\$200
Meias águias — idem, idem	4\$600
Peças brasileiras	8\$000
Meias peças brasileiras	4\$000
Moedas de 4\$000, brasileiras	4\$500
Soberanos ingleses	4\$500
Meios soberanos, idem, idem	2\$500

Prata:

Patacas e duros — espanhóis, peruvianos, chilenos, bolivianos, dos E. U. A., mexicanos, brasileiros, de Buenos Aires e colombianos ..	\$920
Moedas de 5 francos franceses	\$860

⁽⁸⁹⁾ Não obstante, segundo Vicente Ferreira, os indígenas continuaram durante muito tempo a contar por macutas, tendo ficado o adágio «não vale macuta e meia», para significar «coisa que vale pouco».

D. Luís I

(1861-1889)

Embora o início deste reinado se caracterizasse por uma sensível melhoria no sector comercial, a desordem monetária, para a qual contribuía a grande quantidade de notas emitidas, era ainda notória. A conversão operada por Calheiros e Meneses não surtiu os efeitos desejados.

Não obstante este governador haver decidido em 1861 acabar com a «elevação de reis nominais», a medida é, porém, atacada pelo Conselho Ultramarino, que, ouvido sobre o assunto, «julga de toda a conveniência fazer carimbar a moeda de cobre existente na Província». Em consequência, são mandados executar os respectivos carimbos. Sucedeu isto por consulta de 8-1-1862⁽⁹⁰⁾.

Cremos, contudo, que a medida, contrária à ideia do governador, não teria sido aplicada, porquanto não conhecemos moedas de cobre dessa época com a aposição do carimbo.

No ano de 1865 é mandada publicar nos boletins oficiais do Ultramar uma lei sobre moeda falsa.

Quatro anos depois, em 1869, tal qual se havia feito em 1856, proíbe-se aos governadores alterar o valor da moeda. Em 1886 procede-se à cunhagem de ensaios de peças de 20 réis, que não chegaram, porém, a circular. Só em 1921, já em plena República, se viria a cunhar de novo moeda privativa.

Os ensaios referidos apresentavam um tipo completamente diferente do anterior, como se poderá ver na gravura. As legendas escritas em português, o busto do rei esculpido numa das faces e o valor representado em algarismos ará-

⁽⁹⁰⁾ B. O. n.º 856, de 1-3-1862.

bicos eram as características mais marcantes destas moedas. Conquanto a circulação tivesse vindo a aumentar, mercê de novas remessas de moeda metropolitana, e corresse grande quantidade de moeda privativa ainda não trocada, a verdade é que muitas localidades da Província continuavam com carência total de espécies metálicas. Servimo-nos agora das palavras de F. A. Pinto⁽⁹¹⁾, que nos diz, em 1888, o seguinte:

«Introduzamos a nossa moeda metálica, a de prata principalmente, em toda a costa do norte, e com especialidade desde o Zaire até ao Chiloango inclusivé, para destruímos o péssimo efeito e grande mal, que nos está fazendo a moeda de prata inglesa. Se os cabindas não fossem tão frequentemente a Luanda, já não conheciam a nossa moeda, porque lá, no seu país, só lhe aparecem shillings. Isto é vergonhoso e prejudicial para nós. Estude a questão quem tiver competência para isso, mas resolva-se sem perda de tempo, se convém introduzir a nossa moeda, tal qual circula no continente, ou será melhor cunhar outra para a Província, e espalhe-se por ali imediatamente».

Isto acontecia, pois, no ano de 1888, já no termo do reinado deste monarca.

⁽⁹¹⁾ Angola e Congo — Conferências, 1888.



LEGENDAS:

ANV.º: D.LUIZ.I. REI.DE.PORTUGAL. era
REV.º: PROVIN.IA.DE.ANGOLA. ULTRAMAR. valor. (*)

INSCRIPTIONS:

OBV:D.LUIZ.I.REI.DE.PORTUGAL. date
REV: PROVIN.IA.DE.ANGOLA. ULTRAMAR. value. (*)

20 RÉIS (anverso e reverso)

(cobre)

Exemplares conhecidos
do ano 1886. Trata-se,
como se referiu no texto,
de um ensaio que
não chegou a circular (tamanho real)

20 RÉIS (obverse and reverse)

(copper)

Coins known from mintings
of 1886. As mentioned
in the text, this was
a trial model which was
never circulated (actual size).

(*) Na palavra «PROVIN.IA» desta legenda, verifica-se a substituição da letra «C» por um ponto. Sobre este assunto esclarece-nos o Dr. Luis Pinto Garcia (NVMVS n.º 25, pág. 198), citando Manuel Joaquim de Campos (in Archeologo Portuguez): «Quando há duas provas referentes a projecto novo, é costume deixar bem visível numa delas a falta de letra ou letras ou outro sinal qualquer, a fim de que a prova escolhida facilmente se distinga da rejeitada».

(*) In the word «PROVIN.IA» in this caption, one may note the substitution of the letter «C» by a stop. With regard to this matter, Dr Luis Pinto Garcia explains (NVMVS N.º 25, page 198), quoting Manuel Joaquim de Campos (in Archeologo Portuguez) that: «When there are two trials for a new project, it is the custom to leave clearly visible on one of them the absence of a letter or letters, or some other sign, so that the trial example chosen can be easily distinguished from the rejected one.»

Transição para a República

D. Carlos I

(1889-1908)

Entre 1889 e 1893, recebeu Angola o montante de 234 000\$000 réis em moeda de cobre metropolitana. Corria ainda na Província moeda estrangeira de ouro e prata. Continuava, porém, a processar-se a troca de espécies antigas.

Em 1893, em consequência de alguns comerciantes do interior depreciarem a antiga moeda de cobre nas suas transacções, suspende-se a sua troca pelas de novo cunho, embora com a garantia de que a moeda antiga conservaria o seu valor e só seria retirada da circulação quando superiormente se viesse a entender por conveniente ⁽⁹²⁾.

Por alturas de 1895 já se reconhecia que o sistema monetário não correspondia às necessidades, pelas deficiências do meio circulante e pelas divergências na determinação do valor das diversas moedas estrangeiras admitidas na circulação. Este valor, estabelecido há cerca de quarenta anos, já não correspondia, efectivamente, ao seu verdadeiro e actual valor. A situação era assim descrita pelo Ministro e Secretário de Estado da Marinha e Ultramar:

«Com um meio circulante sem características de unidade, formado por notas de banco, cédulas da Fazenda, moedas estrangeiras de diversos tipos, cotadas por um valor nominal, que se distancia do seu valor real, e que, mesmo de Província para Província, sofre depreciação no seu preço, a situação monetária actual das Províncias, não pode nem deve continuar e carece de pronta reforma».

Determina-se, então, que o Governo ficaria autorizado a remodelar o regime monetário das províncias ultramarinas, podendo cunhar nova moeda de prata portuguesa, substituindo e fazendo recunhar as moedas de prata estrangeiras

⁽⁹²⁾ B. O. n.º 12, de 25-3-1893 (Aviso de 22-3-1893).

com curso autorizado e lançando em circulação moeda nacional. Seria ainda regulado o novo valor das espécies estrangeiras cuja circulação fosse conveniente manter.

Ainda nesse mesmo ano, manda o Governo proceder à carimbagem da moeda de prata estrangeira existente em Angola, estabelecendo-se que, passado o prazo de seis meses sobre esta operação, ficaria proibida a sua circulação ⁽⁹³⁾.

De facto, em 1896 determina-se que unicamente a moeda de prata metropolitana passaria a ter curso legal na Província ⁽⁹⁴⁾. Ainda em 1896, e em consequência da crise comercial que a Província atravessava, acumularam-se em Luanda grandes quantidades de moeda de cobre. A abundância na circulação desta moeda de pequeno valor dificultava as transacções comerciais, uma vez que não era permitido efectuar totalmente os pagamentos nessas espécies.

Contudo, o Governo considerava que a moeda existente não era excessiva, sendo a referida abundância devida à anormalidade da vida comercial. Assim, com o fim de solucionar o assunto, determinou-se um prazo para a troca das antigas espécies por notas em circulação, às quais seria aposto, a tinta de óleo, um carimbo com os dizeres «Cobre-1896» ⁽⁹⁵⁾. Retirava-se do giro, deste modo, uma quantia apreciável de moeda, que mais tarde seria de novo trocada, quando a situação se normalizasse, por espécies também de cobre, mas de cunho moderno.

O prazo concedido para esta operação foi, porém, prorrogado até 31-12-1898, uma vez que, à data da expiração, ainda prevaleciam as determinantes da referida medida.

É com este panorama que se atinge o ano de 1900. Por alturas de 1902 a Província debatia-se num dos períodos mais difíceis da sua antiga crise, camuflada, durante alguns anos, principalmente pela subida de cotação da borracha. De 1904 até ao advento da República recebeu Angola várias remessas de moeda de prata metropolitana, no montante de 252 mil réis ⁽⁹⁶⁾.

⁽⁹³⁾ Portaria n.º 527, de 31-12-1895.

⁽⁹⁴⁾ D. G. n.º 248, de 2-11-1896.

⁽⁹⁵⁾ B. O. n.º 26, de 27-6-1896, B. O. n.º 25, de 18-6-1897 e B. O. n.º 26, de 25-6-1898.

⁽⁹⁶⁾ Dr. Armindo Monteiro, *O Problema das Transferências de Angola*:

1904	8 000\$000	1907	128 000\$000
1905	48 000\$000	1908	9 000\$000
1906	33 000\$000	1909	27 000\$000

República

Proclamada a República, em 1910, em breve se reconheceu a necessidade de substituir o sistema monetário. Como determinantes principais dessa substituição, foram apontados os toques das moedas de ouro e prata e ainda os pesos e dimensões das restantes moedas⁽⁸⁷⁾. Além disso, considerou-se que o «real» — então unidade monetária — tinha um valor demasiado pequeno em relação às unidades de outros países, e daí a obrigatoriedade de empregar um grande número de algarismos para representar uma quantia mínima. Isto originava, além da perda de tempo na escrituração, depreciativa interpretação por parte dos estrangeiros quanto ao valor real da moeda portuguesa.

Para obstar a estes inconvenientes, propõe-se, em 1911, a adopção de uma nova unidade monetária — o escudo —, que deveria ter o mesmo peso em metal fino que a peça de 1\$000 em ouro e sendo-lhe, portanto, equivalente⁽⁸⁸⁾. Em Outubro desse mesmo ano tornou-se extensiva às províncias ultramarinas de África esta nova unidade monetária, mas só em Setembro de 1913 se determinou a execução do novo sistema no Ultramar⁽⁸⁹⁾.

Deixam, pois, de se escrever quaisquer algarismos à direita do indicador de centavos e institui-se o cifrão como indicador do escudo, precisamente no lugar onde, no regime antigo, se usava indicar mil réis.

(87) As moedas de ouro e prata metropolitanas de 500 e 1\$000 réis tinham o toque de 916 2/3 por mil e as de 50, 100 e 200 réis, de 835, quando na maioria dos países se adoptava o toque de 900 para as moedas de ouro e prata de grandes dimensões e 835 para as restantes peças de prata.

(88) Decreto de 22 de Maio de 1911.

(89) Decreto n.º 141, de 18-9-1913.

Os centavos representar-se-iam apenas por dois algarismos, facultando-se a escrituração de zeros quando não os houvesse. Os milhares de escudos poder-se-iam também designar por «contos».

As remessas de moeda metropolitana continuavam a fazer-se, sem, contudo, chegarem para as necessidades.

De 1910 a 1916, recebeu Angola o montante de 147 mil réis em moeda de prata e 35 109\$000 em moeda de cobre.

De novo moeda privativa

(O Escudo)

Como dissemos, há muito que se vinha sentindo na Província a falta de espécies metálicas. Nos anos que se seguiram à Primeira Guerra Mundial, a carência revelou-se quase total e em 1920 a situação tornara-se mesmo insustentável. No ano imediato entendeu então o Governo encarar o problema de frente. Todavia ele não se resumia à necessidade imperiosa de maior quantidade de moeda, exigida pelo incremento das transacções comerciais e pelo objectivo de restringir o sistema de permuta, bem como de acabar com o pagamento de impostos em géneros. Requeriam-se igualmente providências no sentido de evitar a exportação da nova moeda, preocupação essa bem evidenciada no preâmbulo do Decreto n.º 13, de 7 de Maio de 1921:

«...moeda em abundância, que fôsse bem recebida pelos indígenas, mas que tenha a estabilidade necessária para não perturbar as relações com a Metrópole e com outros países, moeda subdividida com o maior critério, que marque a nossa soberania e que não permita a circulação de moedas estrangeiras, é o que devemos e podemos conseguir».

Dentro deste pensamento, autorizou-se a cunhagem das seguintes moedas privativas:

Moedas principais — em prata	—	1\$00 e \$50
Moedas subsidiárias — em cobre	—	\$05, \$02 e \$01
Moedas subsidiárias — em cuproníquel	—	\$20 e \$10

Na prática, porém, dado que o valor da prata tornava este metal inacessível, das moedas principais apenas viriam a cunhar-se as de \$50, e, mesmo estas, em níquel puro.

A unidade continuaria a ser, no entanto, o escudo-ouro, criado, como vimos, em Maio de 1911.

A Portaria Provincial n.º 8, de 13 de Maio desse mesmo ano, estipulava os quantitativos a emitir. Porém, estes quantitativos sofreram alteração em 1922 ⁽¹⁰⁰⁾, acabando por se fixar definitivamente em 1923 ⁽¹⁰¹⁾, na forma seguinte:

Moedas de bronze	5 000	contos
Moedas de cuproníquel	5 000	»
Moedas de níquel	15 000	»

Na realidade, contudo, os montantes emitidos ficaram muito aquém destes números ⁽¹⁰²⁾. Efectivamente, apenas se cunharam as seguintes quantidades:

Moedas de bronze (615 600\$00)	..	{	\$05 —	592 000\$00
			\$02 —	10 000\$00
			\$01 —	13 600\$00
Moedas de cuproníquel (1 081 000\$00)	{		\$20 —	771 000\$00
			\$10 —	310 000\$00
Moedas de níquel (6 000 000\$00)	..		\$50 —	6 000 000\$00

⁽¹⁰⁰⁾ Portaria Provincial n.º 241, de 30-12-1922.

⁽¹⁰¹⁾ Portaria Provincial n.º 142, de 4-8-1923.

⁽¹⁰²⁾ Em 1924, quando o montante emitido destas moedas era de 4 900 contos, dizia-nos Vicente Ferreira (*O Regimen Monetário e Bancário nas Colónias Portuguesas*) que «era perigoso continuar a emissão, pois corria-se o risco de desaparecerem totalmente, passando assim, como as de prata, à categoria de ideais».

Anverso da peça
de 20 Centavos
(tamanho real)

Obverse of the
20 Centavos piece
(actual size).



Moeda de 5 Centavos
(anverso)
(tamanho real)

5 Centavos coin
(obverse)
(actual size).



Moeda de 50 centavos
(anverso)
(ampliada)

50 Centavos coin
(obverse)
(enlarged)





50 Centavos (níquel)
Exemplares dos anos
1922 e 1923
(tamanho real)
50 Centavos (nickel)
Minted in 1922 and 1923
(actual size).

LEGENDAS:
ANV.º: REPÚBLICA PORTUGUESA.era
REV.º: ANGOLA.valor
INSCRIPTIONS:
OBV: REPÚBLICA PORTUGUESA.date
REV: ANGOLA.value



20 CENTAVOS (Cuproníquel)
Exemplares dos anos
1921, 1922 e 1924
(tamanho real)
20 CENTAVOS (cupro-nickel)
Minted in 1921, 1922 and 1924
(actual size).

LEGENDAS:
ANV.º: ANGOLA.era
REV.º: REPÚBLICA PORTUGUESA.valor
INSCRIPTIONS:
OBV: ANGOLA.date
REV: REPÚBLICA PORTUGUESA.value



10 CENTAVOS
(mesmas legendas)
(cuproníquel)
Exemplares dos anos
1921, 1922, 1923 e 1924
(tamanho real)

10 CENTAVOS
(the same inscriptions)
(cupro-nickel)
Minted in 1921, 1922, 1923 and 1924
(actual size).



5 CENTAVOS (bronze)
Exemplares dos anos
1921, 1922, 1923 e 1924
(tamanho real)

5 CENTAVOS (bronze)
Minted in 1921, 1922,
1923 and 1924 (actual size).

2 CENTAVOS
(mesmas legendas)
(bronze)
Exemplares do ano 1921
(tamanho real)

2 CENTAVOS (bronze)
Minted in 1921
(actual size).



1 CENTAVO (mesmas legendas)
(bronze)
Exemplares do ano 1921
(tamanho real)

1 CENTAVO (the same inscriptions)
(bronze)
Minted in 1921
(actual size).





Moeda de 50 Centavos
(anverso)
(ampliada)

50 Centavos coin
(obverse)
(enlarged)

LEGENDAS:
ANV.º: REPÚBLICA PORTUGUESA. era. ANGOLA
REV.º: valor

INSCRIPTIONS:
OBV: REPÚBLICA PORTUGUESA. date. ANGOLA
REV: value

50 CENTAVOS (alpaca)
Exemplares dos anos
1927 e 1928
(tamanho real)

50 CENTAVOS (alpaca)
Minted in 1927 and 1928
(actual size).

IIII MACUTAS (20 CENTAVOS)
(alpaca)
Exemplares dos anos 1927 e 1928
(tamanho real)

IIII MACUTAS (20 CENTAVOS)
(alpaca)
Minted in 1927 and 1928
(actual size).

II MACUTAS (10 CENTAVOS)
(alpaca)
Exemplares dos anos 1927 e 1928
(tamanho real)

II MACUTAS (10 CENTAVOS)
(alpaca)
Minted in 1927 and 1928
(actual size).

I MACUTA (5 CENTAVOS)
(alpaca)
Exemplares do ano 1927
(tamanho real)

I MACUTA (5 CENTAVOS)
(alpaca)
Minted in 1927
(actual size).



Cunhagens da Junta da Moeda de Angola

(O Angolar)

As crises de ordem económica, financeira e social da época tiveram largas repercussões em Angola, onde, a partir de 1922, a inflação afectara por completo a vida da Província. O comércio encontrava-se totalmente arruinado, o mesmo acontecendo à indústria.

Até 1926 as coisas foram de mal a pior. Nesse ano, porém, procede o Governo ao estudo profundo da situação, com vista a encontrar solução mais equitativa. Analisam-se as vantagens e os inconvenientes das medidas a tomar, optando-se pelo que foi chamado «sistema inglês»⁽¹⁰³⁾.

Dentro deste espírito decide-se proceder à reforma monetária de Angola, sendo criada a Junta da Moeda de Angola e um banco emissor independente⁽¹⁰⁴⁾.

No âmbito da reforma institui-se o «angolar», que, tal como o padrão anterior, teria o valor intrínseco do metal fino contido no escudo em ouro, nos termos definidos pelo Decreto de 22 de Maio de 1911. O angolar seria trocável ao par pelo escudo da Metrópole e foi mandado pôr a circular em 1 de Julho de 1928.

O centavo seria o submúltiplo desta unidade, podendo, contudo, usar-se como subunidade de conta a «macuta», equivalente a cinco centavos. Em aplicação destas providências, manda a recém-criada Junta da Moeda emitir peças de 0,50, 0,20, 0,10 e 0,05 centavos. As moedas subsidiárias — 0,20, 0,10 e 0,05 — foram cunhadas simultaneamente com

⁽¹⁰³⁾ Relatório que precede o Decreto 12 124, de 14-8-1926.

⁽¹⁰⁴⁾ O «Banco de Angola», criado ao abrigo do Decreto 12 131, de 17-8-1926.

os valores expressos em «macutas» e em centavos, como se poderá ver na gravura, e tinham curso legal e forçado em Angola, sendo proibida a sua exportação. Foram cunhados os seguintes quantitativos:

0,50 — 1 603 939,50	0,20 — 500 272,00
0,10 — 300 246,60	0,05 — 100 098,00 ang.

LEGENDAS:

ANV.º: COLÓNIA.DE.ANGOLA. era
REV.º: REPÚBLICA.PORTUGUESA. valor

INSCRIPTIONS:

OBV: COLÓNIA.DE.ANGOLA. date
REV: REPÚBLICA.PORTUGUESA. value

50 CENTAVOS (alpaca)
Exemplares dos anos
1948 e 1950
(tamanho real)

50 CENTAVOS (alpaca)
Minted in 1948 and 1950
(actual size).

20 CENTAVOS (bronze)
Exemplares dos anos
1948 e 1949
(tamanho real)

20 CENTAVOS (bronze)
Minted in 1948 and 1949
(actual size).

10 CENTAVOS (bronze)
Exemplares dos anos
1948 e 1949
(tamanho real)

10 CENTAVOS (bronze)
Minted in 1948 and 1949
(actual size).

Emissão 1948/1950

Cerca de vinte anos sobre a emissão da Junta da Moeda de Angola, e ao abrigo do Decreto n.º 35 486, de 4-2-1946, volta a autorizar-se nova cunhagem de moedas privativas. O montante estabelecido — 8 000 contos — foi distribuído por peças de \$50, \$20 e \$10, pela forma seguinte:

Moedas de \$50	4 000	contos
» » \$20	2 000	»
» » \$10	2 000	»

Na realidade, porém, os quantitativos entregues ao Banco Emissor foram os seguintes:

Moedas de \$50	4 390 000	\$00
» » \$20	1 610 000	\$00
» » \$10	2 000 000	\$00

Efectivamente, cunharam-se mais 390 contos em peças de \$50 que o montante preconizado pelo decreto, tendo essa importância sido deduzida ao quantitativo destinado às de \$20. Não obstante, tanto estas últimas como ainda as moedas de \$10 foram cunhadas em quantitativos excessivos. Na verdade, grande parte destas moedas nunca chegou a circular, para o que teria também contribuído o facto de não terem sido retiradas da circulação as peças da emissão antecedente.





Moeda de 10\$00 (anverso), semelhante
ao das peças de 20\$00 e 2\$50 (ampliada).

*Coin of 10\$00 (obverse), similar
to those of 20\$00 and 2\$50 (enlarged).*

Anverso da
peça de 1\$00,
semelhante
ao das moedas
de \$50
(ampliada).

*Obverse of
the 1\$00 piece,
similar to
that of the \$50
coins
(enlarged).*



LEGENDAS:

ANV.º: REPÚBLICA PORTUGUESA. era
REV.º: ANGOLA. valor

INSCRIPTIONS:

OBV: REPÚBLICA PORTUGUESA. date
REV: ANGOLA. value

20 ESCUDOS (prata)
Exemplares de 1952 e 1955
(tamanho real)

20 ESCUDOS (silver)
Minted in 1952 and 1955
(actual size).

10 ESCUDOS (prata)
Exemplares de 1952 e 1955
(tamanho real)

10 ESCUDOS (silver)
Minted in 1952 and 1955
(actual size).

2,5 ESCUDOS (cuproníquel)
Exemplares de 1953 e 1956
(tamanho real)

Two and a half ESCUDOS
(cupro-nickel)
Minted in 1953 and 1956
(actual size).

LEGENDAS:

ANV.º: ANGOLA. era
REV.º: REPÚBLICA PORTUGUESA. valor

INSCRIPTIONS:

OBV: ANGOLA.date
REV: REPÚBLICA PORTUGUESA.value

1 ESCUDO (bronze)
Exemplares de 1953,
1956, 1963 e 1965 (tamanho real)

1 ESCUDO (bronze)
Minted in 1953, 1956, 1963 and 1965
(actual size).

50 CENTAVOS (bronze)
Exemplares de 1953, 1954,
1955, 1957, 1958 e 1961
(tamanho real)

50 CENTAVOS (bronze)
Minted in 1953, 1954, 1955
1957, 1958 and 1961
(actual size).

Moedas em curso

O progressivo desenvolvimento da Província trouxe consigo a necessidade de um aumento substancial de espécies metálicas. Assim, em 1952, e pelo Decreto n.º 38 695, de 22 de Março, o Governo autoriza nova emissão de moedas para Angola. Esta emissão, cujo montante subiu a 150 000 000\$00, foi distribuída por moedas do valor facial de 20\$00, 10\$00, 2\$50, 1\$00 e \$50, pela forma seguinte:

Moedas de	\$50	25 000	contos
»	»	1\$00	5 000	»
»	»	2\$50	40 000	»
»	»	10\$00	40 000	»
»	»	20\$00	40 000	»

As moedas de \$50 e 1\$00 são de bronze, as de 2\$50 de cuproníquel e as de 10\$00 e 20\$00 de prata. Como nota curiosa, notamos o facto de não se cunhar moeda de prata privativa de Angola desde o reinado de D. Maria I. Como habitualmente, os quantitativos entregues ao Banco Emissor foram ligeiramente inferiores:

Moedas de	\$50	24 999 550\$00
»	»	1\$00	4 999 700\$00
»	»	2\$50	39 999 250\$00
»	»	10\$00	39 997 000\$00
»	»	20\$00	39 994 000\$00

Conquanto o montante emitido nas diferentes espécies fosse bastante elevado, houve que reforçar, decorridos cerca de dez anos sobre o início da cunhagem, alguns quantitativos, para obstar à sensível falta que se verificava em relação a algumas espécies. Assim, pelo Decreto n.º 44 872, de 5-2-1963, o Governo autoriza a emissão de mais 10 000

LEGENDAS:

ANV.º: ANGOLA, era

REV.º: REPÚBLICA PORTUGUESA, valor

INSCRIPTIONS:

OBV: ANGOLA, date

REV: REPÚBLICA PORTUGUESA, value



20 CENTAVOS (bronze)
Exemplares de 1962
(tamanho real)

20 CENTAVOS (bronze)
Minted in 1962
(actual size).

contos ⁽¹⁰⁵⁾ em peças do valor facial de 1\$00, com as mesmas características. Relativamente às moedas de 2\$50, cujo montante emitido, embora actualmente em circulação na totalidade, não satisfaz já as necessidades, do mesmo modo o Governo, pelo Decreto n.º 47 006, de 13-5-1966, autorizou o reforço da emissão em mais 40 000 contos. Tal como as peças de 1\$00, estas terão as mesmas características que as cunhadas anteriormente. Esta cunhagem, contudo, ainda não chegou à Província.

Resta mencionar, por último, a emissão da peça de 20 centavos, cunhada ao abrigo do Decreto n.º 44 328, de 5-5-1962, com o objectivo de substituir as anteriores moedas do mesmo valor, criadas pelo Decreto n.º 35 486.

Notamos, todavia, que, muito embora o citado decreto preconizasse igualmente a cunhagem de peças de 10 centavos, estas, contudo, não foram emitidas. Na verdade, não se prevê a concretização dessa cunhagem, porquanto representa fracção praticamente desnecessária no estado actual do custo de vida.

A peça de 20 centavos foi emitida pelo montante de 600 mil escudos, equivalente a três milhões de moedas.

⁽¹⁰⁶⁾ O quantitativo recebido pelo B. A. foi de 9 999 700\$00.



Summary

PRE-MONETARY PERIOD

The lands reconnoitred by the Portuguese navigator and explorer, Diogo Cão, during his voyages along the West coast of Africa — which at that time were called by the Portuguese «Congo or Lower Guinea» — were divided into four native domains: Luango, Congo, Angola and Benguela, contained between Cape Lopo and Cape Negro.

Once contact had been made with the local populations, the Portuguese navigators understood that in those territories there existed a degree of civilisation which was above that of the African peoples hitherto encountered. They extracted vegetable oils for their food, made much better quality cloth and manufactured tools for their own use. They were acquainted with iron and copper, which they extracted by simple processes, and used these metals for the purpose of fashioning various implements and rudimentary weapons, apart from objects of personal adornment.

They were however satisfied with obtaining the indispensable means of subsistence, and their only sources of income came from traffic in ivory and slaves. Bartering constituted the most usual means of carrying on trade.

From the time of the discovery and even up to a much later date than the introduction of metal coinage in 1694, the indigenous peoples used various kinds of exchange media. Here we shall make brief reference to the more important among them, starting with those of local origin — since there were also some of foreign origin.

Before the arrival of the Portuguese it is generally agreed that probably the main medium for the exchange of goods was necklaces made with discs of snail-shells and other shells, drilled in the centre and strung along some kind of spun fibre. It is likely, however, that the «zimbo» — a small grey winkle-like shell found on the Island of Luanda, was one of the first and most important means of exchange that the Portuguese met with when they arrived. At that time the local peoples had, therefore, realised the need for adopting units whereby they could evaluate the different merchandise to be bought or sold. The «zimbo», in fact, was a kind of local currency.

Another type of goods-money much appreciated by the indigenous peoples was salt, which was rather difficult to come by, owing to the scarcity of salt mines and salt pans — this in spite of the fact that salt had long been used in cooking. Slaves, too, constituted, in effect, a

currency and together with ivory were very probably a mainstay of exports for many years. Even though the last legal shipment of slaves took place in 1830, their use as an exchange medium went on until much later.

Copper was another valuable instrument of exchange which was widespread in different forms: as wire, in ingots, in crosses or bracelets and so on. Cloth made locally — of vegetable fibres, usually raffia — was also used to a large extent as a substitute-currency, this last being finally replaced by the Portuguese metal coins.

Although what we have mentioned represents the most widespread media of exchange of local origin, there were others — brought in from outside — which were also considered valid currency. Some of these, as in the case of cloth goods, came to be as extensively used, or more so, than the 'currencies' of local origin.

These goods-currencies imported from abroad were, generally speaking, used in transactions involving larger values, while the local ones were more evident in daily purchases, owing to their lower rating. It is of interest to make brief reference to the glass beads of various colours and shapes, to coral, to the strings of beads and articles of adornment in general which, although they were bought by the native peoples for decorative purposes, also served as a means of barter.

Lastly we may refer to the cowrie shells, which were imported from the East, and frequently confused in records with the «zimbo». This white shell was probably one of the most sought after articles of personal adornment.

It may also be observed that many of the exchange articles to which we have referred enjoyed a greater or lesser predominance according to the period and the region concerned, although none of them arrived at the stage of being accepted as a general currency.

It was the indigenous cloth — the well-known «libongos» — which was the forerunner of the metal currency, during the reign of Dom Pedro II — in 1694.

MONETARY PERIOD

It was the Governor Jacques de Magalhães who first introduced copper coins, and he had to face a mutiny on the part of his infantry when he ordered that they should be paid in coin, instead of in the traditional «libongos». The coins — which were minted in Oporto — were in the values of 20, 10 and 5 réis. Owing to the fact, however, that they were too numerous, the King in 1704 issued a royal edict, extending their use to Brazil — where at the time there was a shortage of small coin. On his death Dom Pedro II was succeeded by Dom João V. in whose reign there was an issue of coins of the same value as before but with different inscriptions. The greater part of these issues was destined for Brazil, although some of them were used in Angola.

In 1750 Dom José I came to the throne of Portugal — a king whose reign was to be significant owing to the reforms introduced by his Prime Minister, the Marquis of Pombal. It was during this period that there occurred the greatest diversity of coin-types minted: in fact, no less than fourteen different pieces were stamped. The first issue took place in 1752 with the innovation of the 40 réis piece. As had happened in previous reigns, the Mint issued 20, 10 and 5 réis coins, which were similar to those intended for Brazil, differing only in the inscription «Dominus Guineae» — instead of «Dominus Brasiliae». In 1762 there began the minting of the second series in the reign of

this king, the pieces being notable for the presentation of a new unit of money — the «Macuta» — thus giving an effective value to the native counting unit system of the same name. The Royal Mint produced 1 Macuta, half and quarter Macuta pieces and five reis (equivalent to the cloth barter medium explained above — also called «pano» = «cloth»), all in copper: also for the first time there were stamped silver coins of 12, 10, 8, 6, 4 and 2 Macutas. Generally speaking, the silver coins were similar to those in copper.

In 1777, on the death of Dom José I, Dona Maria I ascended the throne of Portugal. During her reign there were also various issues of silver and copper coins, some with the names of D. Maria I and Dom Pedro III inscribed on them, and others — after the death of Dom Pedro — bearing only a reference to the name of the Queen. All these pieces were similar to those issued during the reign of Dom José I, differing only in the inscriptions. Coins of 1 Macuta, half and quarter Macutas were minted in copper, while in silver — as during the previous reign — the Mint produced units of 12, 10, 8, 6, 4 and 2 Macutas.

Dona Maria was succeeded by Dom João. During the Prince's Regency, there were issued in Rio de Janeiro copper coins of 2 Macutas, 1 Macuta and half and quarter Macutas — which were sent to Angola. These weighed about half the usual weight, and it is said that for this reason the currency dropped in value by 50 %. This procedure — which was very common in the 19th century — had its origins in monetary difficulties of that period.

1828 marked the beginning of Dom Miguel I's reign, during which time the abolition of slavery had a considerable effect on commerce. In effect, as Lopes de Lima tells us, the financial state of Angola at this time «reached the nadir of penury».

During Dom Miguel's time no coinage was put into circulation, even though there was an abortive copper issue in 1831. This did not get beyond the trial stage, and consisted of pieces which were the same as the previous minting: 2 Macutas, 1 Macuta, half and quarter Macutas. During the reign of Dona Maria II (1829-1853), in order to solve the currency crisis, orders were given for the over-stamping of the copper coins which were popularly known as «big Macutas», their value being subsequently raised to the double. The value of silver coins was also raised — by 25 %. During this period the only new mintage was of half Macuta pieces. We may mention, in passing, the curious fact that the last named also appeared with a forged stamp, with the aim of increasing their value.

With the advent of the next sovereign — Dom Pedro V — Angola continued to live in a state of crisis. The lack of coin was notorious, and the value was constantly altered. In order to find a solution to the problem the Governor General Calheiros e Meneses regulated the value of the currency which, as from 1861, was to circulate with its value reduced to réis (the official unit of the realm). From then on the Macuta became equivalent to 30 réis.

The only coins issued during Dom Pedro V's reign were those of 1 Macuta and half a Macuta. It is interesting to note that at this time there was minted a Macuta piece with the same diameter as that of the half Macuta, but with double the thickness. This was the last issue of coins for Angola during the Portuguese Monarchy, although during the reign of Dom Luiz I (1861-1889) work was begun on a new minting which never got beyond the trial stage: this consisted of a copper 20 réis piece, with different characteristics from preceding coins.

It was only in 1921-24 — many years after the declaration of the

Republican régime — that special coins were minted for Angola. These issues are distinguished by being in a new currency unit — the Escudo — created under the terms of the Decree of 22 May 1911. Pieces were stamped in nickel (50 centavos), cupro-nickel (20 and 10 centavos) and in bronze (5, 2 and 1 centavo pieces).

In 1926 there took place the monetary reform for the Province, the «Angolar» being established as the monetary unit, although it had the same characteristics as the previous unit. Within the framework of this reform there were set up the Angolan Monetary Board and also an independent issue bank (The Bank of Angola, which was created under the terms of Decree No. 12 131 of 17-8-1926). Then in 1927 the recently created Board began to issue 50, 20, 10 and 5 centavo pieces, in alpaca. After the suppression of the Angolan Monetary Board, it was only in 1948-50 that metal coins were issued again: these were minted in units of 50, 20 and 10 centavos, the first named being made of alpaca and the other two in bronze.

The steady development of the Province, however, brought with it the need for a substantial increase in coin. Thus, in 1952, the Government authorised the start of a new issue for Angola. This issue was distributed through coins with the face value of 20 Escudos and 10 Escudos (in silver), two and a half Escudos (in cupro-nickel) and one Escudo and 50 centavos (in bronze).

It was only in 1962 that a new type of coin was issued: this was a twenty centavo piece, minted under the terms of Decree No. 44 328.

Bibliografia

- Vicente Ferreira*
«O Regimen Monetário e Bancário nas Colónias Portuguesas»
«Estudos Ultramarinos»
- Armindo Monteiro*
«O Problema das Transferências de Angola»
- Anselmo de Andrade*
«A Evolução da Moeda»
- F. A. Pinto*
«Angola e Congo — Conferências»
- Manuel Heleno*
«Do Estudo e Origem da Moeda»
- Eduardo Lopez & Filippo Pigafetta*
«Relação do Reino de Congo e Terras Circunvizinhas»
- H. Capelo e R. Ivens*
«De Benguela às Terras de Iácca»
«De Angola à Contra-Costa»
- D. João Evangelista de Lima Vidal*
«Por Terras de Angola»
- Ralph Delgado*
«História de Angola»
- Henrique de Carvalho*
«Descrição da Viagem à Mussumba do Muatiãnvua»
«Etnografia e História Tradicional dos Povos da Lunda»
- V. L. Cameron*
«Através de África»
- Sesinando Marques*
«Os Climats e as Produções das Terras de Malange à Lunda»
- José de Almeida Santos*
«Luanda d'Outros Tempos»

- Vitorino Magalhães Godinho*
 «Documentos Sobre a Expansão Portuguesa»
 «A Economia dos Descobrimentos Henriquinos»
- Gaspar do Couto Ribeiro Villas*
 «História Colonial»
- Lopes de Lima*
 «Ensaio sobre Estatística das Poss. Port. de África Ocidental»
- Elias Alexandre da Silva Correia*
 «História de Angola»
- Alfredo de Albuquerque Felner*
 «Angola»
 «Um Inquérito à Vida Administrativa e Económica de Angola e do Brasil»
- Cadornega*
 «História Geral das Guerras Angolanas»
- Cecílio Moreira*
 «Numismática de Angola — Subsídios»
- Padre Carlos Estermann*
 «Etnografia do Sudoeste de Angola»
- Dr. Luís Pinto Garcia*
 in «NVMUS», n.º 25
- Calheiros e Meneses*
 «Relatório do Governador Geral», referido ao ano de 1861
- Léon Moret*
 «Manuel de Paléontologie Animale»
- Francisco Castelbranco*
 «História de Angola — 1482-1910»
- Lopes Fernandes*
 «Memória das Moedas Correntes em Portugal»
- Monsenhor Alves da Cunha*
 «Resenha Histórica sobre as Moedas expostas no Pavilhão do Banco de Angola em 1938»
 «Boletim Oficial de Angola»
 «Anaes do Conselho Ultramarino»
 «Arquivo Histórico de Angola» (Ofícios para o Reino)

Índice

Introdução	7
Mercadoria-moeda de proveniência local	
O «zimbo»	15
O «sal»	21
O «cobre»	25
Os «panos»	31
Os «escravos»	33
O «marfim»	37
Mercadoria-moeda de proveniência exterior	
O «cauris»	41
As «contas»	45
As «fazendas»	49
Da mercadoria-moeda à moeda metálica	53
Moeda metálica	
D. Pedro II	59
D. João V	63
D. José I — 1.ª série	65
D. José I — 2.ª série (A «Macutan»)	66
D. Maria I	73
D. João Príncipe Regente	81
D. Miguel I	85
D. Maria II	87
D. Pedro V	91
D. Luís I	95
Transição para a República — D. Carlos I	97
República	99
De novo moeda privativa (O Escudo)	101
Cunhagens da Junta da Moeda de Angola (O Angolar)	105
Emissão 1948-1950	107
Moedas em curso.. .. .	109
Summary	111
Bibliografia	115

ERRATA

<i>Página</i>	<i>Linha</i>	<i>Onde se lê:</i>	<i>Deve ler-se:</i>
53	2	I649	I648
76	Legenda	Moeda de I MACUTA carimbada (tamanho real)	Moeda de I MACUTA carimbada (ampliada)
76	Legenda	I MACUTA coin overstamped (actual size)	I MACUTA coin overstamped (enlarged)
90	Legenda	$\frac{1}{4}$ MACUTA	$\frac{1}{2}$ MACUTA